



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RN

Edital nº 22021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RN

Processo nº 08420.005709/2021-03

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

(Processo Administrativo n.º 08420.005709/2021-03)

Torna-se público que a União, por meio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, sediada na rua dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço** por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 23/09/2021

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, sob demanda, para a realização de serviços diversos de manutenção nos sistemas, equipamentos e instalações prediais das Unidades da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte - SR/PF/RN, compreendendo o fornecimento de postos de serviços, materiais, insumos e peças de reposição, com a utilização de ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços,, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço/maior desconto GLOBAL do grupo,

observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001

Fonte: 0100000000

Elemento de Despesa: 339030 (Material)

339039 (Serviço)

339037 (Serviço)

PI: PF9900AG21

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;
- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017);
- 4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor mensal e anual do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas

bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.3.3. A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.25.1.1. prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo

sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 03 (três) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.4.4.2. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela

Administração.

8.4.4.2.1. **Para o cargo de Eletricista:** Convenção Coletiva firmada entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte e a FED DOS TRAB NAS IND DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (N.º de Registro no MTE: RN000163/2021).

8.4.4.2.2. **Para o cargo de Encarregado e Oficial:** Convenção Coletiva firmada entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte e o Sindicato Intermunicipal dos Trab na Ind do Ramo da Cons Civil, Pesada, Montagens, Inst, e Afins do Estado do Rio Grande do Norte (N.º de Registro no MTE: RN114/2021).

8.4.4.2.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.5. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.5.1. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.5.2. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.5.3. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

8.5.4. rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

8.5.5. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.5.6. rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.6. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, *caput*, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.6.1. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.7. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.12. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.13. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14.3. O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de

participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante

apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida

pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

| | |
|------|---------------------------------------------|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|---------------------------------------------|
| SG = | Ativo Total |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|--------------------|
| LC = | Ativo Circulante |
| | Passivo Circulante |

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.4.1. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.4.2. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.4.3. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.4.4. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.4.5. a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.4.6. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com no mínimo um responsável técnico engenheiro civil e um responsável técnico engenheiro eletricista, em plena validade;

9.11.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as características mínimas previstas no Termo de Referência:

9.11.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.5. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, conforme detalhamento constante no Termo de Referência, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.7. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.11.2.8. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.9. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3. Declaração de que instalará escritório na cidade de Natal/RN, ou em um raio máximo de até 40 (quarenta) km da cidade de Natal/RN a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo IX deste Edital. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

9.11.4. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

9.11.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
 - 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca do Pagamento pelo Fato Gerador a que se refere o Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, observado o disposto no respectivo Caderno de Logística, elaborado pela SEGES/MP.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não mantiver a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer

momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.selog.srrn@pf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço rua dr. lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, setor de Protocolo.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço rua dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 11:00 e das 15:00 às 17:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

23.12.3. ANEXO III – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

23.12.4. ANEXO IV - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

23.12.5. ANEXO V – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

23.12.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Instalação de Escritório na Localidade

Natal/RN, 08 de setembro de 2021.

LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/PF/RN



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS NOBREGA NELSON, Superintendente Regional**, em 08/09/2021, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20217697** e o código CRC **6FB3CFC7**.



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08420.005709/2021-03

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, sob demanda, para a realização de serviços diversos de manutenção nos sistemas, equipamentos e instalações prediais das Unidades da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte - SR/PF/RN, compreendendo o fornecimento de postos de serviços, materiais, insumos e peças de reposição, com a utilização de ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção predial.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é aquele previsto no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. As categorias profissionais relacionadas ao objeto a ser licitado terão, sobre seu salário base, o acréscimo de 30% (trinta por cento), referente ao Adicional de Periculosidade, em atendimento aos Laudos de Periculosidade constantes no processo de licitação.
- 1.7. Será adotado pagamento dos serviços pelo FATO GERADOR, conforme previsão do item 19 deste Termo de Referência.

2.1. A Justificativa da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e está dividida em 03 (três) aspectos: **Funcional, Técnico e Normativo.**

2.2. Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento das instalações prediais e sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus fins;

2.2.1. Conforme o art. 144, §1º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, a Polícia Federal destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, o que implica no aumento de responsabilidades e de atribuições do órgão no exercício de suas funções.

2.2.2. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

2.2.3. Ainda nesse sentido a não execução da correta manutenção das instalações e sistemas supracitados, objeto da presente licitação, traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem

como os inevitáveis transtornos que eventuais interrupções no funcionamento normal do órgão indubitavelmente causariam a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços, como, por exemplo, a expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; óticas; dentre outros.

2.3. Aspecto Técnico – As Unidades da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte – SR/PF/RN – possuem instalações prediais e sistemas que apresentam elevada complexidade, requerendo, para a adequada realização do serviço de manutenção predial, o emprego de conhecimentos técnicos especializados em manutenção predial.

2.3.1. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

2.3.2. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais instalações e sistemas necessitam, com frequência, de manutenção corretiva para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

2.3.3. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, bem como o fato de que atualmente a SR/PF/RN está sem contrato de manutenção predial vigente, verifica-se, portanto, a necessidade de contratação da prestação dos serviços em apreço visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva, de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, sob demanda, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa nº 5/2017-MPDG.

2.4. Aspecto Normativo – Necessidade da contratação para atender às normas técnicas brasileiras, normas de segurança do trabalho e demais leis e decretos técnicos e administrativos pertinentes.

2.5. Dentro das atribuições inerentes aos serviços de manutenção predial, o contrato de manutenção pretendido visa proporcionar, também, apoio técnico à Administração na busca pela eficiência energética no uso das instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no **ANEXO XI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, abrange a prestação dos serviços de manutenção predial a serem prestados na Sede da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, bem como em suas Unidades descentralizadas, localizadas na região metropolitana de Natal e na Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN.

3.2. Para estimar a quantidade de postos de trabalho, materiais/peças, insumos e serviços eventuais necessários à perfeita execução dos serviços de manutenção predial utilizou-se como base o histórico das contratações dos respectivos serviços da própria SR/PF/RN, bem como o de outras Unidades de outros estados, que detêm prédios e sistemas semelhantes.

3.3. Também foi utilizada pesquisa junto a outros órgãos e contratos adotados na Administração Pública. Nesse sentido, verificou-se que o padrão estabelecido é a de utilização de um corpo técnico adequado à capacidade e quantidade de sistemas e equipamentos instalados nas Unidades, considerando, ainda, o número e tamanho das edificações de cada órgão.

3.4. Desse modo, decidiu-se pela contratação dividida em 03 (três) frentes de serviços, conforme a configuração representada abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CATEGORIA PROFISSIONAL |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos previstos neste Termo de Referência, para a Sede e Unidades Descentralizadas da SR/PF/RN. | • Supervisão Técnica- Eng. Eletricista (10h) - (CBO 2143-05) |
| | | • Supervisão Técnica - Eng. Civil (10h) - (CBO 2142-05) |
| | | • Encarregado de Manutenção Predial (220h) - (CBO 3121-05) |
| | | • Eletricista Pleno (220h) - (CBO 7156-10) |
| | | • Oficiais de Manutenção Predial - Natal/RN e Região Metropolitana (02 profissionais 220h, cada) - (CBO 5143-25) |
| | | • Oficial de Manutenção Predial - Mossoró/RN (220h) - (CBO 5143-25) |
| | | • Horas - Extras |
| 2 | Serviços Eventuais de manutenção predial, sob demanda, nos termos previstos neste Termo de Referência, para a Sede e Unidades Descentralizadas da SR/PF/RN. | • Serviços diversos referentes à manutenção predial, sob demanda (pormenorizados no ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS) |
| 3 | Materiais, Peças de reposição e Insumos, sob demanda, a serem adquiridos pela CONTRATADA e empregados na manutenção predial da Sede e Unidades Descentralizadas da SR/PF/RN. | • Lista de Materiais |
| | | • Lista de Peças |
| | | • Lista de Insumos |

3.5. O objetivo da contratação é:

3.5.1. Obter a realização de serviços de manutenção (preventiva, preditiva, corretiva e emergencial) de qualidade, segundo as normas vigentes e boas práticas do mercado, para as instalações prediais das Unidades da SR/PF/RN, buscando garantir a operacionalização integral das atividades

finalísticas da Unidade de forma contínua, eficiente, flexível, segura e confiável.

3.5.2. Apoio técnico da mantenedora à Administração do contrato, dentro das atribuições inerentes à manutenção predial, na busca pela efficientização energética das instalações da SR/PF/RN no decorrer da execução de atividades integradas às rotinas de manutenção, através de medidas técnicas e administrativas específicas voltadas à redução do consumo energético (água e energia) dos sistemas e instalações, integrados com a manutenção preventiva/corretiva/preditiva, cuja implementação visa à redução do consumo de água e eletricidade, com base no Decreto 9.178/17, que regulamentou o artigo 3, "caput", da Lei 8.666/93 e estabelece critérios e práticas sustentáveis.

3.5.3. Disponibilização de forma histórica, evolução mês a mês e anual, dos dados de manutenção, eficiência energética e indicadores-chaves de desempenho dos sistemas e da edificação como um todo, através dos relatórios mensais de manutenção, relatórios técnicos complementares de atividades, laudos técnicos e quaisquer outros documentos que se fizerem necessários ao cumprimento do objeto.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 10.024, de 2019, e deverão ser licitados através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço global, com agrupamento dos serviços, dispostos em itens, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, em virtude das características técnicas das instalações e sistemas abrangidos, cuja manutenção, controle, operação, dentre outras funções inerentes ao serviço, se interagem, tomando inviável a contratação de mais de uma empresa para a prestação do serviço em questão, conforme justificativa pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, documento de planejamento, da presente contratação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, para fornecer materiais e executar serviços;

5.1.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

5.1.3. Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

5.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com disponibilização de mão de obra exclusiva, é o seguinte:

5.2.1. Engenheiro Civil - CBO 2142-05;

5.2.2. Engenheiro Eletricista - CBO 2143-05;

5.2.3. Encarregado de Manutenção Predial - CBO 3121-05;

5.2.4. Eletricista - CBO 7156-10;

5.2.5. Oficial de Manutenção Predial - CBO 5143-25;

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.4. A empresa deverá atender aos critérios de qualificação econômica, às exigências jurídicas e de regularidade fiscal e trabalhista, conforme disciplinado no edital.

5.5. A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica e especialização por meio da apresentação dos comprovantes e documentos descritos no item 23.5.

5.6. A quantidade estimada de deslocamentos da Equipe Residente do Prédio-Sede até a Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, considerando a ida de 02 (dois) funcionários, é de 06 (seis) deslocamentos ao ano, frequência bimestral, com ida em um dia e retorno no dia seguinte. Há a necessidade, portanto, da previsão de custos com hospedagem, alimentação, utilização/locação de veículo e combustível para os deslocamentos, cujos valores estimados pela Administração (diárias, combustível e locação de veículo) constam nas Planilhas de Custos e na memória de cálculo do presente processo. Em caso de emergência a ser atendido por integrantes da Equipe Residente, poderá haver antecipação de visita bimestral.

5.7. Dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor total da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.

5.8. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

5.9. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá EMITIR DECLARAÇÃO conforme itens abaixo ou realizar vistoria, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 (nove) horas às 17

(dezesete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (84) 3204-5520 / 3204-5670 / 3204-5665 / 3204-5605.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação na seguinte forma:

6.4.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Norte, na forma do **ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. os serviços de operação, apoio, manutenção preventiva, preditiva e corretiva serão executados nas instalações prediais da Polícia Federal localizadas no Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

| LOCAL | ENDEREÇO | ÁREA CONSTRUÍDA (m²) | ÁREA DO TERRENO (m²) |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Superintendência Regional | Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova - Natal/RN | 10.212,76 | 16.695,00 |
| Pátio para veículos apreendidos, com 02 Galpões | BR-304, KM 298, Ferreiro Torto - Macaíba/RN (DNIT/SAMU – MACAÍBA/RN) | 970,04 | 3.817,06 |
| Posto de Atendimento Aeroporto | Avenida Ruy Pereira dos Santos, 3100 - São Gonçalo do Amarante/RN | 186,94 | - |
| Posto de Atendimento Porto de Natal/RN | Av. Engenheiro Hildebrando de Góis, 220 – Ribeira – Natal/RN | 49,00 | - |
| Delegacia de Polícia Federal em Mossoró | Rua Raimundo Leão de Moura, 151 - Nova Betânia, Mossoró - RN | 891,20 | 3.666,68 |

7.2. A execução dos serviços será iniciada conforme disposição contratual, devendo a CONTRATADA, nesse prazo, alocar a mão de obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

7.2.1. No início dos serviços, será feito o levantamento detalhado da situação de todos os equipamentos e instalações existentes nos imóveis da SR/PF/RN, objeto do contrato de manutenção predial, e apresentado **Relatório de Vistoria Inicial** no prazo MÁXIMO de **30 (trinta) dias**, elaborado através de editor de texto compatível com o utilizado pela CONTRATANTE, devidamente assinado pelo(s) responsável(is) técnico(s) da CONTRATADA, que deverá conter especificações para cada conjunto de itens:

7.2.1.1. Relação de equipamentos existentes nas instalações, indicando nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, tensões, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos;

7.2.1.2. Fichas históricas de todos os equipamentos, devidamente preenchidas para visto da Fiscalização;

7.2.1.3. Parecer dos engenheiros responsáveis técnicos da CONTRATADA sobre a situação geral das instalações (**Relatório de Vistoria Inicial**). A entrega do parecer deverá ser precedida do registro no CREA através de **ART específica** (Anotação de Responsabilidade Técnica);

7.2.1.4. Do Relatório deverá fazer parte a realização de inspeção em todas as instalações, no que couber às edificações, abrangendo, por exemplo, quadros elétricos afins aos sistemas objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA, estabilizadores, equipamentos, Nobreaks prediais, Subestação, Gerador, SPDA etc.

7.2.2. Em caso de eventual subcontratação de serviços e conforme prescrições e limites contidos no item 14 do presente Termo de Referência, a CONTRATADA terá **15 (quinze) dias** para apresentar todos os contratos dos serviços subcontratados assinados, e dar início aos referidos serviços.

7.2.3. Apresentar à CONTRATANTE, em **até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato**, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos profissionais responsáveis pelos serviços objeto deste Termo de Referência devidamente registradas junto ao CREA, **como pré-requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura, procedimento este a ser mantido em**

períodos subsequentes em caso de prorrogação contratual.

7.2.4. Por oportunidade da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato:

7.2.4.1. Curriculum Vitae dos Engenheiros Responsáveis Técnicos em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. Os Engenheiros Responsáveis Técnicos deverão possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas de manutenção predial equivalente ao objeto do procedimento licitatório, conforme **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

7.2.4.2. Curriculum Vitae dos Engenheiros Civil e Eletricista responsáveis pela condução dos serviços em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato, no caso dos serviços não serem acompanhados, diretamente, pelo Responsável Técnico da empresa. Os engenheiros deverão ser empregados da empresa e possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas civis e elétricos equivalentes ao objeto do procedimento licitatório, conforme **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, comprovadas mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA.

7.2.4.3. Curriculum Vitae do Encarregado de Manutenção Predial em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. O Encarregado deverá possuir, no mínimo, experiência e capacitação em supervisão em manutenção de sistemas prediais equivalentes ao objeto do procedimento licitatório, conforme **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, comprovadas mediante registro na Carteira de Trabalho.

7.2.4.4. Curriculum Vitae do Eletricista Pleno em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. O Eletricista Pleno deverá possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais elétricos equivalentes ao objeto do procedimento licitatório, conforme **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, comprovadas mediante registro na Carteira de Trabalho.

7.2.4.5. Curriculum Vitae dos Oficiais de Manutenção em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. Os Oficiais de Manutenção deverão possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais elétricos, civis, hidráulicos e gerais equivalentes ao objeto do procedimento licitatório, conforme **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, comprovadas mediante registro na Carteira de Trabalho.

7.3. Os serviços de manutenção deverão ser realizados sob a forma de prestação continuada, programada e/ou eventual, por EQUIPE RESIDENTE, conforme **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, compostas por funcionários de experiência comprovada, sendo todos supervisionados pela Supervisão Técnica – que assumirá a responsabilidade técnica pela execução dos serviços – conforme planejamento de manutenção elaborado pela CONTRATADA, em atendimento ao PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – PMP (elaborado com base no **ANEXO II - ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL** e nas normas técnicas pertinentes) previamente submetido à aprovação da CONTRATANTE ou mediante solicitação expressa desta, no caso de intervenções corretivas ou adicionais. Também deverá ser prevista a execução de serviços eventuais, conforme **ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS**.

7.4. As categorias profissionais previstas para a equipe fixa, assim como as quantidades e a jornada de trabalho, são detalhadas no QUADRO GERAL a seguir:

QUADRO GERAL – Postos de Trabalho e atribuições dos integrantes da Equipe Residente de manutenção.

| Quantidade | Ocupação* | Atribuições* | Jornada de Trabalho |
|------------|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| 01 | Supervisão Técnica CBO 2142-05 e 2143-05 | Desempenho das atividades discriminadas na Resolução nº 218 do CONFEA, de 29/06/73, atribuídas a esta modalidade profissional. Supervisionar equipe de manutenção; acompanhar serviços de manutenção e montagem de instalações, equipamentos e sistemas prediais. Inspeccionar instalações, equipamentos e sistemas prediais, identificando problemas e deficiências. Elaborar relatórios de manutenção, de orçamentos de serviços e de cronogramas de trabalho, além de outros documentos técnicos afins. Organizar e distribuir tarefas. Apoiar a Administração na coordenação de programa de eficiência energética. Seguir as diretrizes constantes no presente TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. | 20 horas mensais (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) |
| 02 | Encarregado de Manutenção Predial CBO 7102-05 | Coordenação de equipe de manutenção e acompanhamento de serviços de construção civil com ênfase em edificações e/ou manutenção predial. Inspeção de edificações e identificação de problemas e patologias. Elaboração de relatórios de manutenção, de cronogramas de trabalho, organização e distribuição de tarefas. Ter conhecimento acerca da utilização de <i>softwares</i> tipo CAD, BIM ou similar, a fim de auxiliar análises de projetos e documentos <i>as built</i> recebidos pela CONTRATANTE. Atuar em sintonia com a Supervisão Técnica. Executar outras tarefas inerentes à categoria. | 220 horas mensais (COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) |
| 03 | Eletricista Pleno CBO 7156-10 | Executar a manutenção preditiva, preventiva e corretiva de serviços afetos às instalações e sistemas elétricos e eletrônicos das Unidades da SR/PF/RN; Atuar no restabelecimento dos sistemas, em função das ocorrências; supervisionar, manobrar e operar sistemas eletroeletrônicos, compreendidos também os seguintes sistemas: circuito fechado de televisão – CFTV, sistema de sonorização, sistema de controle e acesso; sistema de detecção de incêndio e sistema de comunicação multimídia. Elaborar relatórios de manutenção e cronogramas de trabalho. Atuar em sintonia com o Encarregado de Manutenção Predial e com a Supervisão Técnica, especialmente no tocante ao planejamento e execução de serviços referente à manutenção das instalações eletroeletrônicas das Unidades da SR/PF/RN. Trabalhar em equipe. Executar outras tarefas e funções inerentes à categoria. | 220 horas mensais (COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) |
| | Oficial de Manutenção Predial – | | |

| | | | |
|-----------|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 04 | NATAL/RN e Região Metropolitana CBO 5143-25 | Executar serviços de manutenção hidráulica, elétrica, pintura, marcenaria, carpintaria e civil em geral, substituindo, limpando e reparando peças, componentes e equipamentos dos diversos sistemas prediais; Atuar como ajudante de profissional habilitado e autorizado, sob a responsabilidade deste, na execução de tarefas específicas de manutenção elétrica; Trabalhar de forma individual e em equipe; Executar outras tarefas e funções inerentes à categoria. | 220 horas mensais (COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) |
| 05 | Oficial de Manutenção Predial – MOSSORÓ/RN CBO 5143-25 | Executar serviços de manutenção hidráulica, elétrica, pintura, marcenaria, carpintaria e civil em geral, substituindo, limpando e reparando peças, componentes e equipamentos dos diversos sistemas prediais; Atuar como ajudante de profissional habilitado e autorizado, sob a responsabilidade deste, na execução de tarefas específicas de manutenção elétrica; Trabalhar de forma individual e em equipe; Executar outras tarefas e funções inerentes à categoria. | 220 horas mensais (COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) |

* Baseado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

7.5. A Supervisão Técnica prevista no **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS** deverá ser exercida por Engenheiro Civil e por Engenheiro Eletricista, com visitas programadas, e eventuais, às instalações do Prédio-Sede da SR/PF/RN e às demais Unidades Descentralizadas, inclusive em Mossoró/RN, com previsão de intervalos de até **30 (trinta)** dias entre as visitas, em relação ao Prédio-Sede, **02 (duas)** visitas ao ano na Delegacia de Polícia Federal em Mossoró, e ao menos **01 (uma)** visita ao ano nas demais Unidades Descentralizadas. A Supervisão Técnica deverá realizar ainda atividades de apoio técnico na elaboração de laudos, especificações técnicas, pesquisa de preços, vistorias conjuntas, acompanhamento de serviços e demais atividades que se fizerem necessárias, de forma presencial e/ou remota, conforme o caso.

7.6. As visitas acima serão registradas nos Livros Diários de Manutenção, cujas lavraturas dos Termos de Abertura será providenciada pelo Responsável Técnico da CONTRATADA e rubricada pela FISCALIZAÇÃO.

7.7. Eventuais necessidades de operação dos equipamentos e sistemas, bem como eventuais necessidades de manutenções emergenciais, deverão ser atendidas pela CONTRATADA após acionamento da CONTRATANTE, podendo ocorrer a qualquer tempo, incluindo sábados, domingos e feriados.

7.7.1. As chamadas deverão ser atendidas pela CONTRATADA **no prazo de 01h (uma hora)** após acionamento da CONTRATANTE.

7.7.2. Tais acionamentos poderão ser atendidos pela CONTRATADA tanto através dos próprios funcionários alocados para a prestação dos serviços nas Unidades da SR/PF/RN, que compõem a Equipe Residente e/ou designados para a execução de Serviços Eventuais, quanto por outros funcionários autônomos ou com vínculo empregatício com a CONTRATADA, desde que tenham o mesmo parâmetro salarial daqueles, e que estejam cadastrados e devidamente autorizados junto à CONTRATANTE a entrar nos prédios/áreas objeto do presente Termo de Referência para executar qualquer tipo de serviço relacionado à manutenção predial, sempre se respeitando as obrigações trabalhistas pertinentes, bem como limitações quanto à jornada máxima de trabalho, impossibilidade de dobra de jornada, etc. Os serviços serão pagos somente se efetivamente acionados e executados.

7.7.3. Para tanto, a CONTRATADA deverá prever em sua planilha de custos e formação de preços valor para pagamento de horas extras. O funcionário eventualmente acionado receberá hora-extra correspondente ao tempo trabalhado, lembrando-se que a Lei nº 605/1949, em seu art. 9º, estabelece que “nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga”.

7.8. A prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, bem como dos serviços eventuais, incluem o fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, instrumentos, equipamentos e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, na totalidade dos sistemas prediais descritos, além dos relatórios mensais e documentos técnicos pertinentes, e de acordo com:

7.8.1. A especificação dos serviços constantes no presente TERMO DE REFERÊNCIA;

7.8.2. Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

7.8.3. Orientação técnica dos fabricantes, de modo a preservar a vida útil e desempenho dos equipamentos, instrumentos e materiais;

7.8.4. Otimização do consumo.

7.9. Dentre as normas destacam-se, não se limitando, as seguintes:

7.9.1. NBR 5410– Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

7.9.2. NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;

7.9.3. NBR 10719 – Apresentação de relatórios técnico-científicos – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

7.9.4. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI - Ministério do Trabalho e Emprego;

7.9.5. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – Ministério do Trabalho e Emprego;

7.9.6. NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Ministério do Trabalho e Emprego;

7.9.7. NR-23: Proteção Contra Incêndios - Ministério do Trabalho e Emprego;

7.9.8. NR-35- Trabalho em Altura - Ministério do Trabalho e Emprego;

7.9.9. As disposições legais da União e do Governo do Rio Grande do Norte;

7.9.10. Os regulamentos das concessionárias;

7.9.11. As prescrições e recomendações dos fabricantes;

7.9.12. As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

7.18.4. Poderá ser aceita a utilização de programa web/online, desde que aprovado pela fiscalização e compatível com a abrangência e especificidades dos serviços, além de devidamente autorizado e supervisionado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/PF/RN.

7.19. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço sob demanda que extrapole as rotinas e competências da Equipe Residente ou requeira especialização que vá além da qualificação exigida dos profissionais da referida equipe. Os Serviços Eventuais a serem executados pela CONTRATADA são os previstos e constantes no **ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS**.

7.19.1. Na eventual necessidade da realização de serviço não constante no **ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS**, a execução de tal serviço pela CONTRATADA ficará condicionada à avaliação e à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, devendo ser verificada na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, "Sem Desoneração", Localidade Natal/RN, vigente à época da apresentação da proposta da CONTRATADA, a existência do serviço. Existindo o serviço e sendo autorizado pela FISCALIZAÇÃO, será pago à CONTRATADA o valor constante no SINAPI com a aplicação do desconto ofertado pela licitante sobre o valor total de SERVIÇOS EVENTUAIS da licitação, acrescendo-se, em seguida, o BDI ofertado pela licitante, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (**ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**).

7.19.1.1. Cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja prorrogado será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. (Acórdão N° 1.238/2016 - TCU – Plenário).

7.19.2. Após observada a sequência acima, caso algum serviço, de forma excepcional e residual, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI supracitada, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à FISCALIZAÇÃO, orçamento com um mínimo de 03 (três) preços pesquisados, e, quando autorizado, o serviço será pago à CONTRATADA pela média dos valores pesquisados, com a incidência do desconto ofertado na licitação, acrescido do BDI correspondente ofertado, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (**ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**). As cotações/orçamentos apresentados previamente à FISCALIZAÇÃO para fins de aprovação deverão constar em Ordem de Serviço específica.

7.19.3. Com base no Acórdão/TCU nº 2622/2013, que trata da composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas (Despesas Administrativas, Lucro, Tributos e demais componentes), para o item SERVIÇOS EVENTUAIS a licitante deverá detalhar a composição do BDI utilizado na proposta vencedora do certame, bem como informar o desconto ofertado sobre o valor total do referido item (SERVIÇOS EVENTUAIS) da licitação. Tanto o desconto quanto o BDI se manterão fixos durante toda a execução contratual.

7.20. Os Materiais, Peças de reposição e Insumos a serem fornecidos pela CONTRATADA em função da execução das diversas rotinas e serviços de manutenção predial são os previstos e constantes no **ANEXO V - MATERIAIS E PEÇAS**.

7.20.1. Na eventual necessidade do fornecimento de Material/Peça/Insumo não constante no **ANEXO V – MATERIAIS E PEÇAS**, o fornecimento de tal material pela CONTRATADA ficará condicionado à avaliação e à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, devendo ser verificada na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, "Sem Desoneração", Localidade Natal/RN, vigente à época da apresentação da proposta da CONTRATADA, a existência do material/peça/insumo. Existindo o material/peça/insumo e sendo autorizado pela FISCALIZAÇÃO, será pago à CONTRATADA o valor constante no SINAPI com a aplicação do desconto ofertado pela licitante sobre o valor total de MATERIAIS/PEÇAS da licitação, acrescendo-se, em seguida, o BDI Diferenciado ofertado pela licitante, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (**ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**).

7.20.1.1. Cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja prorrogado será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. (Acórdão N° 1.238/2016 - TCU – Plenário).

7.20.2. Após observada a sequência acima, caso algum material/peça/insumo, de forma excepcional e residual, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI supracitada, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à FISCALIZAÇÃO, orçamento com um mínimo de 03 (três) preços pesquisados, e, quando autorizado, o fornecimento será pago à CONTRATADA pela média dos valores pesquisados, com a incidência do desconto ofertado na licitação, acrescido do BDI Diferenciado correspondente ofertado, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (**ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**). As cotações/orçamentos apresentados previamente à FISCALIZAÇÃO para fins de aprovação deverão constar em Ordem de Serviço específica.

7.20.3. Com base no Acórdão/TCU nº 2622/2013, que trata da composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas (Despesas Administrativas, Lucro, Tributos e demais componentes), para o item MATERIAIS E PEÇAS a licitante deverá detalhar a composição do BDI Diferenciado utilizado na proposta vencedora do certame, bem como informar o desconto ofertado sobre o valor total do referido item (MATERIAIS E PEÇAS) da licitação. Tanto o desconto quanto o BDI Diferenciado se manterão fixos durante toda a execução contratual.

7.21. A CONTRATADA deverá apresentar no prazo de até **30 (trinta) dias**, a partir do início do contrato, com base no **ANEXO II - ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL** do presente Termo, o PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – PMP para o Edifício-Sede e para as demais unidades da SR/PF/RN (Natal/RN e Região Metropolitana, bem como Mossoró/RN), no qual deverão constar as rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, o cronograma de manutenção e as datas das visitas a serem realizadas pelo(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) do contrato.

7.22. Caberá a SR/PF/RN, num prazo de **10 (dez) dias úteis**, aprovar o PLANO DE

MANUTENÇÃO PREDIAL apresentado pela CONTRATADA.

7.23. Caso seja necessário algum ajuste, a SR/PF/RN, comunicará à CONTRATADA para as modificações, que deverão ser realizados no prazo de **05 (cinco) dias** úteis.

7.24. Entende-se por **manutenção preventiva** o conjunto de ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais, nos equipamentos, componentes e instalações, referentes ao objeto do presente Termo de Referência, do Edifício-Sede da SR/PF/RN e demais Unidades Descentralizadas, para evitar a ocorrência de defeitos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, podendo, dentre essas atividades preventivas, abranger: ensaios, testes, ajustes, limpeza geral, pintura, reconstituição de partes com características alteradas, substituição de peças ou componentes desgastados, reorganização interna e externa de componentes e cabos, entre outras.

7.25. Para a prestação dos serviços de manutenção preventiva deverão ser observados os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos, componentes e instalações prediais, bem como as normas vigentes sobre o assunto e prescrições da SR/PF/RN.

7.26. A SR/PF/RN, no interesse do serviço, poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e periodicidade de realização dos serviços de manutenção, mediante comunicação, por escrito, à CONTRATADA, que terá **05 (cinco) dias úteis** para providenciar as alterações;

7.27. Entende-se por **manutenção corretiva** todos os serviços que visem restabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos, componentes e instalações, objeto do presente Termo, instalados nos prédios/áreas da SR/PF/RN, Sede e Unidades Descentralizadas, por meio da correção dos problemas técnicos e defeitos verificados, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios quando necessário e nas condições do presente Termo de Referência.

7.28. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo a sua ocorrência ser imediatamente comunicada a SR/PF/RN.

7.29. Os equipamentos e instalações que se encontram em período de garantia somente poderão receber manutenção corretiva após constatação de que o problema não decorre de defeito de fabricação/instalação.

7.30. Ficando constatado que o problema do equipamento/instalação decorre de defeito de fabricação/instalação, a SR/PF/RN responsabilizar-se-á pelas providências necessárias.

7.31. Caso a CONTRATADA execute serviços de manutenção corretiva em equipamentos que se encontram em período de garantia e disso resulte a perda da garantia, a CONTRATADA deverá assumir, durante o período remanescente da garantia, o ônus de responsabilidade do fabricante.

7.32. Entende-se por **manutenção preditiva** o conjunto de medidas operacionais técnicas de vistoria, que indica as condições reais de funcionamento das máquinas e equipamentos com base em dados que informam o seu desgaste ou processo de degradação. Trata-se da manutenção que prediz o tempo de vida útil das instalações, dos componentes das máquinas e equipamentos e as condições para que esse tempo de vida seja melhor aproveitado.

7.33. Os serviços de operação, apoio, manutenção preventiva, preditiva e corretiva serão prestados na SR/PF/RN e em suas Unidades Descentralizadas.

7.34. Caso necessário, para a perfeita execução dos serviços, caberá à CONTRATADA desmontar, transportar e remontar, às suas expensas, os equipamentos e componentes que necessitem ser reparados fora das dependências das Unidades da SR/PF/RN, cujo reparo seja de responsabilidade da CONTRATADA.

7.35. Caberá à CONTRATADA auxiliar a SR/PF/RN no acompanhamento de instalações e serviços correlatos ao objeto deste Termo de Referência, mesmo que executados por outras empresas, visando o seu enquadramento às rotinas de manutenção preventiva e corretiva; devendo, ainda:

7.35.1. Prestar assessoramento e supervisão técnica em relação às novas instalações e serviços relativos aos equipamentos, componentes e sistemas pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência, sem ônus adicional para a SR/PF/RN.

7.35.2. Assumir, imediatamente, a manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos serviços e instalações relacionadas ao objeto do presente Termo de Referência e eventualmente incorporadas aos prédios/áreas da SR/PF/RN, após sua conclusão e recebimento provisório e/ou definitivo pela SR/PF/RN.

7.36. Durante a execução dos serviços de operação e manutenção a CONTRATADA poderá sugerir modificações no PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - PMP, para otimizar os trabalhos, devendo ser, contudo, formalmente registradas.

7.37. A CONTRATADA deverá manter e apresentar à CONTRATANTE, controle individualizado dos equipamentos e componentes das instalações da SR/PF/RN e de suas Descentralizadas, constando o registro, dentre outras informações relevantes, de suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados.

7.38. Além do fornecimento de todo o material de insumo necessário à perfeita execução dos serviços em apreço, a CONTRATADA deverá fornecer, SOB DEMANDA, materiais e peças essenciais de reposição para as instalações, componentes e equipamentos da CONTRATANTE, tudo conforme item específico do presente Termo de Referência, que trata do fornecimento de MATERIAIS.

7.39. Caberá ainda à CONTRATADA especificar e relacionar peças e materiais a serem adquiridos pela CONTRATANTE em casos eventuais que envolvam aquisições de maiores custos e complexidade, visando ao Princípio da Economicidade e da Eficiência.

7.40. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, ser realizados durante o horário normal de expediente da Edificação/Unidade, desde que não venham a prejudicar o funcionamento normal daquela. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação/Unidade e causar incômodo em demasia aos ocupantes da mesma, poderão/deverão ser realizados aos sábados, domingos e/ou feriados, com a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, havendo, quando for o caso, a contabilização de horas-extras, que serão pagas conforme previsão contida neste Termo de Referência, cujas estimativas constam no **ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

pagamento.

8.3. O cálculo do Instrumento de Medição do Resultado (IMR) ou Acordo de Nível de Serviço (ANS), o **ANEXO IX - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, deverá ser realizado preferencialmente por meio de ferramentas informatizadas, através de plataforma de gestão de manutenção.

8.4. A CONTRATADA obrigará-se ao cumprimento de Acordo de Níveis de Serviço, conforme indicadores constantes no **ANEXO IX - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

8.5. O principal instrumento de avaliação da execução dos serviços objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS, porém não único, será a entrega do relatório mensal de manutenção.

8.6. O relatório mensal de manutenção é o instrumento pelo qual a CONTRATADA demonstrará formalmente a realização e execução de todo o objeto do contrato, demonstrando os resultados obtidos e as justificativas necessárias.

8.7. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, previamente à entrega da Nota Fiscal/Fatura, Relatório Técnico, após a execução dos serviços, em mídia eletrônica/virtual (NUVEM), bem como uma cópia em material impresso, elaborados em editor de texto licenciado, e compatível com a última versão usada pela CONTRATANTE, conferido e assinado pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(eis), sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

8.7.1. Nome e função dos profissionais envolvidos;

8.7.2. Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com identificação da data efetiva de realização de cada procedimento, tempo despendido, eventuais anormalidades encontradas e o responsável pela sua execução;

8.7.3. Descrição das manutenções corretivas realizadas, com indicação das pendências, quando houver, e as razões de sua existência;

8.7.4. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da CONTRATANTE, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;

8.7.5. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços incluindo faltas de energia, performance dos equipamentos, etc;

8.7.6. Planilha de materiais e peças substituídos por defeitos ou desgaste no mês corrente e também comparativo com meses anteriores;

8.7.7. Cópia das fichas histórico dos equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período;

8.7.8. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinadas pelo(s) responsável(eis) técnico(s).

8.7.9. O relatório mensal referente ao último mês, término ou rescisão contratual, deverá ser elaborado, no prazo máximo de **10 (dez) dias** após o término dos serviços, com a supervisão da Fiscalização, constando o detalhamento dos equipamentos e instalações, nos termos do relatório preliminar (primeiro mês), descrevendo as condições em que se encontram as instalações e equipamentos a serem repassados à sucessora findo o Contrato.

8.7.10. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres ou laudos técnicos, por exemplo, sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo necessidades de novas instalações.

8.7.11. A apresentação de todos os relatórios, pareceres, laudos, deverão ser encaminhados através do(s) responsável(eis) técnico(s) pelos serviços do objeto contratado.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, aparelhos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no presente TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da relação do **ANEXO VI – LISTA DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** serão disponibilizados pela CONTRATADA na prestação dos serviços contínuos descritos no **ANEXO II - ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL**. A lista constante no **ANEXO V – MATERIAIS E PEÇAS não é exaustiva**. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

9.3. Os SERVIÇOS EVENTUAIS listados no **ANEXO IV** incluem tanto o fornecimento de material quanto o ferramental necessário à execução dos serviços.

9.4. A CONTRATADA ficará responsável pelo fornecimento, quando necessário e/ou solicitado pela CONTRATANTE, de todos os materiais, peças e componentes de reposição, novos, originais e de primeiro uso, necessários à perfeita execução dos serviços de que tratam este Termo de Referência.

9.5. Os custos com os materiais a serem fornecidos, serão pagos à CONTRATADA, desde que seguidos os passos abaixo:

9.5.1. Ao ser constatada a necessidade de aquisição de peças ou materiais, a CONTRATADA emitirá relatório contendo todas as informações necessárias que justifiquem o fornecimento e entregará à fiscalização da CONTRATANTE.

9.5.2. Será verificada na lista de materiais/peças/insumos do **ANEXO V - MATERIAIS E PEÇAS** a existência do material. Constando na lista, a CONTRATADA emitirá Ordem de Serviço solicitando a autorização da FISCALIZAÇÃO para aquisição e fornecimento do material, cujo valor está definido na Planilha de Custos resultante da licitação. Na citada planilha, constarão os valores de todos os materiais/peças/insumos resultantes da licitação, bem como o BDI Diferenciado que incidirá sobre o material, e a indicação do desconto que a licitante vencedora (CONTRATADA) ofertou sobre o total do item MATERIAIS E PEÇAS, antes da incidência do BDI Diferenciado (que também deverá ser

detalhado).

9.5.3. Caso alguma das peças/materiais constantes no relatório supracitado não constem do **ANEXO V - MATERIAIS E PEÇAS**, a CONTRATADA deverá apresentar em até **3 (três) dias úteis**, contados a partir da formalização da necessidade, orçamento para o fornecimento dos materiais/peças/insumos, seguindo a seguinte sequência (já descrita no item 7.20 e subitens deste Termo de Referência, porém destacada no presente item também):

9.5.3.1. Na eventual necessidade do fornecimento de Material/Peça/Insumo não constante no **ANEXO V - MATERIAIS E PEÇAS**, o fornecimento de tal material pela CONTRATADA ficará condicionado à avaliação e à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, devendo ser verificada na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, "Sem Desoneração", Localidade Natal/RN, vigente à época da apresentação da proposta da CONTRATADA, a existência do material/peça/insumo. Existindo o material/peça/insumo e sendo autorizado pela FISCALIZAÇÃO, será pago à CONTRATADA o valor constante no SINAPI com a aplicação do desconto ofertado pela licitante sobre o valor total de MATERIAIS/PEÇAS da licitação, acrescendo-se, em seguida, o BDI ofertado pela licitante, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (**ANEXO VIII - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**).

9.5.3.1.1. Cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja prorrogado será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. (Acórdão N° 1.238/2016 - TCU - Plenário).

9.5.3.2. Após observada a sequência acima, caso algum material/peça/insumo, de forma excepcional e residual, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI supracitada, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à FISCALIZAÇÃO, orçamento com um mínimo de 03 (três) preços pesquisados, e, quando autorizado, o fornecimento será pago à CONTRATADA pela média dos valores pesquisados, com a incidência do desconto ofertado na licitação, acrescido do BDI Diferenciado correspondente ofertado, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (**ANEXO VIII - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)**). As cotações/orçamentos apresentados previamente à FISCALIZAÇÃO para fins de aprovação deverão constar em Ordem de Serviço específica.

9.5.4. Sempre que julgar necessário, a CONTRATANTE fará ampla pesquisa de mercado para determinar o valor máximo a ser pago pelo material/peça/insumo.

9.5.5. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, além das faturas mensais de serviços, nota fiscal discriminando todo o material fornecido no mês, de acordo com as condições estabelecidas no item 7 este Termo de Referência.

9.6. Os materiais, peças e componentes de reposição substituídos deverão ser garantidos pelo período estabelecido na legislação vigente. Nos casos em que os materiais, peças e componentes de reposição tenham prazo de garantia do fabricante superior ao mínimo estabelecido em Lei, prevalecerá o prazo do fabricante.

9.7. Após autorização e/ou solicitação formal da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo máximo de **até 3 (três) dias úteis** para o fornecimento do material, ou, caso este prazo seja, comprovadamente, insuficiente, para encaminhar justificativa, informando o prazo necessário.

9.8. Caso se comprove que a necessidade de substituição de materiais, peças ou componentes de reposição se deu em razão de negligência, imperícia ou imprudência na execução de serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE fica desobrigada do pagamento e poderá descontar os valores correspondentes nas faturas seguintes, caso já tenham sido pagos.

9.9. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação do fiscal do Contrato.

9.10. Conforme previsto no item 10.11 deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá disponibilizar, durante toda a execução do Contrato, veículo, próprio ou locado, que será utilizado pela Equipe Residente do Prédio-sede em seus deslocamentos para as manutenções nas Unidades da SR/PF/RN, sendo mensais na Região Metropolitana de Natal/RN e bimestrais em relação à Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, conforme itens 10.12 e 10.13 do presente documento.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. A descrição das instalações, equipamentos e sistemas prediais existentes encontra-se detalhada no **ANEXO I - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS IMÓVEIS ABRANGIDOS**, do presente Termo de Referência.

10.3. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a CONTRATADA da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

10.4. Deverão ser previstos, quando do dimensionamento da proposta, custos de caráter técnico e administrativo referentes a todas as atividades relacionadas com o escopo do objeto da licitação, incluindo:

10.4.1. Elaboração de relatórios mensais, anuais e específicos e de Plano de Manutenção Predial anual e complementações mensais;

10.4.2. Cadastro de instalações e equipamentos;

10.4.3. Coordenação de atividades de apoio integradas às rotinas de manutenção corretiva, preventiva, preditiva, e de apoio à Administração na busca pela Eficientização energética;

10.4.4. Estudos e pareceres sobre a condição operacional dos sistemas prediais e equipamentos instalados;

10.4.5. Os equipamentos, aparelhos e ferramental necessários à execução dos serviços de manutenção predial, constantes na relação não exaustiva inserida no **ANEXO VI – LISTA DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, serão disponibilizados pela CONTRATADA e ficarão à disposição da Equipe Residente, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.

10.5. A lista constante no **ANEXO VI – LISTA DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** não é exaustiva. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

10.6. Materiais de escritório, tais como: papel A4, régua plástica, caneta, clips, grampeador, grampos, pastas para arquivamento de documentos, dentre outros, necessários à execução dos serviços pelas equipes técnicas, cujos custos deverão estar considerados e dimensionados junto à formulação dos CUSTOS INDIRETOS, serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

10.7. Os demais materiais de consumo serão fornecidos conforme descrito no item referente ao fornecimento de materiais/peças, conforme estimativa, constante no **ANEXO V – MATERIAIS E PEÇAS**.

10.8. Os salários dos profissionais da Equipe Residente, utilizados pela Administração na estimativa e composição de custos e formação de preços (**ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**), são os constantes nas Convenções Coletivas do SINDUSCON RN (Números de registros no MTE: RN000163/2021, para o Eletricista Pleno, e RN000114/2021, para o Encarregado de Manutenção Predial (utilizado o valor para Mestre de Obras) e para os Oficiais de Manutenção (utilizado o valor para Profissionais)), devendo as licitantes utilizarem/indicarem, na formulação de suas propostas, Convenção Coletiva de Trabalho que resguarde adequada equivalência com relação aos salários constantes no **ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** supracitado.

10.8.1. Em relação ao salário profissional do(s) engenheiro(s), as licitantes deverão atender à legislação pertinente, fiscalizada pelo sistema CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia/CREA.

10.9. Para a formação da EQUIPE RESIDENTE de manutenção que atenderá o objeto do presente Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comprovar que possui, no mínimo, em seu quadro de funcionários, profissionais que atendam aos requisitos de qualificação constantes no **ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**.

10.10. A EQUIPE RESIDENTE de manutenção deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA para o atendimento das solicitações da CONTRATANTE na execução de serviços de manutenção programada de caráter preventivo, preditivo, corretivo e/ou emergencial e ainda para a operação dos equipamentos e sistemas, em todas as Unidades da SR/PF/RN.

10.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante toda a execução do Contrato, veículo, próprio ou locado, que será utilizado pela Equipe Residente do Prédio-sede em seus deslocamentos para as manutenções nas Unidades da SR/PF/RN.

10.12. A CONTRATADA deverá prever visitas mensais da Equipe Residente do Prédio-sede até as demais Unidades da SR/PF/RN na Região Metropolitana de Natal/RN, sem custos adicionais à CONTRATANTE, de forma a atender as rotinas de manutenção predial referentes aos prédios constantes no item 7 acima.

10.13. Em relação à Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, a CONTRATADA deverá prever 06 (seis) deslocamentos anuais, de 02 (dois) funcionários da Equipe Residente do Prédio-sede, até a citada Delegacia, frequência bimestral, com ida em um dia e retorno no dia seguinte, havendo a necessidade, portanto, da previsão de custos com hospedagem, alimentação, utilização/locação de veículo e combustível para os deslocamentos, cujos valores estimados pela Administração (diárias, combustível e locação de veículo) constam nas Planilhas de Custos e na memória de cálculo do presente processo. Em caso de emergência a ser atendido por integrantes da Equipe Residente, poderá haver antecipação de visita bimestral. As visitas bimestrais deverão ser registradas nos Livros Diários de Manutenção Predial.

10.13.1. Além das penalidades previstas neste Termo de Referência, o não cumprimento do item acima acarretará a glosa do valor correspondente.

10.13.2. A CONTRATANTE deverá comprovar o efetivo pagamento do valor da diária estipulada em sua planilha de formação de custos aos funcionários designados para os deslocamentos, quando estes ocorrerem (bimestralmente).

10.14. Considerando os Grupos de veículos para locação adotados pelo mercado, o veículo a ser disponibilizado pela CONTRATANTE deverá ter as seguintes características mínimas: pertencente ao Grupo B, compacto, econômico e com ar condicionado.

10.14.1. O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.

10.14.2. Quaisquer impostos, seguros, taxas ou multas, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

10.15. Dos profissionais que comporão a Equipe Residente, ao menos 02 (dois) deles deverão ter habilitação para a condução do veículo que será disponibilizado pela CONTRATADA para a execução dos serviços de manutenção predial nas Unidades da SR/PF/RN.

10.16. A CONTRATADA deverá instalar, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir do início da vigência do contrato, escritório/representação no município de Natal/RN.

10.17. Para a formação dos custos e apresentação de proposta, deverá ser considerado pelas licitantes a existência de Laudo Técnico do Ministério do Trabalho acerca de **periculosidade** em Unidades da SR/PF/RN, devendo o salário base da categoria da Equipe Residente, Prédio-Sede e Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, ser acrescido do adicional de **30% (trinta por cento)**.

10.18. A CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) Engenheiro(s) vinculado(s) ao contrato, de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de modo a abranger a responsabilidade técnica pela manutenção de todos os sistemas prediais das Unidades/Áreas objeto do presente Termo de Referência e relativa ao período de vigência do contrato, **como pré-requisito**

para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura, procedimento este a ser mantido em períodos subsequentes em caso de prorrogação contratual.

10.18.1. A CONTRATADA deverá prever em sua planilha de custos e formação de preços valor para pagamento de horas extras. O funcionário eventualmente acionado receberá hora-extra correspondente ao tempo trabalhado, lembrando-se que a Lei nº 605/1949, em seu art. 9º, estabelece que “nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga”.

10.18.2. Com base no histórico da SR/PF/RN, foi realizada estimativa de horas para acionamentos extras ao mês, conforme Planilha de Horas Extras da Equipe Residente, constante no **ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**. Os horários e jornadas de trabalho da Equipe Residente poderão ser alterados, a critério da CONTRATANTE, para a otimização dos serviços, e, eventualmente, dependendo da conveniência e das necessidades da SR/PF/RN, também para horários noturnos ou aos sábados, domingos e feriados, sempre de acordo com as disposições legais trabalhistas pertinentes.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- 11.2.1. Camisa em algodão, com gola polo, manga curta e emblema da empresa;
- 11.2.2. Calça jeans;
- 11.2.3. Cinto;
- 11.2.4. Par de botas com solado de borracha, de acordo com a categoria profissional;
- 11.2.5. Par de meias.

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Camisa | Camisa 100% algodão, com gola polo, manga curta e emblema da empresa. |
| Calça jeans | Calça confeccionada em tecido jeans, com quatro bolsos chapados e passante para cinto. Resistente a rasgos e abrasões em geral. |
| Cinto | Cinto em couro ou tecido resistente. |
| Bota de segurança | Bota profissional, confeccionada em couro, solado em poliuretano/borracha e biqueira plástica. |
| Meias | Meias atalhadas. |

11.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.4.1. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma: 02 (dois) conjuntos completos fornecidos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada **06 (seis) meses**, ou a qualquer época, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

11.4.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.5. A camisa do Encarregado de Manutenção Predial deverá ter cor diferente dos demais integrantes da equipe.

11.6. A Equipe Residente deverá, obrigatoriamente, utilizar, além do uniforme, equipamentos de proteção individual (EPI) adequados às suas atividades, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários à execução dos trabalhos;

11.7. Os EPIs devem ser de boa qualidade e compatíveis com as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e possuir Certificados de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego;

11.8. Os EPIs devem ser mantidos em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação e higienização e armazenados separados de outros materiais;

11.9. A CONTRATADA deve registrar a entrega de EPIs aos seus empregados em fichas individuais assinadas;

11.10. Os EPIs devem ser revisados no mínimo **semestralmente** e esta revisão deve estar registrada na ficha do empregado;

11.11. A identificação dos prestadores de serviço deverá ser feita através de crachá, constando no mínimo os seguintes dados:

- 11.11.1. Nome da CONTRATADA
- 11.11.2. Nome do funcionário

- 11.11.3. Função ocupada
11.11.4. Número do documento de identidade
11.11.5. Fotografia.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 12.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 12.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
 - 12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 12.7.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 - 12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 104, da Lei nº 13.146/2015;
- 12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem

13.19.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.19.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.22.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

13.22.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.27.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

13.31. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

13.35. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

13.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

13.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

13.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.40.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.40.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.41. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, histórico de manutenção, histórico de utilização de peças, contatos e serviços importantes, sem perda de informações, inclusive, se necessário, realizar a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, em termos das peculiaridades dos sistema e equipamentos objeto da manutenção do presente TERMO DE REFERÊNCIA;

13.42. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.43. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

13.44. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

13.45. Apresentar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis**, para análise da documentação de identificação, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução de Serviços Eventuais;

13.46. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

13.47. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

13.48. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.49. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

13.50. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas vigentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

13.51. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.52. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

13.53. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

13.54. Implementar, quando aplicáveis, os critérios e diretrizes de sustentabilidade previstos no Decreto nº 7.746/2012;

13.55. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010;

13.56. Atender, no que couber, aos dispositivos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, em especial:

13.56.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

13.56.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

13.56.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

13.56.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs);

13.56.5. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que

13.56.6. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

13.56.8. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

13.56.9. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos **3** (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

13.56.10. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, providenciando a sua destinação conforme legislação pertinente em vigor;

13.56.11. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

13.56.12. Providenciar a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

13.57. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.58. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

13.59. Executar todos os serviços de manutenção em consonância com os termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

13.60. Instalação, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir do início da vigência do contrato, de escritório/representação no município de Natal/RN;

13.61. **Manifestar expressamente, com antecedência mínima de 6 meses do término do prazo contratual, quanto ao interesse ou a falta deste, na prorrogação do contrato.**

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **10%** (dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

14.1.2. No caso de pretender subcontratar, a CONTRATADA deverá obter o prévio consentimento escrito da CONTRATANTE, com, pelo menos, **15 (quinze) dias** de antecedência à data prevista para o início dos trabalhos pela subcontratada.

14.1.3. Os seguintes serviços serão passíveis de subcontratação:

14.1.3.1. Manutenção/reparo de Equipamentos e/ou Componentes das Instalações Elétricas.

14.1.3.2. Manutenção/reparo de Sistemas Construtivos Específicos.

14.1.3.3. Manutenção/reparo dos equipamentos de controle de acesso.

14.1.3.4. Manutenção/reparos que envolvam serviços de serralheria, marcenaria e vidraçaria.

14.1.3.5. Outros serviços cuja manutenção/reparo exija, comprovadamente, especialização específica.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

16.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.

16.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes: Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

16.14.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.14.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14.3. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos

terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.15.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

16.16. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.16.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.17. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.18. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **ANEXO IX - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.19. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.20. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.21. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.25. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.26. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.27. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.28. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada

juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.30. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.32.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.32.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.32.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

16.33. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.34. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

17.1.1. No prazo de até **05 (cinco) dias** corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.1.2. Ao final de cada mês da execução contratual, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.3. Um serviço será considerado efetivamente concluído quando tudo o que foi previsto na Ordem de Serviço e/ou na rotina correspondente estiver executado em sua totalidade.

17.1.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.1.5. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.1.5.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório, ou outro documento similar, a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.1.5.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.1.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.1.5.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.1.6. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado, ou documento equivalente, em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.1.6.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.1.6.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do

relatório circunstanciado, ou documento equivalente, ou ainda, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último

18.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

18.6.1. não produziu os resultados acordados;

18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

18.10. Previamente a emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas

c) As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

c.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

c.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

c.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

c.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

19.2. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a CONTRATADA das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas neste termo de referência e demais anexos do edital.

20. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou

LicArTermb-deRefedênRieGrEEdaSEdOAG/SP/RSF/20226208725 SES68424205059/29/2023-03d.p49 27

21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12. Será considerada extinta a garantia:

21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2. no prazo de **90 (noventa) dias** após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

21.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência.

21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato:

22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo: ou

22.1.5. Cometer fraude fiscal:

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. **Multa de:**

22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o

Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS IMÓVEIS ABRANGIDOS;
ANEXO II - ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL;
ANEXO III - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS;
ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS;
ANEXO V – MATERIAIS E PEÇAS;
ANEXO VI – LISTA DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;
ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;
ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE);
ANEXO IX - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR);
ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA;
ANEXO XI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

Natal/RN, 06 de setembro de 2021.

FÁBIO MATHIAS FELICIO DA SILVA

Escrivão de Polícia Federal
Matrícula PF nº 10.361
GTED/SR/PF/RN



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MATHIAS FELICIO DA SILVA**, **Escrivão(a) de Polícia Federal**, em 06/09/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20208725** e o código CRC **A6480119**.

Referência: Processo nº 08420.005709/2021-03

SEI n° 20208725



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO I – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS IMÓVEIS ABRANGIDOS

1. ESPECIFICAÇÕES DO PRÉDIO SEDE – PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS

1.1. Prédio-Sede da SR/PF/RN:

- 1.1.1. Prédio com 04 pavimentos (subsolo e mais 03 pavimentos) e um Heliponto, construído em estrutura de concreto armado; alvenaria de tijolos cerâmicos e maciços; esquadrias de madeira, ferro e alumínio anodizado; piso em porcelanato, cerâmico e concreto armado polido; divisórias com chapas de MDF, acabamento em laminado melamínico de baixa pressão, com núcleo de lâ de rocha; revestimento cerâmico e em pastilhas de cerâmica esmaltada; pintura em PVA, acrílica e esmalte sintético; forro em fibra mineral e de gesso; telhado com estrutura de madeira, telha metálica trapezoidal com dupla camada de alumínio, interligado por núcleo termoacústico; sistema de impermeabilização com manta glass 3mm, à base de asfalto modificado, manta asfáltica APP 4mm, à base de asfalto modificado, e proteção mecânica, manta asfáltica com acabamento em alumínio SBS; estacionamento com pavimentação do tipo bripar, com meio fio executado com blocos em concreto; calçadas com pedras portuguesas; sombreadores com pilares em estrutura metálica tubular e tela com camada de polietileno, para vagas externas; área construída de 10.212,76 m²;
- 1.1.2. Subestação: A Subestação transformadora/abaixadora de 13.800 / 380 – 220V, do tipo abrigada. Sistema tipo barramento Simples. A Subestação é composta pelos seguintes equipamentos:
- 1.1.2.1. Painel (QGBT);
- 1.1.2.2. 02 – Transformadores Resimold (Refrigeração – Ar natural), de 500 KVA / Frequência de 60Hz: Marca Valtec;
- 1.1.2.3. 01 – Chave Seccionadora – TR2 (Marca Beghim), tipo: HAL/Tensão de 17,5 KV/Corrente de 400A;
- 1.1.2.4. 01 – Chave Seccionadora – TR1 (Marca A.Cabine), tipo: C1, Ano 2004/Tensão de 15 KV/Corrente de 400A, IT/S 16 KA;
- 1.1.2.5. 01 – Chave Seccionadora do Disjuntor (MT), tipo: SAN/Tensão de 15 KV/NBI: 95KV Corrente de 400A;
- 1.1.2.6. 01 – Disjuntor de MT (Marca Bengim), Série: ARC-O-VAC, tipo – MAF: 15 / Tensão Nominal de 17,5 KV/Corrente 630A, Circuito Auxiliar: Relé de abertura.
- 1.1.3. Gerador: Composto por equipamento GMG – Grupo Motor Gerador com potência de 230 KVA. A sala do gerador é composta pelos seguintes equipamentos:
- 1.1.3.1. 01 – GMG - Fabricante Leon Heimer S/A. O gerador é composto por um motor Cummins, Série C – Alternador: Negrini, Tipo ATEC, potência de 230 KVA / Corrente: 349A, / RPM: 1800 / tensão: 380V – 60HZ; N° de série do motor: 30499064; Modelo / SO: 6CTAA8.3G.
- 1.1.3.2. 01 – USCA – Marca Leon, com tensão de 380V / Corrente de 377A;
- 1.1.4. Nobreak: Nobreak modular trifásico de 80KVa com tecnologia Online dupla conversão, ligação elétrica Trifásica (3F+N), sistema Modular, Hot swap, expansível, módulo de potência adicional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

para manutenção potência nominal de 80 kVA, bypass Manual, manutenção e automático. Tensão de entrada 380/220 V (Trifásico), frequência de entrada 60 Hz, distorção harmônica < 3%, fator de potência de entrada > 0,92. Proteção na entrada para sobretensão, surtos de tensão e sobrecorrente, tipo de conexão borne. Tensão de saída 220V (110_+ 2% V (F+N), 220_+2% V (F+F)), frequência de saída 60 _+ 0,1% Hz, permitida a adequação com Auto Trafo se necessário, rendimento a plena carga > 92%, fator de potência de saída >_ 0,9, regulação estática para carga resistiva _+ 2%, fator de crista 3:1, proteção na saída sobretensão, sobrecorrente e sobrecarga. Baterias tipo VRLA, divididas em racks, com autonomia de 01 hora com 50% da carga, com recarga automática e com teste das baterias. Display LCD, modo de funcionamento, nível das baterias, nível de carga, autonomia e falhas. Comunicação RS-232 e ethernet(SNMP), botoeira para desligamento de emergência, desligamento de emergência, DC Start (ligar sem rede) e Log de eventos.

1.1.5. Rede Estabilizada: Composta por dois equipamentos estabilizadores, ambos com 75KVA, totalizando 150KVA. Equipamentos de fabricação IMBRAMEQ. O Sistema de estabilizadores é distribuído por painel de barramentos simples.

- Carga Média Percentual – Estabilizador 01 – 21,75%;
- Carga Média Percentual – Estabilizador 02 – 21,25%;
- Temperatura Média de Trabalho – 23,7°C.

Obs.: Há uma conexão feita entre o Nobreak Predial de 80KVA com o barramento de estabilizadas (Quadro de Transferência Manual). Dessa forma, as manutenções preventivas do Nobreak podem ser feitas sem a necessidade de desligamento prolongado dos sistemas 110V.

1.1.6. SPDA: O Sistema de proteção contra Descargas Atmosféricas da SR/PF/RN é do tipo Gaiola de Faraday, conectado à ferragem estrutural da edificação. O cabo utilizado é do tipo "Nu", com bitola de 35mm² e solda exotérmica com conectores do tipo Parafuso Fendido. O sistema possui 4 para-raios, com captosres Franklin (todos interligados na Gaiola de Faraday).

1.1.7. Bombas de Recalque: O Sistema é formado por duas bombas de recalque, ambas do modelo WEG (100L – 3,7KW/5CV – 3485 RPM – 220/380V – 12,9/7,47A). Atualmente o sistema opera no regime de 30/1 dias de trabalho.

1.1.8. Bombas do Jardim: O sistema formado por 01 bomba trifásica, com potência de 1,5HP/2CV - 220/380V – 6,00/3,47A. Série 06/2012, da marca DANCOR.

1.1.9. Sistema de Detecção de Incêndio: Composta por uma Central Microprocessada, com sistema analógico, endereçável, Marca: Sira, Modelo: Área 51, com capacidade para operar 8 laços, cada um com 128 pontos. A central atende toda a área do prédio-sede, com sensores de Fumaça (BPA 212) Térmico (BPA 204), Termovelocimétrico (BTA 206), Chamas (66RU 205) e Gás (BPG 213). Os sensores de detecção de incêndio encontram-se na área interna da SR/PF/RN. O sistema é composto também por dois módulos, um módulo de operação na sala de "Automação", e outro módulo, esse apenas de visualização, na sala do "Plantão da PF".

1.1.10. Iluminação de Emergência: As rotas de fuga (Saídas de Emergência), são iluminadas com sinalização de emergência, compostas por luminária autônomas, da marca Blokito. As luminárias possuem autonomia de aproximadamente 2 horas. Possuem as seguintes características: Bateria Selada de 6V e 4Ah, tensão de entrada de 110/220V (Chaveada) e Frequência de 50/60HZ.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 1.1.11. Sistema de Hidrantes: Encontrados nas áreas internas e externas da edificação, estão abrigados em caixas de aço, conforme padrão NBR 13714, com seus respectivos acessórios (Engate, Mangueiras, Chave e Esguichos). O Sistema opera com bombas automáticas.
- 1.1.12. Sistema de Sprinklers: Encontrado apenas nas áreas internas da SR/PF/RN, instalado em todos os corredores, bem como em toda a área do subsolo e depósitos. O Sistema opera com bombas automáticas. Todos os Sprinklers são do modelo pendente, com temperaturas de rompimento de 68°C (Modelo vermelho).
- 1.1.13. Central de Bombas do Sistema de Combate a Incêndio: Localizado sob a caixa d'água principal da edificação, a central consiste em quatro bombas automáticas, sendo duas em operação e outras duas em standby. A central é operada por 02 quadros de comando automático, interligados na central de incêndio. O sistema não possui bomba do tipo Jockey.
- 1.1.13.1. 01 – Bomba WEG – Mod.: 132S – 7,5HP/10CV – 3510 RPM (220/380V – 25,5/14,8A) – Sistema de Hidrante;
- 1.1.13.2. 01 – Bomba WEG – Mod.: 132S – 7,5HP/10CV – 3510 RPM (380/660V – 14,8/8,5A) – Sistema de Hidrante;
- 1.1.13.3. 01 – Bomba WEG – Mod.: 132M – 11HP/15CV – 3520 RPM (220/380V – 36,9/21,4A) – Sistema de Sprinklers;
- 1.1.13.4. 01 – Bomba WEG – Mod.: 132M – 11HP/15CV – 3520 RPM (380/660V – 21,4/12,3A) – Sistema de Sprinklers;
- 1.1.13.5. 04 – Chaves de Fluxo, com retardo Pneumático, Marca: CONAUT, sendo duas de 2.1/2" e outras duas de 4".
- 1.1.14. Extintores: O prédio possui uma distribuição interno-externa, de extintores, conforme projeto inicial de combate a incêndio. Na edificação existem extintores dos tipos AP de 10 Litros, PQS de 04 e 12 Kgf, CO2 de 06 e 25 Kgf, e um de espuma mecânica de 50 Litros.
- 1.1.15. Banheiros: Composto por 24 unidades. É executada com revestimento interno da marca Elizabeth, de cor Areia Claro ou Creme Bianco. Bacias sanitárias da Linha DECA, Mod.: Vogue. Os metais são das marcas DECA e DOCOL. Os lavatórios são executadas com bancadas em Granito, de cor Verde Ubatuba, com cuba da linha DECA e Metais DECA.
- 1.1.16. Cozinha: Executada com revestimento interno da marca Elizabeth, de cor Areia Claro e Creme Bianco. A bancada é executada em granito, com cuba em inox. O sistema de gás é do tipo encanado, com central abrigada, distante do prédio principal.
- 1.1.17. Copas: Executada com revestimento interno da marca Elizabeth, de cor Areia Claro e Creme Bianco. A bancada é do tipo inox. O sistema de gás é do tipo encanado, com central abrigada, distante do prédio principal.
- 1.1.18. Sistema de Água Fria: O sistema é composto por 04 reservatórios inferiores, todos com capacidade para 7.500 Litros (Sendo 01 para jardinagem e outros 03 para fornecimento do prédio). Todas as caixas são fornecidas pela FORTLEV, PRFV – Plástico Reforçado com Fibra de Vidro. Na área superior do prédio, existe duas caixas em concreto armado, cada uma com 22,37 m³. As caixas do nível superior são atendidas automaticamente por sistema de bombas. Essas duas caixas superiores atendem à demanda de água fria do prédio, bem como a capacidade de reserva de incêndio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 1.1.19. Sistema de Drenagem Pluvial: O sistema é composto por calhas de concreto, com ralos do tipo abacaxi (Na parte superior). A água coletada é enviada para o sistema de coleta que é alojado sob o piso do Subsolo. Na área externa, o sistema é composto por bocas de lobo (valas de infiltração e caixas do tipo canaletas).
- 1.1.20. Estrutura Predial: A estrutura do Prédio Sede é executada em concreto armado, com alvenaria de fechamento e seguintes acabamentos:
- 1.1.20.1. Piso porcelanato Dolomi Ampezzo – Linha A e Dolomi Bolzano – Linha A, da Marca Elizabeth, ambos instalados na Recepção. Ambos os pisos possuem as dimensões de 40x40cm;
 - 1.1.20.2. Porcelanato polido “A” – Areia Claro ou Creme Bianco, da Marca Elizabeth, com as seguintes dimensões de 40x40cm, em todas as áreas da SR/PF/RN (Fora Subsolo, Escadas de Emergência e Antiga Custódia);
 - 1.1.20.3. O Subsolo e as escadas possuem piso em acabamento de concreto polido;
 - 1.1.20.4. Os Banheiros, Copas, Cozinha e os Laboratórios do prédio possuem acabamento nas paredes com Cerâmica de cor Bege Cristal, da Marca Elizabeth;
 - 1.1.20.5. Fachada executada com revestimento em pastilha de porcelana 5x5 cm, nas cores Cinza Claro, Cinza escuro e Cobalto (Azul Escuro). Todo o revestimento externo é da marca ATLAS;
 - 1.1.20.6. No passeio de pedestres, foi utilizada Pedra Portuguesa, nas cores Bege e Preta;
 - 1.1.20.7. A pintura interna (Térreo, 1º e 2º pavimentos) da edificação é acrílica, na cor PALHA, marca SUVINIL;
 - 1.1.20.8. A pintura interna na área do subsolo é feita nas cores AMARELA e PRETA, em listras, até a altura de 1,00, tinta de fabricação da SHERWIN WILLIAMS. Após, na cor PALHA, até a altura da laje do fabricante SUVINIL;
 - 1.1.20.9. A pintura interna na área de escadas de emergência é feita na cor BRANCO NEVE, pintadas em toda a extensão;
 - 1.1.20.10. Acabamento externo feito com textura acrílica, nas cores Cinza Claro e Escuro. O fabricante da textura é IBRATIN;
 - 1.1.20.11. Nas áreas metálicas (parte interna), foi utilizada a cor PALHA; pintura executada com tinta esmaltada à base de água, do fabricante SUVINIL;
 - 1.1.20.12. Nas áreas metálicas (parte externa), foi utilizada tinta esmalte sintético na cor AZUL DEL REY, de fabricação SUVINIL;
 - 1.1.20.13. Juntas de dilatação: Foram utilizadas juntas de dilatação (massa elástica de poliuretano), aplicadas sobre delimitador de profundidade (espuma cilíndrica). As juntas de dilatação são responsáveis pela vedação externa, evitando a entrada de umidade. Essas juntas estão aplicadas nas áreas externas e internas, tanto na alvenaria vertical, quanto entre os pisos;
- 1.1.21. Sistema para Controle de Acesso: O sistema de controle é composto pelos seguintes equipamentos:
- 1.1.21.1. 02 – Cancelas da Marca PPA – Barrier JET FLEX Brushless, barreira de 3,50m, com controle de acesso via cartão RFID, da Marca Intelbras, modelo RFID PROX LE 130 (Entrada principal da SR/PF/RN);
 - 1.1.21.2. 01 – Cancela da Marca: PPA, modelo, com controle de acesso via cartão RFID, da Marca Intelbras, modelo RFID PROX LE 130 (Entrada Posterior da SR/PF/RN);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 1.1.21.3. 02 – Catracas da Marca: Digicom, modelo Catrax Clip, com controle de acesso via cartão RFID, da Marca: Intelbras, modelo RFID PROX LE 130 (Acesso principal pela recepção);
- 1.1.21.4. 01 – Catraca da Marca: Digicom, modelo Plus (Cadeirante), com controle de acesso via cartão RFID, da Marca: Intelbras, modelo RFID PROX LE 130 (Acesso principal pela recepção);
- 1.1.21.5. 02 – Controles de acesso da Marca: Intelbras, modelo BIO3000 LE 310P, com controle de acesso via cartão RFID/Biometria e Fechadura com Eletroímã – FE 20150 (Porta da entrada Principal);
- 1.1.21.6. 01 – Controle de acesso da Marca: Intelbras, modelo RFID PROX LE 130, com controle de acesso via cartão RFID e Fechadura com Eletroímã – FE 20150 (Portão entre a SR/PF/RN com a Associação);

Obs.: Todos os equipamentos de acesso são controlados por sistema Intelbras, com placas de gerenciamento e controle de modelo NetControl CT370, fonte de 12V e baterias. O sistema é integrado na rede principal da SR/PF/RN, gerenciado pelo Software NetControl. O Software é controlado/monitorado pelo NTI e NIP.

1.1.22. Sistema para Controle de Acesso fora da rede: O sistema de controle é composto pelos seguintes equipamentos:

- 1.1.22.1. 01 – Porta Giratória com Detecção de Metais. A porta é constituída de material metálico, com 3 lâminas de vidro temperado; frenagem progressiva; Caixa de coleta de objetos; Sinal Sonoro e Visual de detecção de metais; Controle remotos para bloqueio, com códigos variáveis; Mensagem de voz; Fechadura noturna, de fabricação Mineoro, Modelo BB 2000;
- 1.1.22.2. Controles de Acessos por biometria, instalados em locais sensíveis, sendo esses liberados apenas para pessoas autorizadas (NTI, DRE, DELEPAT, CRISAD, SETEC, DELEARM, GAT e GRCC).

1.1.23. Sistema de CFTV: O sistema é composto por câmeras de vigilância interna e externas. As câmeras estão localizadas em pontos pré-determinados pela chefia do NTI. O CFTV está operando com câmeras de sistema HD (alimentação 12V e sinal via cabo Coaxial). Os servidores operam nas dependências do NTI, todos com gravação em DVR, modelo Multi-HD, Fabricante Intelbras.

1.1.24. Sistema de Sonorização: O sistema de sonorização encontra-se instalado na sala da Automação. O sistema é provido pelos seguintes equipamentos:

- 1.1.24.1.1. Sonofletor de embutir 6", com transformador de linha (BRAVOX);
- 1.1.24.1.2. Transformador de linha 4, 8 e 40 ohms (CLEAMAX COMÉRCIO);
- 1.1.24.1.3. CD player Pioneer PDF908 cap. p/ 100 discos (DAVID MARCONE);
- 1.1.24.1.4. Rack padrão de 19", 20 UR (DAVID MARCONE);
- 1.1.24.1.5. Amplificador de linha (SANKYA DO BRASIL);
- 1.1.24.1.6. Sintonizador AM/FM; Microfone para chamadas, com pedestal;
- 1.1.24.1.7. Setorizador;
- 1.1.24.1.8. Microfone para chamadas com pedestal;
- 1.1.24.1.9. Gongo eletrônico para som (ELETRO SATES).

1.1.25. Sistema de Sonorização do Auditório: O sistema de sonorização do auditório, mantido pela Equipe de Manutenção e operado pelo NTI, é composto pelos seguintes itens:

- 1.1.25.1. Interfone para comunicação palco/cabine (AMELCO)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 1.1.25.2. Tape Deck Duplo; Equalizador (ARTCAR)
- 1.1.25.3. DVD;
- 1.1.25.4. Tela de projeção de 120"; protetor de vídeo; Suporte para projetor de vídeo;
- 1.1.25.5. Caixa acústica retorno de cabine;
- 1.1.25.6. Projetor de imagens da EPSON;
- 1.1.25.7. Microfone sem fio, de mão UHF;
- 1.1.25.8. Microfone sem fio UHF (DAVID MARCONE);
- 1.1.25.9. Sintonizador AM/FM; Microfone Dinâmico;
- 1.1.25.10. Mesa misturadora de 12 canais (MX1203 - STANER);
- 1.1.25.11. Amplificador duplo 8ohms – 2x300 RMS;
- 1.1.25.12. Amplificador duplo 8ohms – 2x100 RMS (ELETRO SATES).

1.2. Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN:

- 1.2.1. Localizado no endereço Rua Raimundo Leão de Souza, 151, Bairro Nova Betânia, na cidade de Mossoró/RN, CEP: 59612-122. O imóvel possui uma área total de terreno de 3.666,68m², sendo delimitado em seu perímetro externo por muro de tijolos cerâmicos, e 891,20m² de área construída. O imóvel é composto por fundação com pedras amarradas, cintas e pilares em concreto armado, paredes em alvenaria com tijolos cerâmicos e laje em todo o imóvel. Internamente, piso, paredes rebocadas e forro em gesso, infraestrutura elétrica com acabamentos da linha Tramontina, esquadrias em alumínio e vidro, piso externo com revestimento intertravado ou paralelepípedos reajustados com cimento, areia e grama. A edificação conta com uma área de estacionamento de 1.534,40m², contendo 66 vagas (37 descobertas, 25 cobertas, 2 para uso de idosos e 2 para uso de pessoas portadoras de deficiência).
- 1.2.1.1. Estrutura do prédio: Executado em concreto armado, com alvenaria de fechamento, possui as seguintes características:
- 1.2.1.2. Piso em porcelanato 50x50 cm, com rodapé no mesmo material com 5,0 cm de altura
- 1.2.1.3. Banheiros, copa/cozinha com revestimentos cerâmicos nas paredes internas;
- 1.2.1.4. Pintura interna com acabamento acrílico na cor palha;
- 1.2.1.5. Esquadrias em alumínio, PVC e vidro;
- 1.2.1.6. 02 Portões para entrada e saída de viaturas. Ambos os portões possuem acionamento automático;
- 1.2.1.7. Portão de acesso terrestre com fechadura elétrica;
- 1.2.1.8. Cerca elétrica em todo o perímetro do muro do contorno, além de CFTV instalados em locais pré-determinados pela chefia do NTI;
- 1.2.1.9. Cobertura em telha cerâmica e calha em alumínio;
- 1.2.1.10. Revestimento externo com textura acrílica
- 1.2.1.11. Reservatório Superior de 5000l;
- 1.2.1.12. Forro em forro mineral, gesso e laje maciça.
- 1.2.2. Sistema Elétrico: De baixa tensão, com alimentação trifásica. Possui um quadro de distribuição elétrica com proteção individual de circuitos (Disjuntor por circuito).
- 1.2.3. Sistema de CFTV: O sistema de CFTV é composto por câmeras de vigilância internas e externas. As câmeras estão localizadas em pontos pré-determinados pela chefia do NTI. O CFTV está operando com câmeras de sistema Analógico (alimentação 12V e sinal via cabo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

Coaxial), e Digital (alimentação em 110V e sinal via cabo de rede). Os servidores operam nas dependências do NTI, sendo o Analógico distribuído e gravado em cinco DVR'S (todos de fabricação da KODO), sendo esses instalados na própria DPF/Mossoró.

- 1.2.4. Nobreak predial: 6 Nobreaks Legrand Keor BR 3KVa, estabilizador de tensão com tensão alimentação entrada 127/220V, com processador digital de sinais, tensão saída 110/220 v, capacidade nominal 3000va, bateria selada VRLA (reguladas por válvulas), tipo onda senoidal pura e com controle digital, variação frequência entrada 47- 63 Hz, auto-trafo. 2 nobreaks EATON 9PX6KI de 6kva, tensão entrada 220, tensão saída 220, tipo estabilizador interno dupla conversão, true on-line, tipo alarme sonoro, frequência 60, tipo onda senoidal, bateria selada, livre de manutenção, autonomia bateria 10 minutos, fator potência 0,90.

1.3. PÁTIO PARA VEÍCULOS APREENDIDOS, COM 02 GALPÕES, EM MACAÍBA/RN:

- 1.3.1. Terreno com 3.817,06 m² de área, contendo 01 galpão em alvenaria de tijolos, cobertura composta por telha de fibrocimento autoportante (calheta), com área construída de 574,67m²; e 01 galpão em alvenaria de tijolos, com cobertura de fibrocimento e madeiramento, com área construída de 395,37m². O pátio possui sistema de monitoramento com câmeras (14 unidades); DVR para 16 canais; Sistema de cerca elétrica e Concertina; Portão de Acesso e Alambrado.

1.4. SALAS E ALOJAMENTOS NO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE:

- 1.4.1. Sala do plantão (Equipe de plantão); Sala do SAER (Reunião e chefia); Sala de atendimento no 1º Andar; Alojamentos do plantão e Alojamentos dos terceirizados; Guichês de atendimento. Área total de 186,94 m².
- 1.4.1. Banheiros com piso cerâmico;
- 1.4.2. Salas e Alojamentos com Piso em Porcelanato;
- 1.4.3. Todas as salas possuem pintura acrílica na cor branco gelo;
- 1.4.4. As portas possuem pintura esmalte na cor branco gelo.

1.5. PORTO DE NATAL: POSTO DE ATENDIMENTO DA POLÍCIA FEDERAL EM NATAL/RN:

Compreende duas áreas localizadas no térreo (terminal marítimo de passageiros) do Porto de Natal/RN, sendo a primeira área uma sala com 26,00 m² prevista para serviços internos, enquanto que a segunda área possui 23,00 m² com a finalidade de atendimento aos usuários.

- 1.5.1. Piso em Porcelanato;
- 1.5.2. Forro em Fibras Minerais;
- 1.5.3. Paredes em Pintura Acrílica;
- 1.5.4. Sistema de Detecção de Fumaça;
- 1.5.5. Luminária tipo calha para lâmpada tubular, embutida no forro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO II – ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – EQUIPE RESIDENTE (SR/PF/RN)

1.1. A metodologia de execução para os serviços de manutenção dos sistemas prediais da SR/PF/RN deverá conter medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de conservação, limpeza e manutenção de todos os componentes dos diversos sistemas abrangidos, de maneira a garantir a qualidade e o pleno funcionamento das Unidades da Polícia Federal no RN, dentro do que for cabível no escopo dos serviços ora descritos.

1.2. Caberá ainda à EQUIPE RESIDENTE a manutenção da Central de Incêndio e para tanto a CONTRATADA deverá apresentar comprovação, no prazo máximo **de 15 (quinze) dias úteis** após o início da vigência do contrato, de que foi realizado treinamento para os funcionários que compõem a equipe operacional quanto à operação das funções básicas da referida Central de Incêndio.

1.3. Abaixo segue a relação dos serviços e atividades mínimas a serem realizadas em todos os sistemas, componentes e instalações referentes ao objeto do presente Termo de Referência, do Edifício-Sede da SR/PF/RN e, no que couber, dos prédios das demais Unidades, que servirão como referência à CONTRATADA, a qual deverá apresentar à SR/PF/RN, no prazo previsto no item 7.21 do Termo de Referência, o PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – PMP com as adequações técnicas necessárias ao aperfeiçoamento do plano básico/procedimentos de execução abaixo descritos, de forma a abranger TODOS os sistemas, objeto do contrato. Deverão ser considerados, ainda, todos e quaisquer procedimentos de reparos e consertos relativos à operação, manutenção preventiva, preditiva, corretiva e emergencial, sempre que necessários ou quando recomendados pela SR/PF/RN:

a) SISTEMA HIDROSSANITÁRIO

RAMAL PREDIAL

DIARIAMENTE

- Efetuar a leitura e registro dos hidrômetros (Manhã e Tarde);
- Verificar o aspecto da água fornecida pela Concessionária.

MENSALMENTE

- Efetuar limpeza do abrigo do hidrante;
- Abrir e fechar o registro geral.

SEMESTRALMENTE

- Verificar o estado de funcionamento das válvulas eliminadoras de ar.

INSTALAÇÕES DE COZINHAS

DIARIAMENTE

- Verificar do estado de vedação dos registros;
- Verificar a existência de vazamentos nos registros e torneiras;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

SEMANALMENTE

- Verificar a existência de entupimentos em ralos e sifões;

MENSALMENTE

- Verificar as juntas e conexões;

SANITÁRIOS

SEMANALMENTE

- Verificar a existência de vazamentos nos sanitários;
- Verificar a existência de entupimentos em vasos sanitários, sifões e ralos;
- Verificar a regulagem das válvulas de descarga dos mictórios e vasos sanitários;
- Verificar o estado de conservação dos metais e louças;
- Verificar a existência de vazamentos nos registros e torneiras.

TRIMESTRALMENTE

- Manobrar cada registro hidráulico ao fim do curso, voltando-o à posição original.

BOMBAS DE RECALQUE E BOMBA DE IRRIGAÇÃO.

DIARIAMENTE

- Verificar o funcionamento das bombas;
- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;

SEMANAL

- Inspeccionar o funcionamento das boias superiores;
- Inspeccionar o funcionamento das boias inferiores;
- Inspeccionar os condutores de alimentação do quadro geral das bombas;
- Inspeccionar os contactores de chaves magnéticas de comando das bombas;
- Inspeccionar as válvulas de retenção;

MENSALMENTE

- Verificar todas as conexões;
- Verificar as condições do selo mecânico;
- Medir a resistência de isolamento dos motores;
- Inspeccionar as conexões hidráulicas;
- Medir a tensão de alimentação e corrente dos motores;
- Inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;

TRIMESTRALMENTE

- Manobrar cada registro hidráulico ao fim do curso, voltando-o à posição original;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

SEMESTRALMENTE

- Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas;
- Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

EVENTUALMENTE

- Substituir componentes danificados nos quadros das bombas;
- Montar e instalar quadro para partida de bombas;

TRIENALMENTE

- Retirar as bombas para manutenção preventiva;

REDE DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS

SEMANALMENTE

- Inspecionar as instalações de águas pluviais, principalmente o estado de conservação e limpeza dos pontos de captação (ralos, calhas, telhado etc.);
- Verificar a existência de pontos de vazamento nos tubos de queda de captação de água pluvial (Sempre na época de chuvas);

MENSALMENTE

- Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas;
- Verificar os pontos de visita;
- Verificar as caixas de inspeção e de areia;
- Limpar a caixa geral de esgoto;
- Verificar as caixas de gordura;
- Verificar os bueiros de águas pluviais;
- Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais;
- Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais - ralos;
- Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais - calhas;
- Inspecionar os pontos de captação de águas pluviais - telhados;
- Inspecionar as instalações primárias e secundárias de esgoto;
- Inspecionar as tubulações de ventilação.

BIMESTRALMENTE

- Esgotar e limpar as caixas de gordura;

TRIMESTRALMENTE

- Efetuar a limpeza e retocar pinturas das tubulações aparentes;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

EVENTUALMENTE

- Substituir tubulações e conexões danificadas;

RESERVATÓRIOS, BARRILETES E TUBULAÇÃO DE RECALQUE

DIARIAMENTE

- Verificar a existência de vazamentos;
- Verificar o estado de conservação das tubulações e conexões;
- Verificar o nível dos reservatórios.

SEMANALMENTE

- Inspecionar as tubulações, extravasores e registros;
- Inspecionar as tubulações e registros do sistema de proteção contra incêndio.

MENSALMENTE

- Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas;
- Inspecionar as tubulações imersas;
- Inspecionar o estado de conservação do isolamento das tubulações;
- Manobrar cada registro hidráulico ao fim do curso, voltando-o à posição original;
- Verificar o estado dos reservatórios, principalmente com relação à sua limpeza e estanqueidade.

TRIMESTRALMENTE

- Efetuar a limpeza e retocar pinturas das tubulações aparentes.

SEMESTRALMENTE

- Realizar a limpeza/desinfecção dos reservatórios de água potável.

EVENTUALMENTE

- Substituir tubulações, conexões e registros danificados.

b) SISTEMA DE DETECÇÃO, ALARME E COMBATE A INCÊNDIO, CENTRAL DE GÁS E SISTEMAS DE ACESSO

HIDRANTES, BOMBAS DE INCÊNDIO, MANGUEIRAS, ESGUICHOS E ABRIGOS

SEMANALMENTE

- Verificar o esguicho, no interior dos abrigos de hidrantes;
- Verificar a existência de vazamentos nos hidrantes;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Verificar o vidro de proteção dos abrigos de hidrantes;
- Verificar a abertura e fechamento das portas dos abrigos de hidrantes;
- Verificar se os registros de manobra estão todos na posição aberta;
- Verificar se as chaves nos quadros das bombas estão em automático;
- Verificar o nível da reserva de incêndio;
- Verificar a sinalização e acesso aos hidrantes e botoeiras de acionamento das bombas de incêndio;
- Verificar o acesso e estado de conservação do registro de recalque instalado no passeio;
- Verificar a existência de vazamentos nas tubulações e registros de incêndio;
- Verificar o funcionamento das portas dos abrigos de hidrantes;

MENSALMENTE

- Verificar o enrolamento, em forma “aduchada”, das mangueiras de incêndio, no interior dos abrigos de hidrantes;
- Efetuar limpeza dos abrigos de hidrantes;
- Abrir e fechar os registros dos hidrantes;
- Abrir e fechar o registro de recalque do passeio;
- Verificar a sinalização de incêndio.
- Verificar o acionamento das bombas de incêndio;
- Verificar se há indício de cavitação nas bombas de incêndio;
- Testar o funcionamento das bombas de incêndio;
- Testar o funcionamento da chave compensadora. Verificar o tempo de partida compensada.
- Verificar se não há barulho excessivo.
- Verificar o funcionamento das chaves de fluxo da linha de hidrantes, se necessário efetuar aferição das mesmas.
- Reapertar os bornes de conexão e verificar se existe corrosão e ou mau contato.

TRIMESTRALMENTE

- Verificar o estado de conservação da pintura dos abrigos de hidrantes, registros, tubulações de incêndio e demais componentes visíveis, consoante às normas vigentes.
- Circular água pelas mangueiras de incêndio;
- Testar o funcionamento e conexões dos esguichos; mangueiras de incêndio, hidrantes e chaves de engate rápido;

ANUALMENTE

- Informar a SR/PF/RN sobre a necessidade de realizar o teste hidrostático das mangueiras de incêndio.

Observação:

A periodicidade a que se refere este item deve ser considerada, preferencialmente, em relação à data do último teste realizado, não, necessariamente, coincidente com a vigência do contrato.

BIENALMENTE

- Retirar as bombas para manutenção preventiva;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

EVENTUALMENTE

- Lavar as mangueiras de incêndio que estiverem sujas, secando-as à sombra e completamente, antes de recolocá-las nos abrigos de hidrante;

REDE DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS)

MENSALMENTE

- Verificar o estado de conservação e limpeza dos “sprinklers”;
- Verificar o funcionamento das válvulas de controle;
- Verificar o abastecimento de água do sistema;
- Verificar as tubulações do sistema;
- Verificar o funcionamento das bombas;
- Efetuar testes de funcionamento.
- Verificar o funcionamento das chaves de fluxo da linha de sprinklers, se necessário efetuar aferição das mesmas.
- Reapertar os bornes de conexão das chaves de fluxo e verificar se existe corrosão e ou mau contato.

EXTINTORES PORTÁTEIS

SEMANALMENTE

- Verificar a sinalização e acesso aos extintores.
- Verificar a pressão e carga dos extintores;
- Limpar os extintores;
- Verificar as condições de fixação dos extintores;
- Verificar o lacre dos extintores;
- Verificar a existência de vazamentos nos extintores;
- Verificar a sinalização no corpo dos extintores.

ANUALMENTE

- Informar, com antecedência, a SR/PF/RN sobre a necessidade de recarregar os extintores.
- Informar a SR/PF/RN sobre a necessidade de realizar teste hidrostático dos extintores.

Observação:

A periodicidade a que se refere este item deve ser considerada, preferencialmente, em relação à data da última recarga realizada, não, necessariamente, coincidente com a vigência do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ACIONADORES MANUAIS, SINALIZADORES VISUAL E SONORO E DETECTORES DE FUMAÇA

SEMANALMENTE

- Verificar visualmente as condições dos acionadores e se existe algum danificado;
- Verificar visualmente as condições dos sinalizadores e se existe algum danificado.

MENSALMENTE

- Testar os acionadores manuais, realizar reaperto dos bornes e limpeza;
- Testar a sinalização visual e sonora; realizar reaperto dos bornes e limpeza;
- Testar a fase de alarme dos detectores de fumaça;
- Realizar a limpeza dos detectores;

TRIMESTRALMENTE

- Pressionar todos os acionadores manuais e deixar a central alarmar para teste das sirenes e teste de linha e zona.
- Fazer a verificação via software da necessidade de calibração dos detectores de sinistro. Caso necessário calibrar os detectores.

CENTRAL MICROPROCESSADA DE INCÊNDIO

DIARIAMENTE

- Verificação e retirada do estado de alarme ou falha dos detectores quando não houver indício de fumaça, verificando sempre o local que deu causa ao acionamento;

MENSALMENTE

- Fazer limpeza da central e medir as tensões de alimentação, saída para os módulos e baterias.

TRIMESTRAL

- Fazer manutenção nos módulos de comunicação, limpeza e reaperto dos bornes.
- Testar a tensão que chega a cada módulo.

ANUAL

- Limpeza de memória;

BIENALMENTE

- Substituição das baterias seladas de backup da central.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

EVENTUALMENTE

- Endereçamento e programação dos detectores quando necessário
- Efetuar a limpeza profunda dos sensores, com calibração adequada, sempre que a central informar que os dados estão acima do recomendável;
- Adicionar novos dispositivos e endereçar.
- Reparo nas placas eletrônicas dos dispositivos do sistema, quando houver necessidade.

Observações:

I - Por se tratar de equipamento que exige treinamento e especialização para a execução de sua manutenção e operação, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 01 (um) profissional, da EQUIPE PERMANENTE ou, mediante justificativa técnica, da EQUIPE EVENTUAL/SERVIÇOS EVENTUAIS, que atenda aos pré-requisitos acima, devendo informar à CONTRATANTE, por escrito, dentro de até **15 (quinze) dias úteis** após a assinatura do Contrato o nome do profissional que atende a este item;

II - No caso de profissionais enquadrados na EQUIPE EVENTUAL, ocorrerá o pagamento por hora trabalhada devidamente comprovada.

ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

MENSALMENTE

- Verificar a fixação das luminárias de emergência;
- Inspeccionar as luminárias de emergência, verificando o seu funcionamento, principalmente no que tange às lâmpadas e baterias.

TRIMESTRALMENTE

- Limpar as luminárias de emergência, lâmpadas e demais equipamentos do sistema.
- Verificar o funcionamento do carregador de baterias;
- Inspeccionar as baterias de alimentação do sistema de iluminação de emergência.

BIENALMENTE

- Substituição das baterias das luminárias.

EVENTUALMENTE

- Instalar pontos adicionais de iluminação de emergência;
- Reparo na placa eletrônica;

CENTRAL DE GASES

MENSALMENTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Inspecionar toda a rede, verificando as tubulações, mangueiras, registros e válvulas, reguladores de pressão, estado geral dos botijões ou cilindros e pontos de alimentação e consumo;
- Verificar as condições de ventilação dos recintos onde houver pontos de alimentação e consumo;
- Verificar a existência de obstruções ou deposições indevidas ou perigosas junto às instalações;
- Verificar o estado das identificações visuais e sinalizações de segurança e pinturas;
- Inspecionar os danos e corrosões;
- Verificar e reparar elementos de fixação, conexões, uniões e tubulações;

ANUALMENTE

- Informar à SR/PF/RN sobre a necessidade de efetuar teste de estanqueidade. Este teste deverá ser providenciado junto a empresa devidamente credenciada pelo Corpo de Bombeiros Militar (CMB-RN), que deverá emitir laudo técnico específico.
- Execução de testes hidrostáticos e hidrodinâmicos.

CONTROLE DE ACESSO

MENSAL (PORTA GIRATÓRIA)

- Fazer inspeção nas partes mecânicas das cancelas e fazer manutenção caso necessário, sistema de frenagem e correias ou engrenagens;
- Medir tensão de alimentação;
- Verificar as conexões de aterramento;
- Reapertar parafusos que possuem folga;
- Verificar as lâmpadas de sinalização;
- Verificar funcionamento do controle remoto;
- Verificar condições da bateria (Oxidação nos polos e tensão);
- Medir tensão de corrente da saída do retificador;
- Lubrificar mecanismos que precisem de lubrificação;
- Verificar temperatura da fonte, com leitura dos componentes que transmitem e regulam a corrente nominal;
- Verificar o estado do botão trava/destrava, suas interligações;
- Verificar se há fissuras nas lâminas de vidro.

EVENTUALMENTE (PORTA GIRATÓRIA)

- Efetuar a substituição da bateria, quando houver necessidade.

MENSALMENTE (CANCELAS)

- Verificar funcionamento;
- Verificar lubrificação da corrente;
- Verificar tensionamento da corrente;
- Efetuar a leitura das tensões e correntes;
- Verificar alinhamento da barreira;
- Verificar estado das duas botoeiras;
- Verificar/Limpar placa de comando (Dentro da guarita);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Verificar/Limpar placas de comando (Subsolo);
- Verificar condições da bateria (Oxidação nos polos e tensão);

EVENTUALMENTE (CANCELAS)

- Efetuar a substituição da bateria, quando houver necessidade.

MENSALMENTE (CATRACAS)

- Verificar funcionamento;
- Verificar estado dos terminais de acesso (Digital e por cartão);
- Verificar/Limpar placas de comando (Subsolo);
- Verificar condições da bateria (Oxidação nos polos e tensão);
- Verificar se existe folga nos parafusos.

EVENTUALMENTE (CATRACAS)

- Efetuar a substituição da bateria, quando houver necessidade.

c) CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)

MENSAL

- Limpeza das câmeras;
- Verificação e eliminação dos ruídos;
- Verificação e substituição de cabos com avarias.

EVENTUALMENTE

- Reparo em câmeras defeituosas (Quando houver possibilidade).
- Instalação de infraestrutura para instalação de novas câmeras;
- Remanejamento e instalação de pontos de câmeras;
- Instalação ou substituição de fontes de alimentação.

d) EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO

MENSAL

- Limpeza dos equipamentos;
- Eliminação de ruídos no sistema;
- Verificação e substituição dos cabos com avarias;
- Manutenção do sistema multimídia localizado no auditório;
- Manutenção do sistema de comunicação sonoro localizado no subsolo.

EVENTUALMENTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Reparo nas caixas de som, amplificadores, microfones e equipamentos relacionados ao sistema de áudio.
- Remanejamento e instalação de caixas de som;

e) SISTEMA ELÉTRICO – REDE COMUM E ESTABILIZADA

CONSUMO DE ENERGIA

DIARIAMENTE

- Buscar a efficientização energética, gerenciamento e otimização do consumo de energia elétrica.

INSPEÇÃO TERMOGRÁFICA E RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ENERGIA

TRIMESTRALMENTE

- A Contratada deverá realizar Inspeção Termográfica trimestralmente e eventualmente quando solicitada pela Fiscalização nas instalações a seguir indicadas, apresentando relatório específico contendo: Quadro Geral de Força, Barramentos, Quadros de Distribuição de Luz e Força, Quadros de Comando, Quadros dos circuitos de tomada e iluminação dos pavimentos e Quadros de circuitos de energia estabilizada;
 - A primeira Inspeção Termográfica deverá ser realizada em até **30 (trinta) dias** da data de início dos serviços.
 - A Inspeção Termográfica será realizada através de Termovisor que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica ou digitalizada;
 - Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser completo, contendo de forma impressa as imagens e respectivas temperaturas dos pontos da instalação considerados críticos e/ou suspeitos e indicando providências a serem tomadas;
 - O Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser entregue à Fiscalização em até **15 (quinze) dias** a contar do último dia de realização da inspeção;
 - Caberá a contratada a correção e acompanhamento das irregularidades apontadas no relatório de Inspeção Termográfica;

SEMESTRALMENTE

- A CONTRATADA deverá realizar semestralmente ou eventualmente, quando solicitado, **Relatório com Equipamento Analisador de energia** em todos os barramentos do QGBT ou nos locais indicados pela Fiscalização do contrato, contendo diagnóstico energético completo da instalação, qualidade de energia, levantamento de curvas de carga, diagnósticos de distorções harmônicas, correção de fator de potência, levantamento de demandas, conservação de energia. Estes relatórios devem ser enviados para análise do Núcleo de Engenharia da SR/PF/RN;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

SUBESTAÇÃO

DIARIAMENTE

- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificar as condições gerais dos equipamentos e ambiente;

SEMANAL

- Verificar o funcionamento dos instrumentos de medição;
- Verificar a carga dos transformadores;
- Inspeccionar os condutores, cabos e terminais;
- Inspeccionar as chaves seccionadoras e fusíveis;
- Fazer leituras das grandezas elétricas, tensão, corrente, potência e anotar em planilha.

MENSALMENTE

- Verificar o aterramento das ferragens;
- Testar os equipamentos de segurança;
- Verificar as partes metálicas quanto à existência de pontos de oxidação;
- Fazer medição nos circuitos do QGBT e registrar em planilha.

TRIMESTRAL

- Fazer leitura termográfica de todos os equipamentos da Subestação;

SEMESTRAL

- Manutenção preventiva incluindo limpeza, reaperto e todos os testes com instrumentos apropriados, necessários para atestar o perfeito funcionamento da Subestação;
- Elaboração de relatório onde deverão constar os procedimentos de desligamento e religamento, fotos e as medições realizadas durante a intervenção na Subestação;

EVENTUALMENTE

- Conserto ou substituição de dispositivos ou equipamentos da Subestação;

BARRAMENTOS BLINDADOS (QGBT)

MENSALMENTE

- Executar as medições de corrente e tensão nas diversas seções do barramento e nos terminais;

ANUALMENTE (LIMPEZA DO INÍCIO DO ANO)

- Verificar o aterramento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Reapertar conexões.
- Verificar o nível de isolamento;
- Verificar o estado dos contatos elétricos, juntas de vedação, isoladores e conexões aparafusadas em geral;
- Verificar a existência de pontos de corrosão;
- Limpar a blindagem do barramento.

ELETRODUTOS, ELETROCALHAS, CANALETAS E CAIXAS DE PASSAGEM APARENTES

MENSALMENTE

- Inspeccionar os eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes, principalmente no que tange à sua fixação;
- Inspeccionar o estado das capas isolantes, condutores e cabos no interior das eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes;
- Verificar a presença de água ou umidade excessiva no interior dos eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes.

TRIMESTRAL

- Verificar a existência de pontos de corrosão nos eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes;
- Verificar a continuidade e o aterramento dos eletrodutos e eletrocalhas metálicas;
- Limpar e retocar a pintura dos eletrodutos, eletrocalhas, canaletas e caixas de passagem aparentes;
- Manutenção das caixas de passagem externas, limpeza, e reposição de brita para drenagem, organização dos cabos.

ILUMINAÇÃO (INTERNA E EXTERNA)

SEMANALMENTE

- Inspeccionar as luminárias e refletores, principalmente no que tange ao funcionamento das lâmpadas, interruptores e sistemas de acionamento;

TRIMESTRALMENTE

- Verificar o aterramento das luminárias e refletores;
- Verificar a fixação das luminárias e refletores;

SEMESTRAL

- Limpar lâmpadas, luminárias e refletores;

EVENTUALMENTE

- Instalação de pontos de iluminação adicionais;
- Substituir as lâmpadas que apresentem tonalidade de cor diferente das demais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

TOMADAS ELÉTRICAS (INTERNAS E EXTERNAS)

DIARIAMENTE

SEMANAL

- Verificar o estado de conservação e fixação de tomadas de parede e de piso, caixas de tomadas e espelhos;
- Verificar a existência de anormalidades nas tomadas – aquecimento, ruídos, etc.

MENSALMENTE

- Reapertar os parafusos de fixação das tomadas e caixas de tomadas;
- Verificar o estado de conservação das tomadas, conexões, ligações e condutores;

TRIMESTRAL

- Verificar a existência de pontos de oxidação nas tomadas e caixas de tomadas.

EVENTUALMENTE

- Instalação de pontos de tomada adicionais;
- Verificar a ocorrência de curto-circuito ou corrente de fuga;
- Limpar as caixas de tomadas;
- Instalação de infraestrutura, dimensionamento e instalação de novos circuitos;

QUADROS GERAIS, QUADROS DE MEDIÇÃO, BANCO DE CAPACITORES, SUBQUADROS E QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO – LUZ, FORÇA, EMERGÊNCIA E ENERGIA ESTABILIZADA

DIARIAMENTE

- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificar a existência de disjuntores, fusíveis, contactores, relés, botões liga/desliga etc., danificados ou soltos.

MENSALMENTE

- Medir e registrar a tensão e corrente em todos os circuitos dos quadros e subquadros, à plena carga;
- Verificar e registrar o equilíbrio das fases em todos os quadros e subquadros;
- Inspeccionar os barramentos, terminais e conectores;
- Verificar o sistema de aterramento dos quadros e subquadros;
- Inspeccionar o estado de conservação e funcionamento dos disjuntores, relés, bases de fusíveis, chaves e contactores;
- Verificar a existência e estado de conservação dos identificadores dos quadros, subquadros e circuitos.
- Medir e registrar, na entrada dos quadros gerais, a tensão e corrente;

TRIMESTRALMENTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Fazer leitura termográfica de todos os equipamentos dos quadros;

SEMESTRALMENTE

- Verificar o estado geral dos armários dos quadros e subquadros quanto à corrosão, ruídos, vibrações e operação;
- Reapertar os parafusos de fixação dos barramentos, disjuntores e ferragens;
- Limpar os armários dos quadros e subquadros e lubrificar as dobradiças;
- Aferir os instrumentos de medição dos painéis dos quadros e subquadros;
- Medir e registrar a resistência de aterramento dos armários dos quadros e subquadros;
- Testar a continuidade dos circuitos.

EVENTUALMENTE

- Instalação de infraestrutura, dimensionamento e instalação de novos circuitos;

SISTEMA GRUPO GERADOR

SEMANALMENTE

- Inspeção dos instrumentos de medição;
- Inspeção nos quadros do comando COSERN/Gerador;
- Verificação do nível do óleo do motor;
- Verificação do nível de óleo do filtro;
- Verificação do nível de combustível dos tanques de consumo;
- Verificação da existência de vazamento de óleo, água e combustível;
- Verificação do nível de água do radiador;
- Verificação da carga das baterias;
- Verificação do nível, densidade e temperatura do eletrólito;
- Efetuar a limpeza externa das baterias;
- Verificação do funcionamento do sistema de alarme;
- Verificação do equilíbrio das fases;
- Inspeção da sinalização;
- Verificar o funcionamento do pré-aquecimento;
- Teste de funcionamento em vazio e com carga;
- Verificação do voltímetro e do amperímetro;
- Verificação da tensão das correias das bombas d'água e dínamos;
- Verificação da existência dos ruídos anormais, elétricos e mecânicos no teste;
- Substituição de peças, quando necessário;
- Efetuar, semanalmente, testes de funcionamento do grupo gerador em vazio e mensalmente testes com carga.
- Fazer leituras das grandezas elétricas, tensão, corrente, potência e anotar em planilha.

TRIMESTRALMENTE;

- Fazer leitura termográfica de todos os equipamentos da USCA;

SEMESTRALMENTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Inspecionar as chaves seccionadoras e isoladores;
- Verificação das escovas do coletor do alternador;
- Trocar o óleo do motor;
- Trocar filtros de combustível, filtros de combustível primário, filtros de água, filtro de óleo lubrificante.
- Trocar água do radiador e aditivá-la.

BIENALMENTE

- Substituir as baterias do GMG;

REDE ELÉTRICA ESTABILIZADA - NOBREAK I ESTABILIZADOR

SEMANAL

- Verificar o estado das conexões e das ligações das baterias quanto à corrosão;
- Verificar as funções do anunciador, como: sobretensão do retificador, alarme de baixa tensão contínua, disparo de baixa tensão contínua e alarme do inversor de impedância;
- Verificar todas as conexões;
- Verificar isolamento da fixação dos ventiladores;
- Verificar suporte de fusíveis para um contato correto;
- Verificar todas e quaisquer anormalidades nos componentes, tais como: sobretensão, corrosão e sinais de descargas;
- Fazer leituras das grandezas elétricas, tensão, corrente, potência e anotar em planilha.

QUINZENALMENTE

- Executar a inspeção visual dos equipamentos, com a verificação da existência de aquecimentos ou ruídos anormais;
- Verificar o estado das chaves magnéticas e contadores, inspeção nos barramentos dos quadros, verificação geral do funcionamento elétrico e mecânico, aferição das correntes de saída, verificação do sistema redutor de saídas harmônicas de frequência elevada;
- Verificar a condição limite de temperatura;
- Registrar em planilhas as tensões e correntes de entrada e saída;
- Verificar as conexões das baterias com o nobreak;

TRIMESTRAL

- Simular a falta de energia da rede e verificar o comportamento do inversor, nível de tensão de saída e alarme;
- Ensaio da capacidade, para verificar o estado das baterias;
- Fazer leitura termográfica de todos os equipamentos dos painéis

SEMESTRALMENTE

Seguir, inicialmente, a ordem de todos os itens que constam da verificação quinzenal, prosseguindo com:

- Energizar o circuito de controle e medir as tensões;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Reapertar todas as conexões de força nos inversores e retificadores;
- Verificar todas as ligações de controle;
- Limpar contatos dos relés de alarme;
- Limpar contatos de todos os contactores do circuito de partida dos inversores e contactores dos ventiladores;
- Inspeccionar, cuidadosamente, todos os componentes elétricos. Os dispositivos devem ser examinados, a fim de verificar a existência de desligamentos, descoloração ou aquecimento;
- Reaperto e lubrificação das conexões dos bornes das baterias;
- Limpar os motores e ventiladores com jato de ar;
- Remover o circuito de potência dos inversores;
- Reapertar todas as ligações;
- Limpar o excesso de graxa nos dissipadores;
- Verificar as ligações e reapertá-las, quando necessário;
- Limpar e verificar o conjunto amplificador-pulsor;
- Testar a partida do inversor e verificar operação de impedância;
- Verificação geral, reapertando porcas, parafusos, ligações e terminais;
- Desligar e colocar peças de reposição necessárias;
- Verificar a operacionalidade;
- Religar o equipamento e verificar a operação do sistema, executando testes e simulação de falta de energia;
- Verificar as condições limites de carga dos equipamentos, desligando para limpeza geral, reapertos e testes;
- Ajustar via placa retificadora, a corrente limitadora das baterias, e a tensão mínima e máxima das baterias;
- Testar semicondutores da fonte retificadora;
- Ligar o retificador, testar e ajustar a sua placa controladora;
- Testar semicondutores da fonte inversora;
- Ligar o inversor, testar e ajustar a sua placa controladora;
- Religar o Nobreak e estabilizadores à rede e verificar o retorno do retificador e a sinalização do estado das baterias;
- Testar a chave estática;
- Efetuar todos os testes necessários ao perfeito funcionamento dos estabilizadores de tensão.

BANCO DE BATERIAS DO NOBREAK

SEMANALMENTE

- Medir a tensão de flutuação na bateria e no banco, verificando a conformidade com os valores nominais especificados na placa;
- Verificar a ocorrência de quebras, rachaduras, estofamentos e/ou vazamentos nas baterias, substituindo, quando for o caso;
- Verificar a quebra do lacre nas válvulas de suspiro das baterias seladas/lacradas;
- Verificar sinais de vazamento e/ou acúmulo de gases, adotando as medidas cabíveis.

QUINZENALMENTE

- Testar o funcionamento do banco, através de auto teste do equipamento e/ou simulando uma falta, sob carga, plena, verificando os níveis de tensão, corrente e o período de autonomia.

SEMESTRAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Verificar o estado geral das baterias, efetuando limpeza e lubrificação nos bornes do produto;

ANUALMENTE

- Examinar as interligações e conexões, efetuando os reapertos e trocas necessárias;
- Executar a limpeza geral do gabinete e/ou estantes com substância neutra, retirando ferrugens e efetuando retoques de pintura;
- Verificar as condições gerais do cubículo das baterias, efetuando a limpeza, desobstrução das grelhas de ventilação e retirada de materiais inflamáveis ou não utilizáveis;
- Observar a presença de situações críticas que possam afetar o funcionamento e a vida útil das baterias.

A CADA 05 (CINCO) ANOS OU CONFORME DEMANDA TÉCNICA

- Fazer a substituição de todas as baterias do nobreak predial;

f) SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – SPDA MENSALMENTE

- Verificar o estado das cordoalhas da cobertura;
- Verificar os isoladores;
- Verificar as conexões de aterramento;
- Verificar as malhas de terra;
- Verificar a oxidação das partes metálicas, estruturas e ligações.

SEMESTRALMENTE

- Revisar as malhas de aterramento;
- Efetuar medição e registrar a resistência de aterramento do sistema.

ANUALMENTE

- Emitir laudo acerca do SPDA, consoante normas de técnicas, em especial aquelas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 5410 e 5419, informando sobre suas condições de aterramento, adequação e conservação:

Observação:

A periodicidade a que se refere este item deve ser considerada, preferencialmente, em relação à data do último laudo emitido, não, necessariamente, coincidente com a vigência do contrato;

g) ESTRUTURA PREDIAL E REVESTIMENTOS

A manutenção nas instalações civis no prédio-sede e descentralizadas compreende a manutenção, conforme previsto neste Termo de Referência, em estruturas, vedações, pavimentações, coberturas, revestimentos, pinturas, impermeabilizações, esquadrias, forros, vidros, divisórias e mobiliário.

DIÁRIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Verificar os revestimentos de pisos cerâmicos e azulejos;
- Verificar o revestimento e estado de conservação do passeio externo;
- Verificar os revestimentos de piso com pedra natural;
- Verificar os revestimentos de parede com pedra natural;
- Verificar o estado das alvenarias, inclusive dos revestimentos;
- Verificar o estado de conservação dos muros;
- Verificar o estado de conservação das construções da área ajardinada;
- Verificar o revestimento de piso dos subsolos e respectivas rampas de acesso;
- Verificar a limpeza da pintura de paredes e teto;

MENSAL

- Inspecionar a estrutura de concreto aparente, principalmente vigas e pilares;
- Inspecionar as áreas impermeabilizadas: laje de cobertura, jardins, hall externo de entrada etc;
- Inspecionar o estado das construções dos abrigos de instalações e quadros do edifício: abrigos de incêndio, quadros de força etc.

EVENTUALMENTE

- Substituir, complementar ou reparar os revestimentos de paredes e pisos existentes, constituídos em geral por peças de cerâmica ou de pedra (granito);
- Realizar pequenas demolições e construções de alvenaria;
- Confeccionar pequenos elementos de concreto;
- Recuperar o perímetro do passeio e limites da área ajardinada;
- Realizar reparos nas áreas revestidas com pedras naturais.

h) PORTAS, PORTÕES E PORTAS CORTA-FOGO

QUINZENALMENTE

- Verificar o funcionamento de molas de piso e pivôs;
- Verificar o alinhamento e o fechamento das portas e portões;
- Verificar o funcionamento e fixação das fechaduras, puxadores e dobradiças;
- Verificar o estado de conservação dos elementos de sinalização (faixas adesivas; pinturas, placas, etc.);
- Verificar o estado de conservação e o alinhamento dos trilhos dos portões de correr;
- Verificar o estado de conservação das roldanas e lubrificá-las.
- Verificar o estado geral dos pinos de deslizamento;
- Verificar o funcionamento dos portões de entrada;
- Verificar o estado geral da pintura das portas.

i) SERVIÇOS GERAIS

- Transportar mobiliário e materiais, desde que não exijam condições técnicas especiais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- Executar pequenos reparos e reforços em mobiliário, desde que não exijam condições técnicas especiais;
- Além das manutenções periódicas, executar reparos nas instalações do edifício, tais como:
- Reparos em alvenarias, rebocos, revestimentos e pisos;
- Reparos em arruamento;
- Reparos em pintura, com preparação da base;
- Reparos em forros: sendo os mais empregados os de gesso e de fibra mineral;
- Reparos nas grades e elementos metálicos em locais como HELIPONTO, SALA DE CONTENÇÃO, CORRIMÃOS, GUARDA-CORPOS, GRADIL EXTERNO, dentre outros;
- Reparos no sistema de som ambiente;
- Manutenção em placas de piso elevado (substituição e remanejamento);
- Reparos em esquadrias metálicas, de madeira, ferro ou alumínio;
- Manutenção dos telhados e manutenção das impermeabilizações;
- Manutenção, reparos, montagem/desmontagem de divisórias, portas, fechaduras, e afins;
- Reparos em persianas;
- Substituição de vidros das esquadrias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO III – EQUIPE RESIDENTE – EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

1. EQUIPE DE SERVIÇO PERMANENTE/SUPERVISÃO DE ENGENHARIA

- 1.1. A prestação direta e cotidiana dos serviços será executada através de equipe técnica mínima exigida na presente especificação, constituída das funções relacionadas no Quadro I, com suas respectivas quantidades de hora/mês, nos termos estabelecidos e obedecidas as atribuições de cada função.
- 1.2. A Equipe Técnica Permanente que prestará serviço no Prédio-Sede da SR/PF/RN também executará os serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial nas demais Unidades da CONTRATANTE localizadas na Região Metropolitana de Natal/RN, conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – PMP elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela Fiscalização, nos termos contratuais, além de realizar visitas bimestrais à Delegacia de Polícia Federal em Mossoró.
- 1.3. O Oficial de Manutenção Predial – Mossoró/RN prestará serviço na Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, conforme o PMP supracitado.

QUADRO I - EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE

| CATEGORIA PROFISSIONAL | | Quantitativo | Horas/mês* |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------|------------|
| 01 | Encarregado de Manutenção Predial | 01 | 220,00 |
| 02 | Eletricista Pleno | 01 | 220,00 |
| 03 | Oficial de Manutenção Predial – Natal/RN e Região Metropolitana | 02 | 220,00 |
| 04 | Oficial de Manutenção Predial – Mossoró/RN | 01 | 220,00 |

*Por profissional.

QUADRO II - SUPERVISÃO DE ENGENHARIA

| QUALIFICAÇÃO | | Quantitativo | Horas/mês** |
|--------------|------------------------------------------|--------------|-------------|
| 01 | Supervisão Téc. - Engenheiro Civil | 01 | 10,00 |
| 01 | Supervisão Téc. - Engenheiro Eletricista | 01 | 10,00 |

** As horas acima, por profissional, referem-se a estimativas, podendo haver variação mensal, dentro do total de 20h (vinte horas) mensais da Supervisão Técnica, em função de eventuais demandas.

- 1.4 A quantidade efetiva de horas que a Supervisão Técnica deverá permanecer in loco ficará a critério da fiscalização do contrato, com base nas condições das instalações e demandas dos serviços, com visitas programadas e eventuais às instalações do Prédio-Sede da SR/PF/RN e às demais Unidades Descentralizadas, inclusive em Mossoró/RN, com previsão de intervalos de até **30 (trinta)** dias entre as visitas, em relação ao Prédio-Sede, **02 (duas)** visitas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- ao ano na Delegacia de Polícia Federal em Mossoró, e ao menos **01 (uma)** visita ao ano nas demais Unidades Descentralizadas.
- 1.5 Toda a equipe técnica deverá ser constituída de pessoal qualificado, de modo a garantir permanentemente um serviço homogêneo e de qualidade comprovada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.5.1 O Apoio Técnico, Supervisão Técnica em Engenharia, Coordenação e Assessoramento (Responsáveis Técnicos) nas edificações serão atendidos de imediato pela equipe técnica discriminada no Quadro II acima.
- 1.5.2 Demais custos com planejamento, deslocamentos, visitas técnicas, logística e supervisão de serviços, dentre outros, em relação a todas as Unidades da CONTRATANTE, objeto do contrato, deverão estar considerados e dimensionados junto à formulação da proposta de prestação de serviços, de responsabilidade da CONTRATADA.
- 1.6 A CONTRATADA deverá indicar, dentre os engenheiros acima, aquele que, além da supervisão e responsabilidade técnica em sua área, deverá ser, preferencialmente, o responsável pela equipe técnica perante a CONTRATANTE (preposto da CONTRATADA), de forma a coordenar as equipes, gerenciar todos os procedimentos e rotinas dos trabalhos, com vistas a promover qualidade na execução do objeto deste Termo de Referência.

2 QUALIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS MÍNIMAS DOS PROFISSIONAIS

2.1 SUPERVISÃO TÉCNICA

2.1.1 Formação em Engenharia Civil / Engenharia Elétrica, com experiência comprovada de, no mínimo, **03 (três) anos** no acompanhamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com os definidos neste Termo de Referência. Caso a Supervisão Técnica seja exercida por outros profissionais que não os Responsáveis Técnicos principais, todos deverão atender à experiência mínima supracitada. Todos os profissionais da Supervisão Técnica deverão emitir ART correspondente. Também deverão ter participado, com aproveitamento satisfatório, dos cursos Básico e Complementar previstos na NR10.

2.1.2 Supervisionar o desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução dos mesmos quando necessário.

2.1.3 Manter permanente contato com a fiscalização da CONTRATANTE, visando à otimização de metas e objetivos.

2.1.4 Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.

2.1.5 Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da CONTRATANTE.

2.1.6 Preparar programa de trabalho, elaborando croquis, cronogramas, e fiscalização do desenvolvimento dos serviços.

2.1.7 Assessorar a CONTRATANTE nas áreas de engenharia pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam: elaboração de projetos básicos, assessorias técnicas, periciais, de fiscalização, de supervisão e gerenciamento de obras e serviços.

2.1.8 Desenvolver estudos visando à economia de eletricidade, orientando os serviços de manutenção em busca de maior eficiência energética.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2.1.9 Elaborar e garantir que sejam mantidos atualizados, e em conformidade com a NR10, durante a vigência do contrato, os esquemas unifilares das instalações elétricas dos equipamentos com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção.

2.1.10 Elaborar o Prontuário de Instalações Elétricas, em conformidade com o que determina a NR10 para estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW, e garantir que seja mantido atualizado durante a vigência do contrato.

2.1.11 Garantir o cumprimento da NORMA REGULAMENTADORA Nº 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE por todos os funcionários da CONTRATADA, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato.

2.1.12 Elaborar e assinar o Relatório Mensal de Manutenção.

2.1.13 Ser responsável pela elaboração de relatórios, comunicados, laudos e outros documentos.

2.1.14 Elaborar planejamentos, rotinas, e procedimentos operacionais e de acompanhamento para as equipes de manutenção, para a execução do objeto deste contrato, considerando as normas técnicas, legais e administrativas vigentes.

2.1.15 Desempenhar outras atividades inerentes à função.

2.2 ENCARGADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

2.2.1 Nível de escolaridade 2º grau completo, formação profissionalizante na área de Construção Civil, com conhecimentos gerais de manutenção predial e avançados em software do tipo CAD, BIM ou similar.

2.2.2 Experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na função. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório do curso Básico previsto na NR10.

2.2.3 Coordenação de equipe de manutenção e acompanhamento de obras e serviços de construção civil com ênfase em edificações e/ou manutenção predial.

2.2.4 Inspeção de edificações e identificação de problemas e patologias. Elaboração de relatórios de manutenção, de cronogramas de trabalho, organização e distribuição de tarefas.

2.2.5 Atuar em sintonia com a Supervisão Técnica.

2.2.6 Proceder à avaliação geral das condições requeridas para manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.

2.2.7 Consultar outros especialistas como engenheiros e arquitetos, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas aos serviços da manutenção.

2.2.8 Auxiliar a CONTRATANTE nas áreas pertinentes às suas atribuições profissionais.

2.2.9 Auxiliar nos estudos visando economia de eletricidade, orientando os serviços de manutenção em busca de mais eficiência energética.

2.2.10 Certificar-se da aplicação das normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho.

2.2.11 Efetuar levantamento de dados de natureza técnica.

2.2.12 Executar e realizar a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de instalações prediais.

2.2.13 Conduzir treinamento de equipes de execução de serviços técnicos na sua área.

2.2.14 Exercer a fiscalização da execução de serviços e de atividades de sua competência.

2.2.15 Efetuar a organização de arquivos técnicos.

2.2.16 Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade.

2.2.17 Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação de equipamentos relativos às instalações prediais abrangidas pelo contrato.

2.2.18 Desempenhar outras atividades inerentes à função.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2.3 ELETRICISTA PLENO

2.3.1 Nível de escolaridade 2º grau completo, conclusão de curso profissionalizante na área, preferencialmente em Escola Técnica, SENAI ou outra instituição reconhecida pelo MEC, e de curso específico em NR-10.

2.3.2 Experiência comprovada de pelo menos 03 (três) anos em atividades compatíveis com a função.

2.3.3 Executar a manutenção preditiva, preventiva e corretiva de serviços afetos às instalações e sistemas eletroeletrônicos das unidades da SR/PF/RN.

2.3.4 Atuar no restabelecimento dos sistemas, em função das ocorrências; supervisionar, manobrar e operar sistemas eletroeletrônicos, compreendidos também os seguintes sistemas: circuito fechado de televisão – CFTV, sistema de sonorização, sistema de controle e acesso; sistema de detecção de incêndio e sistema de comunicação multimídia.

2.3.5 Elaborar relatórios de manutenção e cronogramas de trabalho.

2.3.6 Trabalhar em equipe; atuar em sintonia com o Encarregado de Manutenção Predial e com a Supervisão Técnica, especialmente no tocante ao planejamento e execução de serviços referentes à manutenção das instalações eletroeletrônicas das Unidades da SR/PF/RN.

2.3.7 Proceder à avaliação geral das condições requeridas para manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.

2.3.8 Consultar outros especialistas como engenheiros e arquitetos, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas aos serviços da manutenção.

2.3.9 Auxiliar na elaboração das ações referentes à manutenção dos serviços, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando estimativas de custos para apreciação e aprovação da CONTRATANTE.

2.3.10 Efetuar levantamento de dados de natureza técnica.

2.3.11 Executar e/ou exercer a fiscalização da execução de serviços e de atividades de sua competência.

2.3.12 Efetuar a organização de arquivos técnicos.

2.3.13 Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade.

2.3.14 Desempenhar outras atividades inerentes à função.

2.4 OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL

2.4.1 Possuir, preferencialmente, curso profissionalizante em escola com reconhecimento oficial, tal como SENAI ou outra instituição reconhecida pelo MEC, e de curso Básico em NR-10;

2.4.2 Experiência comprovada, por anotações em carteira profissional, de pelo menos 03 (três) anos em atividades compatíveis com a função.

2.4.3 Executar serviços de manutenção hidráulica, elétrica, pintura, marcenaria, carpintaria e civil em geral (alvenaria, reboco, forro, piso etc), substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos dos diversos sistemas prediais.

2.4.4 Atuar como ajudante de profissional habilitado e autorizado, sob a responsabilidade deste, na execução de tarefas específicas de manutenção elétrica.

2.4.5 Trabalhar de forma individual e em equipe.

2.4.6 Examinar as instalações, máquinas, equipamentos e instrumentos técnicos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltímetros e outros instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam às condições e normas técnicas e de segurança.

2.4.7 Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2.4.8 Realizar checklist diário das atividades realizadas, registrando e comunicando quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas.

2.4.9 Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas.

2.4.10 Executar, eventualmente, serviços referentes à poda/capina de gramas e mato.

2.4.11 Desempenhar outras atividades inerentes à função.

3 REQUISITOS GERAIS PARA OS PROFISSIONAIS

3.1 Em conformidade com a NR10 são considerados AUTORIZADOS os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados, com anuência formal da CONTRATANTE.

3.2 É considerado trabalhador QUALIFICADO aquele que comprovar conclusão de curso específico na área elétrica reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino.

3.3 É considerado profissional legalmente HABILITADO o trabalhador previamente qualificado e com registro no competente Conselho de Classe.

3.4 É considerado trabalhador CAPACITADO aquele que atenda às seguintes condições, simultaneamente:

3.4.1 Receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado;

3.4.2 Trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado.

3.5 A capacitação só terá validade para a empresa que o capacitou e nas condições estabelecidas pelo profissional habilitado e autorizado responsável pela capacitação.

3.6 A CONTRATADA deve estabelecer sistema de identificação que permita a qualquer tempo conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador, conforme o item 10.8.4. da NR10.

3.7 Os trabalhadores autorizados a trabalhar em instalações elétricas devem ter essa condição consignada no sistema de registro de empregado da CONTRATADA.

3.8 A CONTRATADA concederá autorização na forma da NR10 aos trabalhadores capacitados ou qualificados e aos profissionais habilitados que tenham participado com avaliação e aproveitamento satisfatórios dos cursos constantes do ANEXO II da NR10.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS

1. SERVIÇOS EVENTUAIS

1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço sob demanda que extrapole as rotinas e competências da Equipe Residente ou requeira especialização que vá além da qualificação exigida dos profissionais da referida equipe.
2. Os Serviços Eventuais a serem executados pela CONTRATADA são os previstos e constantes na lista do presente **ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS**.
3. Os Serviços Eventuais deverão ser executados por profissionais distintos dos alocados nos postos de trabalho, de diversas áreas, autônomos ou com vínculo empregatício com a CONTRATADA, previamente cadastrados junto à CONTRATANTE, e serão pagos somente quando realizados e com prévia autorização da FISCALIZAÇÃO do contrato, conforme o presente Termo de Referência.
4. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de Serviços Eventuais de manutenção ou de reparos.
5. Os valores a serem pagos pela execução dos Serviços Eventuais são os constantes no ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE), resultantes do processo licitatório, no qual deverão constar os valores ofertados pela licitante, o valor total antes da incidência de BDI, o valor do desconto global para o item Serviços Eventuais em relação ao valor estimado pela Administração, antes da incidência do BDI, bem como o valor deste, utilizado pela licitante/CONTRATADA, que também deverá ser detalhado.
6. Na eventual necessidade da realização de serviço não constante no ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS, a execução de tal serviço pela CONTRATADA ficará condicionada à avaliação e à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, devendo ser verificada na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, “Sem Desoneração”, Localidade Natal/RN, vigente à época da apresentação da proposta da CONTRATADA, a existência do serviço. Existindo o serviço e sendo autorizado pela FISCALIZAÇÃO, será pago à CONTRATADA o valor constante no SINAPI com a aplicação do desconto ofertado pela licitante sobre o valor total de SERVIÇOS EVENTUAIS da licitação, acrescendo-se, em seguida, o BDI ofertado pela licitante, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)).
7. Cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja prorrogado será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. (Acórdão Nº 1.238/2016 - TCU – Plenário).
8. Após observada a sequência acima, caso algum serviço, de forma excepcional e residual, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI supracitada, a CONTRATADA deverá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

apresentar, previamente à FISCALIZAÇÃO, orçamento com um mínimo de 03 (três) preços pesquisados, e, quando autorizado, o serviço será pago à CONTRATADA pela média dos valores pesquisados, com a incidência do desconto ofertado na licitação, acrescido do BDI correspondente ofertado, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)). As cotações/orçamentos apresentados previamente à FISCALIZAÇÃO para fins de aprovação deverão constar em Ordem de Serviço específica.

9. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados por meio de OS – Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

10. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados por meio de OS – Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

11. Os Serviços Eventuais somente serão considerados executados mediante a aprovação de todas as etapas pela Fiscalização, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

12. Os SERVIÇOS EVENTUAIS serão pagos em notas fiscais mensais separadas do valor mensal referente à Equipe Residente (Item 1 do Pregão) e do valor referente ao fornecimento de Materiais/Peças (Item 3 do Pregão), quando houver.

13. Sempre que houver necessidade, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos Serviços Eventuais realizados, no CREA-RN, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação

14. As despesas com os Serviços Eventuais estão limitadas ao valor anual estimado para o Item 2 do Pregão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2. SERVIÇOS EVENTUAIS

| LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS – SR/PF/RN | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---------------------|
| ITEM | FONTE | CÓDIGO | SERVIÇO | UNIDADE | QUANTIDADE ESTIMADA |
| 1 | SINAPI 05/2021 | 96114 | FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P ESTRUTURA DE FI | M² | 25,00 |
| 2 | SINAPI 05/2021 | 96113 | FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P | M² | 20,00 |
| 3 | SINAPI 05/2021 | 96358 | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS AF_06/2017_P | M² | 25,00 |
| 4 | SINAPI 05/2021 | 88649 | RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF_06/2014 | M | 22,00 |
| 5 | SINAPI 05/2021 | 87244 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DA SACADA. AF_06/2014 | M² | 20,00 |
| 6 | SINAPI 05/2021 | 87262 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_06/2014 | M² | 10,00 |
| 7 | SINAPI 05/2021 | 87529 | REBOCO ARGAMASSA MASSA ÚNICA 1:2:8 ESP. 2CM | M² | 20,00 |
| 8 | SINAPI 05/2021 | 90436 | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015 | UND | 2,00 |
| 9 | SINAPI 05/2021 | 90437 | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015 | UND | 2,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | |
|----|----------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 10 | SINAPI 05/2021 | 90438 | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015 | UND | 2,00 |
| 11 | SINAPI 05/2021 | 90439 | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015 | UND | 1,00 |
| 12 | SINAPI 05/2021 | 90440 | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS | UND | 2,00 |
| 13 | SINAPI 05/2021 | 90441 | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015 | UND | 1,00 |
| 14 | ORSE 04/2021 | 02481/ORSE | EXECUÇÃO DE RASGOS EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO | M | 30,00 |
| 15 | SINAPI 05/2021 | 88316 | SERVIÇO DE SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 40,00 |
| 16 | SINAPI 05/2021 | 88484 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | 60,00 |
| 17 | SINAPI 05/2021 | 88485 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | 80,00 |
| 18 | SINAPI 05/2021 | 88488 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M² | 80,00 |
| 19 | SINAPI 05/2021 | 88489 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M² | 180,00 |
| 20 | SINAPI 05/2021 | 88494 | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | 80,00 |
| 21 | SINAPI 05/2021 | 88495 | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | 180,00 |
| 22 | SINAPI 05/2021 | 95305 | TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_09/2016 | M² | 120,00 |
| 23 | SINAPI 05/2021 | 102203 | PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO | M² | 34,86 |
| 24 | SINAPI 05/2021 | 100718 | COLOCAÇÃO DE FITA PROTETORA PARA PINTURA. AF_01/2020 | M | 100,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | |
|----|----------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| 40 | ORSE 04/2021 | 02975/ORSE | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE RELÉ FOTO-ELÉTRICO EM POSTE | UND | 6,00 |
| 41 | ORSE 04/2021 | 03027/ORSE | REMOÇÃO DE RELÉ FOTO-ELÉTRICO EM POSTE | UND | 6,00 |
| 42 | ORSE 04/2021 | 07218/ORSE | REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA | M² | 60,00 |
| 43 | SINAPI 05/2021 | 98546 | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_06/2018 | M² | 60,00 |
| 44 | SINAPI 05/2021 | 98553 | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE POLIURETANO, 2 DEMÃOS. AF_06/2018 | M² | 24,00 |
| 45 | SINAPI 05/2021 | 98563 | PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=2CM. AF_06/2018 | M² | 20,00 |
| 46 | SINAPI 05/2021 | 98565 | PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018 | M² | 40,00 |
| 47 | SINAPI 05/2021 | 101817 | RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS, PARA O FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020 | M² | 20,00 |
| 48 | SINAPI 05/2021 | 101818 | RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PEDRISCO E EMULSÃO ASFÁLTICA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS, PARA O FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_1 | M² | 12,00 |
| 49 | SINAPI 05/2021 | 101913 | CAIXA DE INCÊNDIO 45X75X17CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UND | 3,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

3. **NORMATIVOS**

- 3.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer rigorosamente:
- 3.1.1. Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
 - 3.1.2. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
 - 3.1.3. Às normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações;
 - 3.1.4. Aos regulamentos das empresas Concessionárias;
 - 3.1.5. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
 - 3.1.6. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;
 - 3.1.7. À Portaria 2.296, de 23/07/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos de Construção e de Manutenção;
 - 3.1.8. Legislação pertinente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);
 - 3.1.9. Legislação pertinente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO V – MATERIAIS E PEÇAS

1. GENERALIDADES

- 1.1. Todos os materiais e peças necessários para a realização dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva e reparos, objeto destas especificações, serão fornecidos pela CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.
- 1.2. A aquisição de materiais e peças, objeto do presente contrato, deverá, sempre que possível, atender aos critérios de sustentabilidade, dentre eles que sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros, conforme os termos do art. 12 da lei nº 8.666, de 1993, de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.
- 1.3. A responsabilidade com relação à aquisição e integridade dos materiais fornecidos será única e exclusivamente da CONTRATADA. A CONTRATANTE não assumirá qualquer corresponsabilidade pelos materiais/peças, mesmo que já depositadas nas dependências desta.
- 1.4. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento imediato e substituição de toda e qualquer peça ou material necessário ao perfeito funcionamento das instalações.
- 1.5. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar falta de materiais ou peças para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 1.6. A empresa licitante será responsável pela especificação e quantificação dos materiais, insumos e peças de reposição, fornecidos na forma destas especificações, não cabendo qualquer solidariedade e/ou assunção de custos adicionais da CONTRATANTE, advindos de troca/devolução junto a fabricantes e/ou seus prepostos.
- 1.7. Os valores dos MATERIAIS E PEÇAS a serem utilizados na execução contratual serão os resultantes da licitação, oriundos da proposta da licitante vencedora (ANEXO VIII), **cujo BDI Diferenciado correspondente deverá estar registrado e demonstrado na proposta da licitante e no contrato, bem como o desconto ofertado, antes da incidência do BDI Diferenciado, em relação ao total estimado pela Administração para o item MATERIAIS E PEÇAS.**
- 1.8. Na proposta da licitante vencedora, o que inclui também o dimensionamento e formulação do BDI Diferenciado, de responsabilidade da licitante, deverão estar considerados e previstos os custos inerentes ao fornecimento dos MATERIAIS E PEÇAS ora tratados, de forma a atender a todas as Unidades da CONTRATANTE, objeto do contrato, englobando: gestão, logística e supervisão, dentre outros.
- 1.9. Os itens relacionados na Planilha de Materiais e Peças de Reposição (item 2 deste Anexo e ANEXO VIII), serão medidos e pagos somente se efetivamente aplicados ou executados, desde que previamente autorizados, aprovados e atestados pelo fiscal ou gestor do contrato, mediante emissão prévia de Ordem de Serviço – OS, salvo situações emergenciais devidamente justificadas pela CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 1.10. Na eventual necessidade do fornecimento de Material/Peça/Insumo não constante no ANEXO V – MATERIAIS E PEÇAS, o fornecimento de tal material pela CONTRATADA ficará condicionado à avaliação e à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, devendo ser verificada na tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, “Sem Desoneração”, Localidade Natal/RN, vigente à época da apresentação da proposta da CONTRATADA, a existência do material/peça/insumo. Existindo o material/peça/insumo e sendo autorizado pela FISCALIZAÇÃO, será pago à CONTRATADA o valor constante no SINAPI com a aplicação do desconto ofertado pela licitante sobre o valor total de MATERIAIS/PEÇAS da licitação, acrescendo-se, em seguida, o BDI Diferenciado ofertado pela licitante, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)).
- 1.11. Cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja prorrogado será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. (Acórdão N° 1.238/2016 - TCU – Plenário).
- 1.12. Após observada a sequência acima, caso algum material/peça/insumo, de forma excepcional e residual, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI supracitada, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à FISCALIZAÇÃO, orçamento com um mínimo de 03 (três) preços pesquisados, e, quando autorizado, o fornecimento será pago à CONTRATADA pela média dos valores pesquisados, com a incidência do desconto ofertado na licitação, acrescido do BDI Diferenciado correspondente ofertado, sendo ambos, desconto e BDI, os apurados nas planilhas de custos, resultantes do certame (ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)). As cotações/orçamentos apresentados previamente à FISCALIZAÇÃO para fins de aprovação deverão constar em Ordem de Serviço específica.
- 1.13. Na aquisição dos materiais e peças deverão ser adotadas especificações que atendam aos requisitos inerentes à eficiência energética, na forma do Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002.
- 1.14. Para a confecção da ORDEM DE SERVIÇO – OS, a CONTRATADA fornecerá, previamente, orçamento detalhado com o código, descrição, valores unitários e totais dos materiais a serem utilizados, bem como observados os requisitos estabelecidos nos itens previamente estabelecidos acima e no item 7 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO deste Termo de Referência, para aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- 1.15. Os valores unitários para avaliação de cada material e/ou peça listados neste Anexo serão aqueles propostos pela LICITANTE VENCEDORA, os quais constarão do **ANEXO VIII** ou, não constando no referido anexo, serão os resultantes dos procedimentos descritos nos subitens acima.
- 1.16. Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA na forma deste Termo de Referência e empregados nas instalações e equipamentos da CONTRATANTE, deverão ser obrigatoriamente novos e, quando for o caso, dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante.
- 1.17. Os materiais só poderão ser fornecidos com a aprovação da fiscalização, e, portanto, caso algum material seja fornecido sem o conhecimento desta o mesmo não será considerado para efeito de pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 1.18. Só serão pagos pela CONTRATANTE os materiais que forem efetivamente utilizados na manutenção preventiva, preditiva e corretiva e reparos das Unidades da SR/PF/RN, desde que autorizados pela fiscalização.
- 1.19. As despesas com o fornecimento de Materiais, Peças de Reposição e Insumos estão limitadas ao valor anual estimado para o Item 3 do Pregão.

2. RELAÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS (ESTIMATIVA ANUAL)

| ITEM | CÓDIGO | MATERIAIS | UNIDADE | QUANT. |
|------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| 001 | 0000993 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 1,5 MM2 | M | 100,00 |
| 002 | 0001022 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | M | 100,00 |
| 003 | 0001021 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2 | M | 100,00 |
| 004 | 0000994 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2 | M | 100,00 |
| 005 | 0001020 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2 | M | 40,00 |
| 006 | 0000995 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2 | M | 40,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 007 | 0000862 | CABO DE COBRE NU 10 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 |
| 008 | 0000857 | CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 |
| 009 | 0000868 | CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 |
| 010 | 0000863 | CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 |
| 011 | 0000867 | CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 |
| 012 | 0034602 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 50,00 |
| 013 | 0034618 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 100,00 |
| 014 | 0034624 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 50,00 |
| 015 | 0039258 | CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2 | M | 100,00 |
| 016 | 0034607 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 30,00 |
| 017 | 0034621 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 80,00 |
| 018 | 0034627 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 30,00 |
| 019 | 0034609 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 |
| 020 | 0034622 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 |
| 021 | 0034629 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 |
| 022 | 0011904 | CABO TELEFONICO CCI 50, 4 PARES, USO INTERNO, SEM BLINDAGEM | M | 20,00 |
| 023 | 0034653 | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A | UND | 10,00 |
| 024 | 0034616 | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A | UND | 5,00 |
| 025 | 0034709 | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A | UND | 2,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|-------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 026 | 0002685 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 ", SEM LUVA | M | 30,00 |
| 027 | 0002680 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2 ", SEM LUVA | M | 20,00 |
| 028 | 0002684 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4 ", SEM LUVA | M | 20,00 |
| 029 | 0002681 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2 ", SEM LUVA | M | 20,00 |
| 030 | 0000412 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE *230* X *7,6* MM | UND | 200,00 |
| 031 | 0000414 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM | UND | 800,00 |
| 032 | 0000411 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | UND | 400,00 |
| 033 | 0000408 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | UND | 200,00 |
| 034 | 0001892 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO | UND | 35,00 |
| 035 | 0001893 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 036 | 0001902 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 037 | 0001894 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 038 | 0039273 | CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 039 | 0001875 | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 040 | 0001874 | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 041 | 0001876 | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 |
| 042 | 0038101 | TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 15,00 |

Página 6 de 23



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| 058 | 0038193 | LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27) | UND | 10,00 |
| 059 | 0039387 | LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13 | UND | 30,00 |
| 060 | 0039390 | LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W | UND | 1,00 |
| 061 | 0039391 | LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W | UND | 1,00 |
| 062 | 0007543 | TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2" | UND | 10,00 |
| 063 | 0014052 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 064 | 0014054 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 065 | 0014053 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 066 | 0002558 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 067 | 0002560 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 068 | 0002559 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 069 | 0002591 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 070 | 0002590 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 071 | 0002565 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 072 | 0002569 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 073 | 0002570 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |
| 074 | 0002593 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 075 | 0011821 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2 | UND | 10,00 |
| 076 | 0001562 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2 | UND | 10,00 |
| 077 | 0001563 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 70 MM2 | UND | 10,00 |
| 078 | 0001570 | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2,1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5 | UND | 100,00 |
| 079 | 0001571 | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2,1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5 | UND | 100,00 |
| 080 | 0003378 | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 3/4", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO | UND | 1,00 |
| 081 | 0003380 | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO | UND | 1,00 |
| 082 | 0039756 | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 |
| 083 | 0012038 | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 |
| 084 | 0039757 | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 |
| 085 | 0002510 | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UND | 3,00 |
| 086 | 0012329 | COBRE ELETROLITICO EM BARRA OU CHAPA | KG | 1,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| 087 | 0011821 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2 | UND | 10,00 |
| 088 | 0001562 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2 | UND | 10,00 |
| 089 | 0039131 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1.1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 |
| 090 | 0039130 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1.1/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 |
| 091 | 0039127 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 |
| 092 | 0039129 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 |
| 093 | 0039132 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 30,00 |
| 094 | 0039133 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 2.1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 20,00 |
| 095 | 0000142 | SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO PARA JUNTAS DIVERSAS | 310ML | 20,00 |
| 096 | 0038124 | ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML | UND | 10,00 |
| 097 | 0011849 | COLA BRANCA BASE PVA | LITRO | 5,00 |
| 098 | 0039515 | PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NÃO INCLUI PERFIS) | UND | 24,00 |
| 099 | 0038181 | PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA | M² | 6,00 |
| 100 | 0038195 | PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2 | M² | 10,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------|
| 101 | 0036881 | PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES FRIAS *5 X 5* CM | M ² | 5,00 |
| 102 | 0001379 | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 | KG | 500,00 |
| 103 | 0000124 | ADITIVO ACELERADOR DE PEGA E ENDURECIMENTO PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS | UND | 5,00 |
| 104 | 0034353 | ARGAMASSA COLANTE AC-II | KG | 25,00 |
| 105 | 0037595 | ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII | KG | 25,00 |
| 106 | 0007334 | ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS | UND | 5,00 |
| 107 | 0000127 | ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS | L | 10,00 |
| 108 | 0000366 | AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M ³ | 1,00 |
| 109 | 0000367 | AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M ³ | 1,00 |
| 110 | 0000370 | AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M ³ | 1,00 |
| 111 | 0004720 | PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 |
| 112 | 0004721 | PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 1,00 |
| 113 | 0004718 | PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 1,00 |
| 114 | 0004722 | PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 |
| 115 | 0004723 | PEDRA BRITADA N. 4 (50 A 76 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 |
| 116 | 0004727 | PEDRA BRITADA N. 5 (76 A 100 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------|--------|
| 117 | 0004708 | PEDRA PORTUGUESA OU PETIT PAVE, BRANCA OU PRETA | M² | 5,00 |
| 118 | 0007271 | BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM | UND | 400,00 |
| 119 | 0003315 | GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS | KG | 40,00 |
| 120 | 25966/SI NAPI (ORSE) | REDUTOR TIPO THINNER PARA ACABAMENTO | LITRO | 10,00 |
| 121 | 0005318 | SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS | LITRO | 15,00 |
| 122 | 03092/O RSE | ALCOOL ISOPROPÍLICO | LITRO | 4,00 |
| 123 | 0007307 | FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO) | LITRO | 36,00 |
| 124 | 0007348 | TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO | LITRO | 48,00 |
| 125 | 0007356 | TINTA ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO | LITRO | 10,00 |
| 126 | 0007304 | TINTA EPOXI PREMIUM, BRANCA | LITRO | 10,00 |
| 127 | 0007293 | TINTA ESMALTE SINTETICO GRAFITE COM PROTECAO PARA METAIS FERROSOS | LITRO | 18,00 |
| 128 | 0007311 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO | LITRO | 18,00 |
| 129 | 0007292 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE | LITRO | 36,00 |
| 130 | 0007288 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO | LITRO | 36,00 |
| 131 | 0007344 | TINTA LATEX PVA PREMIUM, COR BRANCA | GALÃO | 15,00 |
| 132 | 04291/O RSE | TINTA A BASE DE RESINA EPOXI REVRAN FBR 720 - RENNER OU SIMILAR | LITRO | 8,00 |
| 133 | 0006085 | SELADOR ACRÍLICO PARA PAREDES INTERNAS/EXTERNAS | LITRO | 90,00 |
| 134 | 0004791 | ADESIVO ACRILICO/COLA CONTATO | KG | 14,00 |
| 135 | 0034357 | REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR | KG | 20,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|
| 136 | 01327/ ORSE | LONA PLASTICA PRETA E=0,15 A 0,3MM | M² | 100,00 |
| 137 | 0004056 | MASSA ACRILICA PARA PAREDES INTERIOR/EXTERIOR | GALÃO | 3,00 |
| 138 | 0004047 | MASSA CORRIDA PVA PARA PAREDES INTERNAS | GALÃO | 3,00 |
| 139 | 0000134 | GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL | KG | 50,00 |
| 140 | 0000156 | ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO | KG | 10,00 |
| 141 | 0000131 | ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, PASTOSO (TIXOTROPICO) | KG | 5,00 |
| 142 | 0004014 | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 3 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 10,00 |
| 143 | 0004015 | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 4 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 10,00 |
| 144 | 0004017 | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 5 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 8,00 |
| 145 | 0007313 | TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DILUIDA EM SOLVENTE, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS, METAL E MADEIRA | LITRO | 10,00 |
| 146 | 0007319 | TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DISPERSA EM AGUA, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS | LITRO | 10,00 |
| 147 | 0010478 | VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO | LITRO | 5,00 |
| 148 | 0040514 | VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, SEM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO | LITRO | 5,00 |
| 149 | 0010481 | VERNIZ SINTETICO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO (BASE SOLVENTE) | LITRO | 5,00 |
| 150 | 0010491 | VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO | M² | 2,00 |
| 151 | 0034385 | VIDRO LISO INCOLOR 8 MM - SEM COLOCACAO | M² | 2,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| 152 | 0011731 | GRELHA PVC BRANCA QUADRADA, 150 X 150 MM | UND | 5,00 |
| 153 | 0011732 | GRELHA PVC CROMADA REDONDA, 150 MM | UND | 5,00 |
| 154 | 07267/ ORSE | GRELHA PARA RALO EM INOX, QUADRADA, 10X10CM, TIPO ABRE E FECHA MEBER OU SIMILAR | UND | 5,00 |
| 155 | 0006148 | SIFAO PLASTICO FLEXIVEL SAIDA VERTICAL PARA COLUNA LAVATORIO, 1 X 1.1/2 " | UND | 10,00 |
| 156 | 0003148 | FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C) | UND | 10,00 |
| 157 | 0021112 | VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO | UND | 4,00 |
| 158 | 0038643 | VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATORIO, 1 " SEM LADRAO | UND | 5,00 |
| 159 | 0006157 | VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 " | UND | 2,00 |
| 160 | 0011762 | TORNEIRA CROMADA COM BICO PARA JARDIM/TANQUE 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153) | UND | 4,00 |
| 161 | 0011773 | TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA COZINHA BICA MOVEL COM AREJADOR 1/2 " OU 3/4 " (REF 1168) | UND | 2,00 |
| 162 | 0011763 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1.1/2", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 |
| 163 | 0011764 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1.1/4", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 |
| 164 | 0011826 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1/2", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 |
| 165 | 0011825 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 |
| 166 | 03353/ ORSE | RALO HEMISFÉRICO EM F°F°, TIPO ABACAXI Ø 100MM DE DIÂMETRO | UND | 5,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| 167 | 0009867 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 30,00 |
| 168 | 0009868 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 30,00 |
| 169 | 0009869 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 15,00 |
| 170 | 0009874 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 |
| 171 | 0009875 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 |
| 172 | 0009873 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 |
| 173 | 0009871 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 |
| 174 | 0009872 | TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 |
| 175 | 0003542 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 |
| 176 | 0003529 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 |
| 177 | 0003536 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 |
| 178 | 0003535 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 |
| 179 | 0003540 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 |
| 180 | 0003539 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 60 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 |
| 181 | 0003513 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 85 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 5,00 |
| 182 | 0007138 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 |
| 183 | 0007139 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|
| 184 | 0007140 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 |
| 185 | 0007141 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 |
| 186 | 0007143 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 60 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 |
| 187 | 0007144 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 75 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 |
| 188 | 0007145 | TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 |
| 189 | 0009836 | TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL | M | 30,00 |
| 190 | 0020065 | TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL | M | 15,00 |
| 191 | 0011672 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 |
| 192 | 0011669 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/4", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 |
| 193 | 0011670 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1/2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 |
| 194 | 0020055 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 |
| 195 | 0011671 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 |
| 196 | 0006032 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 3/4", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 |
| 197 | 0006038 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 1/2" | UND | 2,00 |
| 198 | 0011718 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 3/4" | UND | 2,00 |
| 199 | 0006037 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 20 MM | UND | 2,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 200 | 0011719 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 25 MM | UND | 2,00 |
| 201 | 0006019 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509) | UND | 2,00 |
| 202 | 0006010 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1.1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 |
| 203 | 0006017 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1.1/4 " (REF 1509) | UND | 2,00 |
| 204 | 0006020 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 |
| 205 | 0006028 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509) | UND | 2,00 |
| 206 | 0006011 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2.1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 |
| 207 | 0006012 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3 " (REF 1509) | UND | 1,00 |
| 208 | cotação | BACIA SANITARIA TURCA DE LOUÇA BRANCA | UND | 1,00 |
| 209 | 0036520 | BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA, SEM ASSENTO | UND | 1,00 |
| 210 | 0010422 | BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA | UND | 1,00 |
| 211 | 0004375 | BUCHA DE NYLON SEM ABA S6 | UND | 200,00 |
| 212 | 0004376 | BUCHA DE NYLON SEM ABA S8 | UND | 200,00 |
| 213 | 0004374 | BUCHA DE NYLON SEM ABA S10 | UND | 100,00 |
| 214 | 0004377 | PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO 32 MM | UND | 200,00 |
| 215 | 0004356 | PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM | UND | 200,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|
| 216 | 0004358 | PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 65 MM | UND | 200,00 |
| 217 | 0004227 | OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC) | LITRO | 40,00 |
| 218 | cotação | SODA CAUSTICA EM ESCAMAS | KG | 30,00 |
| 219 | 0000003 | ACIDO MURIÁTICO, DILUIÇÃO DE 10 A 12% PARA USO EM LIMPEZA | L | 35,00 |
| 220 | 0010555 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 80 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA | UND | 2,00 |
| 221 | 0004987 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 90 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ | UND | 2,00 |
| 222 | 0011561 | MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 1.100 MM E PESO DE ATE 85 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA | UND | 2,00 |
| 223 | 0011560 | MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA | UND | 6,00 |
| 224 | 0011499 | MOLA HIDRAULICA DE PISO P/ VIDRO TEMPERADO 1100MM E PESO DE ATÉ 120 KG, COM CORPO EM AÇO INOX | UND | 1,00 |
| 225 | 0021044 | SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 1/2" - 15 MM | UND | 2,00 |
| 226 | 0021045 | SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 3/4" - 20 MM | UND | 2,00 |
| 227 | 0012815 | FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M | UND | 30,00 |
| 228 | 0043603 | CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 50 MM E ALTURA DE APROX 40 MM, HASTE CEMENTADA EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 8,0 MM INCLUINDO 2 CHAVES | UND | 2,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 229 | 0005090 | CADEADO SIMPLES/COMUM, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES | UND | 2,00 |
| 230 | 0005085 | CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES | UND | 2,00 |
| 231 | 0042015 | FITA PLASTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREAS, LARGURA = 7 CM, SEM ADESIVO (COLETADO CAIXA) | M | 100,00 |
| 232 | 0011519 | MACANETA ALAVANCA, RETA OU CURVA, MACICA, CROMADA, COMPRIMENTO DE 10 A 16 CM, ACABAMENTO PADRAO MEDIO - SOMENTE MACANETAS | UND | 5,00 |
| 233 | Cotação | MAÇANETA ALAVANCA, COM ROSETA REDONDA, ACABAMENTO EM INOX ESCOVADO, COM FECHADURA DO TIPO EXTERNA (LA FONTE 892 OU SIMILAR) | UND | 2,00 |
| 234 | 0020111 | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UND | 30,00 |
| 235 | 0000404 | FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO) | M | 60,00 |
| 236 | 0012732 | SOLDA ESTANHO/COBRE PARA CONEXOES DE COBRE, FIO 2,5 MM, CARRETEL 500 GR (SEM CHUMBO) | UND | 1,00 |
| 237 | 0041954 | CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 9,53 MM (3/8"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F | KG | 10,00 |
| 238 | 0020080 | ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR | UND | 10,00 |
| 239 | 0000013 | ESTOPA | KG | 4,00 |
| 240 | 11442/ ORSE | PINCEL DE 1" | UND | 14,00 |
| 241 | 11443/ ORSE | PINCEL DE 1/2" | UND | 14,00 |
| 242 | 0038386 | PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM) | UND | 14,00 |
| 243 | 0038393 | ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO) | UND | 6,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|
| 244 | 0038390 | ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO) | UND | 6,00 |
| 245 | 0038392 | PROLONGADOR/EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3 M | UND | 3,00 |
| 246 | Cotação | FITA DEMARCAÇÃO PARA PISO - ROLO 50MM X 30M | UND | 6,00 |
| 247 | Cotação | TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO DE BANHEIRO (MARCA DE REFERÊNCIA: DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 4,00 |
| 248 | 03124/O RSE | ÁGUA DESTILADA - 1 LITROS | UND | 25,00 |
| 249 | 0043649 | TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM ACETINADO | LITRO | 10,00 |
| 250 | Cotação | CONJUNTO DE FIXAÇÃO AP80 / AP 50 - GE (MARCA REFERÊNCIA: LINHA DECA - VOGUE OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 10,00 |
| 251 | Cotação | CONJUNTO DE FIXAÇÃO DE CAIXA ACOPLADA (MARCA DE REFERÊNCIA: ASTRA OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 10,00 |
| 252 | 12616/O RSE | CABO COAXIAL RG-6 | M | 100,00 |
| 253 | Cotação | CONECTOR ADAPTADOR P4 MACHO DC COM BORNE | UND | 10,00 |
| 254 | 10097/O RSE | CONECTOR BNC DE SOLDADA P/ CFTV | UND | 30,00 |
| 255 | 04885/O RSE | RÉGUA (FILTRO DE LINHA) COM 4 TOMADAS | UND | 10,00 |
| 256 | Cotação | RALO INOX QUADRADO - 15X15 | UND | 4,00 |
| 257 | Cotação | MASSA DE CALAFETAR 350G | UND | 4,00 |
| 258 | Cotação | LUBRIFICANTE HIDROFÓBICO EM SPRAY (MARCA DE REFERÊNCIA: WD 40 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 300ML | 5,00 |
| 259 | Cotação | LIMPA CONTATOS ORBI OU EQUIVALENTE TÉCNICO | 300ML | 10,00 |
| 260 | Cotação | DESENGRIPANTE EM SPRAY (MARCA DE REFERÊNCIA: WHITELUB OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 300ML | 5,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------|--------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| 261 | Cotação | VASELINA SÓLIDA DE 450g | UND | 2,00 |
| 262 | 03109/O RSE | VASELINA LÍQUIDA 1000ML | L | 3,00 |
| 263 | Cotação | COLA INSTANTÂNEA 20G | UND | 5,00 |
| 264 | Cotação | ADESIVO ARALDITE OU EQUIVALENTE TÉCNICO 23G | UND | 5,00 |
| 265 | Cotação | ROLO DE 9MM X 20M DE FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE | UND | 3,00 |
| 266 | 0038383 | LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100 | UND | 100,00 |
| 267 | 0039961 | SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G | UND | 10,00 |
| 268 | 0003768 | LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150 | UND | 50,00 |
| 269 | Cotação | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NÚMERO 80 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 |
| 270 | Cotação | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NÚMERO 100 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 |
| 271 | 0003767 | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 |
| 272 | 01335/ ORSE | LIXA DE DISCO FERRO 80 | UND | 30,00 |
| 273 | Cotação | PALHA DE AÇO (ATLAS OU EQUIVALENTE) | UND | 15,00 |
| 274 | Cotação | ESPONJA MULTIUSO (VONDER OU EQUIVALENTE) | UND | 15,00 |
| 275 | Cotação | PANO DE CHÃO (3 UNIDADES) | UND | 10,00 |
| 276 | 0038400 | VASSOURA 40CM COM CABO | UND | 3,00 |
| 277 | Cotação | PLUGUE TOMADA FÊMEA, 2P + T, 10A | UND | 20,00 |
| 278 | Cotação | PLUGUE TOMADA FÊMEA, 2P + T, 20A | UND | 20,00 |
| 279 | Cotação | FECHO ELÉTRICO PARA PORTA | UND | 4,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| 280 | 12620/O RSE | ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO, LINHA VOGUE PLUS AP50, DA DECA (OU SIMILAR) | UND | 2,00 |
| 281 | Cotação | KIT PRESSMATIC DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UND | 4,00 |
| 282 | Cotação | ARMATEC ZN 900ML OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UND | 6,00 |
| 283 | Cotação | FILTRO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL – FCD-2045B | UND | 2,00 |
| 284 | Cotação | FILTRO DE ÓLEO – PSL 300 | UND | 1,00 |
| 285 | Cotação | TINTA ACRILICA PIGMENTADA (FACHADAS) - (MARCA DE REFERÊNCIA SW 7074 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | GALÃO | 6,00 |
| 286 | Cotação | TINTA ACRILICA PIGMENTADA (FACHADAS) - (MARCA DE REFERÊNCIA SW 7017 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | GALÃO | 5,00 |
| 287 | Cotação | FILTRO DE ÁGUA – PSA 299 | UND | 1,00 |
| 288 | Cotação | CORREIA 8PK1550 | UND | 1,00 |
| 289 | 11067 | TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM) | UND | 2,00 |
| 290 | 09106/O RSE | TOMADA DUPLA DE EMBUTIR USO GERAL 2P+T, ABNT, 10A | UND | 20,00 |
| 291 | Cotação | CONTROLE REMOTO 433 - (MARCA DE REFERÊNCIA INTELBRAS OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 2,00 |
| 292 | Cotação | MASSA PLASTICA, LATA COM 500G + CATALIZADOR | UND | 2,00 |
| 293 | Cotação | TORNEIRA COM PORTA CADEADO | UND | 2,00 |
| 294 | 10449/O RSE | CALÇO PLÁSTICO PARA TELHA MODULADA, INCLUSIVE PARAFUSO DE FIXAÇÃO | UND | 28,00 |
| 295 | Cotação | CONVERTEDOR DE OXIDAÇÃO - LIMPEZA E RETIRADA DE OXIDAÇÃO, COM 500ML - (MARCA DE REFERÊNCIA TF7 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 4,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|
| 296 | Cotação | CABO DE ALTA TENSÃO PARA CERCA ELÉTRICA (ROLO COM 10M) | M | 2,00 |
| 297 | Cotação | ROLO DE FIO INOX PARA CERCA ELÉTRICA - ROLO COM 800G | UND | 1,00 |
| 298 | Cotação | TARUGO CINZA DE 8MM | M | 100,00 |
| 299 | Cotação | BOTOEIRA COMUTADORA DE 3 POSIÇÕES | UND | 1,00 |
| 300 | Cotação | TRILHO PARA DISJ/CONTTS 35MMC | M | 2,00 |
| 301 | Cotação | GRELHA PARA MOTOR DE PORTÃO | M | 5,00 |
| 302 | Cotação | IMÃ PARA MOTOR DE PORTÃO | PAR | 2,00 |
| 303 | 07863/O RSE | HASTE DE ATERRAMENTO GALVANIZADA A FOGO 3/8" X 3,45M (RE-BAR) TEL-760 | M | 4,00 |
| 304 | Cotação | BARRA DE TERRA/ATERRAMENTO - PARA TRILHO DIN | UND | 2,00 |
| 305 | Cotação | TELA DE PVC, NA COR PRETO, COM ALTURA DE 1,50M | M | 60,00 |
| 306 | Cotação | TOALHA DE MICROFIBRA 40X40 | UND | 6,00 |
| 307 | Cotação | POLIDOR DE METAIS - (MARCA DE REFERÊNCIA BRASSO OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 200ML | 2,00 |
| 308 | Cotação | ASSENTO SANITÁRIO PARA PNE (VOGUE DECA OU SIMILAR) | UND | 1,00 |
| 309 | 0007271 | BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C) | UND | 500,00 |
| 310 | 0000344 | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 2,00 |
| 311 | 0000481 2 | PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO) | M² | 30,00 |
| 312 | Cotação | LAMPADA LED 5U DE 40W, BRANCO | UND | 10,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------|
| 313 | Cotação | CAIXA DE DESCARGA, MODELO DECA VOGUE PLUS (BRANCA) OU SIMILAR | UND | 1,00 |
| 314 | Cotação | LUMINÁRIA DE POSTE, EM LED, COM SUPORTE DE 65MM DE DIÂMETRO, E 60W DE POTÊNCIA, COR BRANCA, COM TEMPERATURA MINIMA DE COR 5000K. | UND | 4,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO VI – LISTA DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. GENERALIDADES

- 1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar nas dependências da CONTRATANTE e manter para uso permanente, ferramentas básicas para cada profissional, além de equipamentos e instrumentos, que deverão ser listados e mantidos em condições de uso adequado nas dependências da CONTRATANTE.
- 1.2 A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho.
- 1.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar nas dependências da CONTRATANTE os equipamentos, instrumentos e ferramental, abaixo relacionados, nas quantidades necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto do Termo de Referência, necessários às rotinas diárias, semanais e quinzenais de manutenção, conforme **ANEXO II**.
- 1.4 **A relação abaixo não é exaustiva.** A CONTRATADA deverá disponibilizar quaisquer outros materiais, equipamentos, instrumentos e ferramental que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto do Termo de Referência.
- 1.5 Os custos com ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços pela Equipe Residente, em todas as Unidades da SR/PF/RN, deverão estar previstos na formação de custos, de responsabilidade da CONTRATADA.

2. RELAÇÃO DE FERRAMENTAL, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS

- 2.1 Para execução dos serviços, caberá à CONTRATADA o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, dando cumprimento às condições contratuais e observando a seguinte **listagem mínima**:
- 2.2 Equipamentos/Instrumentos de uso geral, à disposição das Equipes da CONTRATADA:
 - 01 - Alicates Amperímetro, Tensão de leitura de AC/CC: 600V, Corrente de 400A, Resistência Maior que 1KΩ, Continuidade, Resposta CA True/RMS, Classificação: CAT III/600V – CAT IV/300V (Fluke ou Similar);
 - 01 – Multímetro digital capacidade de medição: Tensão AC/CC: 600V, milivolts, continuidade, resistência, diodo, capacitância, corrente DC, frequência. Resposta CA TRUE-RMS, classificação categoria: CATIII/600V (Fluke ou Minipa);
 - 01 – Detector de Tensão Range: 90 – 1000V (Fluke ou Minipa);
 - 01 – Teste Eletrônico de baterias;
 - 01 – Conjunto de Chave catraca, com soquetes de 08 a 32 mm;
 - 01 – Conjunto de Chave combinada de (06 a 22)mm;
 - 01 – Conjunto de Chave canhão de (06 a 14)mm;
 - 01 – Conjunto de Limas chatas 1 DE CADA (Fina, Média e Grossa);
 - 01 – Conjunto de Limas redondas 1 DE CADA (Fina, Média e Grossa);



- Página 2 de 5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 01 – Trena De Fibra Aberta de 30m;
- 01 – Trena Profissional de 5m;
- 01 – Alicate Desencapador para Cabo Coaxial;
- 01 – Alicate Crimpador para Cabo Coaxial;
- 01 – Alicate prensa terminal;
- 01 – Alicate desencapador e Crimpador de fios automático de 8 polegadas;
- 01 – Escada Extensível, em Fibra de Vidro, com no mínimo 19 degraus;
- 01 – Escada de Alumínio, dobrável, com 7 degraus;
- 01 – Escada de Alumínio, dobrável, com 6 degraus;
- 01 – Lupa de Bancada com iluminação e articulada. A lupa deverá possuir suporte para fixação em mesa;
- 01 – Lavadora de alta pressão, com no mínimo 1200W de potência;
- 01 – Canhão de espuma para Lava Jato;
- 02 – Mangueira de 20m, com adaptador para torneira e emendas;
- 01 – Aspirador Profissional, Água e Pó, com no mínimo 1500w de potência;
- 01 – Lanterna Profissional recarregável, com iluminação em LED;
- 01 – Ponteira com empunhadura – 300 a 350mm;
- 01 – Talhadeira com empunhadura – 300 a 350mm;
- 01 – Pé de cabra;
- 01 – Régua de Alumínio para Pedreiro (2 x 1)”, com 2m;
- 01 – Martelo de unha de 25mm;
- 01 – Marreta de 1kg;
- 01 – Marreta de 2kg;
- 01 – Pá com ponta redonda;
- 01 – Pá com ponta reta;
- 01 – Enxada;
- 01 – Martelo de borracha (Grande);
- 01 – Conjunto magnético de nível bolha;
- 01 – Colher de pedreiro;
- 01 – Desempenadeira em aço (Lisa e Dentada);
- 01 – Desempoladeira em madeira (Pequena);
- 01 – Desempoladeira em madeira (Grande);
- 01 – Cortador de Vidro, com diamante e depósito de querosene;
- 01 – Escova de aço, com cabo, (4x15), fileiras de cerdas;
- 01 – Carrinho de Mão de Aço, com capacidade entre 50 e 60 Litros, Pneu com câmara;
- 01 – Torno de bancada (Morsa), N° 5;
- 04 – Rádios de comunicação, para no mínimo 20Km de comunicação, com no mínimo 22 canais;
- 01 – Lápis de marceneiro (caixa com 6 unidades);
- 01 – Vara de manobra com no mínimo 3 elementos;
- 01 – Detector de Alta tensão AC (240V, 2k, 11k, 22k, 33k, 135k, 275k);

2.3 Equipamentos/Instrumentos de uso geral **mínimo** à disposição do Oficial de Manutenção Predial na Delegacia de Polícia Federal em MOSSORÓ/RN:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 01 - Alicate Amperímetro, Tensão de leitura de AC/CC: 600V, Corrente de 400A, Resistência Maior que 1KΩ, Continuidade, Resposta CA True/RMS, Classificação: CAT III/600V – CAT IV/300V (Fluke ou Similar);
- 01 – Detector de Tensão Range: 90 – 1000V (Fluke ou Minipa);
- 01 – Arco de Serra (Starret ou Silimar);
- 01 – Juego de chave fenda e Philips, com 10 unidades – 5 Fenda e 5 Philips (Belzer ou Similar);
- 01 – Juego de chave fenda e Philips, VDE Isolada, com 6 unidades – 3 fendas e 3 philips (Belzer ou Similar);
- 01 – Alicate de Pressão de 10”;
- 01 – Alicate Universal de 8”, com cabo isolado (AC 1000V);
- 01 – Alicate de Corte Diagonal, 6.1/2, com isolamento (AC 1000);
- 01 – Alicate de Bico Meia Cana Longo Reto, 7.1/2, com isolamento (AC 1000);
- 01 – Alicate de Bico Meia Cana Longo Curvo, 7.1/2, com isolamento (AC 1000);
- 01 – Conjunto magnético de nível bolha;
- 01 – Colher de pedreiro;
- 01 – Desempenadeira em aço (Lisa e Dentada);
- 01 – Desempoladeira em madeira (Pequena);
- 01 – Desempoladeira em madeira (Grande);
- 01 – Furadeira Portátil Profissional, com mandril de ½”, e função reversível;
- 01 – Parafusadeira Profissional a bateria, com no mínimo 2 baterias e recarregador;
- 01 – Conjunto de Bits profissional para Parafusadeira, com no mínimo 25 peças;
- 01 – Conjunto de Chaves “Hexagonal” de (3 a 10)mm;
- 01 – Conjunto de Chaves “Torx” de (T7 a T40);
- 01 – Escada de Alumínio, dobrável, com 7 degraus;
- 01 – Conjunto de Brocas de Aço rápido (4 a 20mm);
- 01 – Conjunto de Brocas de Videa de (6 a 22)mm;
- 01 – Trena Profissional de 5m;
- 01 – Conjunto de Chave combinada de (06 a 22)mm;
- 01 – Conjunto de Chave canhão de (06 a 14)mm;

2.4 Equipamentos/Instrumentos de uso individual (Oficiais de Manutenção e Eletricista Pleno)

- 01 – Estilete Profissional de 6”;
- 01 – Maleta pequena para ferramentas, com porta cadeado;
- 01 – Cadeado de 20mm;
- 01 – Prancheta de acrílico.

2.5 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar para uso nas instalações da CONTRATANTE, na cidade de Natal/RN e, eventualmente, nas outras Unidades abrangidas pelo contrato, aparelhos e equipamentos de uso específico, tais como:

- 01 – Analisador de Qualidade de Energia, com todos os acessórios inclusos;
- 01 – Terrômetro Digital Portátil, MTR 1530 – (Minipa ou equivalente);
- 01 – Megômetro Digital Portátil, MI2551 – (Minipa ou equivalente);
- 12 – Andaimes de 1,00 – 1,50m de largura;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

- 01 – Roçadeira Elétrica com no mínimo 1500W de Potência;
- 01 – Câmera Termográfica/Termógrafo (Fluke ou Flir);

3. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

3.1 Atender às exigências das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, principalmente no que tange a equipamentos de proteção individual – EPIs, que são de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma disponibilizá-los para os seus empregados conforme o tipo de serviço a ser executado, tais como:

- Capacete de segurança, aba frontal, com suspensão de polietileno, sem jugular;
- Cinto de segurança do tipo paraquedista;
- Par de luvas de alta tensão – 1000V;
- Par de luvas em couro (Proteção da luva de alta tensão);
- Protetor solar FPS 30, embalagem de 200ml;
- Protetor auditivo tipo plug de inserção com cordão, atenuação superior a 15 DB;
- Protetor auditivo, tipo concha, com abafador de ruídos, atenuação superior a 22 DB;
- Protetor facial em acrílico;
- Respirador descartável sem válvula de exalação, PFF1;
- Talabarte de segurança, 2 mosquetões, trava dupla, 53mm de abertura, com absorvedor de energia;
- Trava quedas em aço para corda de 12mm, extensor de 25 x 300mm, com mosquetão tipo gancho trava dupla;
- Capa para chuva em PVC, com forro de poliéster, com capuz (amarelo ou azul);
- Máscara com filtro descartável, para pinturas com névoa;
- Filtro para máscara de pintura com névoa (elemento descartável);
- Óculos de proteção – Incolor;
- Óculos de proteção – Fumê.

3.2 Os funcionários da CONTRATADA que estiverem prestando serviços nas edificações da CONTRATANTE deverão fazê-lo devidamente uniformizados e com crachá de identificação, incluindo quanto ao uso de identificação o funcionário de serviços eventuais e/ou engenheiro responsável técnico/ supervisor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO VII – PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. ITEM 1 DO PREGÃO ELETRÔNICO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS – MÃO DE OBRA – EQUIPE

RESIDENTE:

1.1 VALORES REFERENCIAIS PARA OS POSTOS DE TRABALHO CONFORME EQUIPE PREVISTA NO ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA:

| RESUMO CUSTO DA MÃO DE OBRA FIXA SEM HORA EXTRA | | | | |
|--------------------------------------------------------|---------------------------|--------|---------------------------|----------------------|
| POSTO DE TRABALHO | CARGA HORÁRIA (Horas/mês) | Quant. | VALOR MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| Supervisão Técnica - Eng. Civil | 10,00 | 1 | R\$ 1.483,61 | R\$ 1.483,61 |
| Supervisão Técnica - Eng. Eletricista | 10,00 | 1 | R\$ 1.483,61 | R\$ 1.483,61 |
| Encarregado | 220,00 | 1 | R\$ 8.010,88 | R\$ 8.010,88 |
| Eletricista Pleno | 220,00 | 1 | R\$ 7.548,86 | R\$ 7.548,86 |
| Oficial de Manutenção Predial - Natal | 220,00 | 2 | R\$ 5.408,29 | R\$ 10.816,58 |
| Oficial de Manutenção Predial - Mossoró | 220,00 | 1 | R\$ 5.263,52 | R\$ 5.263,52 |
| | | | TOTAL MENSAL (R\$) | R\$ 34.607,05 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE EQUIPE RESIDENTE

1.1.1.1 Supervisão Técnica – Engenheiro Civil

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------|
| ANEXO VII.1 - SUPERVISÃO TÉCNICA - ENGENHEIRO CIVIL | | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 | |
| Licitação | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Natal - Rio Grande do Norte |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | Lei Nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966. |
| D | Tipo de serviço | | Continuado |
| E | Unidade de medida | | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | | 1 |
| G | Nº de meses de execução contratual | | 12 |
| ANEXO VII.1- Supervisão Técnica - Engenheiro Civil | | | |
| Mão-de-obra | | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Quantidade |
| | SUPERVISÃO TÉCNICA | | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | | 2142-05 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | R\$ 9.350,00 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | Supervisão Técnica - Eng. Civil |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 11/01/2021 |
| | | | |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| | | | |
| 1 | Composição da remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | 10,00 | 425,00 |
| B | Adicional de periculosidade | 30% | 127,50 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| C | Adicional de insalubridade | 0% | - |
| D | Adicional noturno | 0% | - |
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | 0% | - |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | 0% | - |
| G | Outros | 0% | - |
| Total da Remuneração | | | R\$ 552,50 |
| MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | 8,33% | R\$ 46,04 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 61,39 |
| Total | | 19,44% | R\$ 107,43 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 131,99 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 16,50 |
| C | SAT | 3,00% | R\$ 19,80 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 9,90 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 6,60 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 3,96 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 1,32 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 52,79 |
| Total | | 36,80% | R\$ 242,85 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 19,09 | R\$ 38,18 |
| C | Assistência Médica e Familiar | - | R\$ 14,55 |
| D | Seguro de vida | - | R\$ 4,92 |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| Total de Encargos e Benefícios | | | R\$ 57,65 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------|
| | | % | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | 19,44% | R\$ 107,43 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | 36,80% | R\$ 242,85 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | - | R\$ 57,65 |
| Total | | | R\$ 407,94 |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 45,23 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 3,62 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 11,05 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 18,68 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 6,87 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 0,75 |
| Total de Provisão para Rescisão | | - | R\$ 86,20 |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Substituto na Cobertura de Férias | - | R\$ 46,04 |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | - | R\$ 1,53 |
| C | Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade | - | R\$ 0,08 |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | - | R\$ 1,15 |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | - | R\$ 2,30 |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | - | - |
| Total | | - | R\$ 51,11 |
| | | | |
| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | 0,00% | R\$ 0,00 |
| Total | | 0% | R\$ 0,00 |
| | | | |
| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | 0,00% | R\$ 51,11 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------|------------------|
| 4.2 | Substituto Intra jornada | 0,00% | - |
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | 0,00% | R\$ 51,11 |

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

| 5 | Insumos Diversos | % | Valor (R\$) |
|---|--------------------------|---|-------------|
| A | Uniformes e EPI | - | R\$ 3,35 |
| B | Ferramentas/Equipamentos | - | R\$ 0,00 |
| D | Deslocamentos/Diárias | - | R\$ 82,69 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |

| | |
|----------------------------------|------------------|
| Total de Insumos Diversos | R\$ 86,04 |
|----------------------------------|------------------|

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

| 6 | Insumos Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
|-------------------------------------------------|--------------------------------------------|---------------|-------------------|
| A | Custos Indiretos | 6,00% | R\$ 71,03 |
| B | Lucro | 7,40% | R\$ 92,86 |
| C | Tributos | - | - |
| | C.1. Tributos federais | 3,65% | R\$ 57,36 |
| | C.2. Tributos Estaduais | 0,00% | R\$ 0,00 |
| | C.3. Tributos municipais | 5,00% | R\$ 78,58 |
| Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | 22,05% | R\$ 299,83 |

QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO

| Mão de obra vinculada à execução contratual | | Valor (R\$) |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------|---------------------|
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 552,50 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 407,94 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 86,20 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 51,11 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ 86,04 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | R\$ 1.183,78 |
| F | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 299,83 |
| Valor Total Mensal por Empregado | | R\$1.483,61 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1.2 Supervisão Técnica – Engenheiro Eletricista

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------|
| ANEXO VII.2 - SUPERVISÃO TÉCNICA - ENGENHEIRO ELETRICISTA | | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 | |
| Licitação | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Natal - Rio Grande do Norte |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | Lei Nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966. |
| D | Tipo de serviço | | Continuado |
| E | Unidade de medida | | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | | 1 |
| G | Nº de meses de execução contratual | | 12 |
| ANEXO VII.2- Supervisão Técnica - Engenheiro Eletricista | | | |
| Mão-de-obra | | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Quantidade |
| | SUPERVISÃO TÉCNICA | | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | | 2143-05 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | R\$ 9.350,00 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | Supervisão Técnica - Eng. Eletricista |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 11/01/2021 |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| | | | |
| 1 | Composição da remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | 10,00 | 425,00 |
| B | Adicional de periculosidade | 30% | 127,50 |
| C | Adicional de insalubridade | 0% | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| D | Adicional noturno | 0% | - |
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | 0% | - |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | 0% | - |
| G | Outros | 0% | - |
| Total da Remuneração | | | 552,50 |
| MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | 8,33% | R\$ 46,04 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 61,39 |
| Total | | 19,44% | R\$ 107,43 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 131,99 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 16,50 |
| C | SAT | 3,00% | R\$ 19,80 |
| D | SESC ou Sesi | 1,50% | R\$ 9,90 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 6,60 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 3,96 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 1,32 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 52,79 |
| Total | | 36,80% | R\$ 242,85 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 19,09 | R\$ 38,18 |
| C | Assistência Médica e Familiar | - | R\$ 14,55 |
| D | Seguro de vida | - | R\$ 4,92 |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| Total de Encargos e Benefícios | | | R\$ 57,65 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | % | Valor (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------|-------------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | 19,44% | R\$ 107,43 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | 36,80% | R\$ 242,85 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | - | R\$ 57,65 |
| Total | | | R\$ 407,94 |

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---|------------------|
| A | Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 45,23 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 3,62 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 11,05 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 18,68 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 6,87 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 0,75 |
| Total de Provisão para Rescisão | | - | R\$ 86,20 |

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------------------------------|---|------------------|
| A | Substituto na Cobertura de Férias | - | R\$ 46,04 |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | - | R\$ 1,53 |
| C | Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade | - | R\$ 0,08 |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | - | R\$ 1,15 |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | - | R\$ 2,30 |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | - | - |
| Total | | - | R\$ 51,11 |

| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
|--------------|------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------|
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | 0,00% | R\$ 0,00 |
| Total | | 0% | R\$ 0,00 |

| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------|-------------|
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | 0,00% | R\$ 51,11 |
| 4.2 | Substituto Intrajornada | 0,00% | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------|--------------|
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | 0,00% | R\$ 51,11 |
| | | | |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | | | |
| 5 | Insumos Diversos | % | Valor (R\$) |
| A | Uniformes e EPI | - | R\$ 3,35 |
| B | Ferramentas/Equipamentos | - | R\$ 0,00 |
| D | Deslocamentos/Diárias | - | R\$ 82,69 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| | | | |
| Total de Insumos Diversos | | | R\$ 86,04 |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| | | | |
| 6 | Insumos Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | R\$ 71,03 |
| B | Lucro | 7,40% | R\$ 92,86 |
| C | Tributos | - | - |
| | C.1. Tributos federais | 3,65% | R\$ 57,36 |
| | C.2. Tributos Estaduais | 0,00% | R\$ 0,00 |
| | C.3. Tributos municipais | 5,00% | R\$ 78,58 |
| Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | 22,05% | R\$ 299,83 |
| | | | |
| QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO | | | |
| | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | Valor (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ 552,50 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ 407,94 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ 86,20 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ 51,11 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ 86,04 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | | R\$ 1.183,78 |
| F | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ 299,83 |
| Valor Total Mensal por Empregado | | | R\$1.483,61 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1.3 Encarregado de Manutenção Predial

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------|
| ANEXO VII.3 - ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO PREDIAL | | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 | |
| Licitação | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Natal - Rio Grande do Norte |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021 - SIDUSCON RN - RN000114/2021 |
| D | Tipo de serviço | | Continuado |
| E | Unidade de medida | | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | | 1 |
| G | Nº de meses de execução contratual | | 12 |
| ANEXO VII.3- Encarregado de Manutenção Predial | | | |
| Mão-de-obra | | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Quantidade |
| | TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES | | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | | 7102-05 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | R\$ 2.295,62 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | Encarregado |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 11/11/2020 |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| | | | |
| 1 | Composição da remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | 220,00 | 2.295,62 |
| B | Adicional de periculosidade | 30% | 688,69 |
| C | Adicional de insalubridade | 0% | - |
| D | Adicional noturno | 0% | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | 0% | - |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | 0% | - |
| G | Outros | 0% | - |
| Total da Remuneração | | | 2.984,31 |
| MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | 8,33% | R\$ 248,69 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 331,59 |
| Total | | 19,44% | R\$ 580,28 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 712,92 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 89,11 |
| C | SAT | 3,00% | R\$ 106,94 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 53,47 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 35,65 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 21,39 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 7,13 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 285,17 |
| Total | | 36,80% | R\$ 1.311,77 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ 4,00 | R\$ 38,26 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 19,09 | R\$ 420,00 |
| C | Assistência Médica e Familiar | - | R\$ 14,55 |
| D | Seguro de vida | - | R\$ 4,92 |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| Total de Encargos e Benefícios | | | R\$ 477,73 |
| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| | | % | Valor (R\$) |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|--------------|-------------------------------------------------------------|--------|---------------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | 19,44% | R\$ 580,28 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | 36,80% | R\$ 1.311,77 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | | R\$ 477,73 |
| Total | | | R\$ 2.369,78 |

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 250,22 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 20,02 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 59,69 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 104,11 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 38,31 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 4,16 |
| Total de Provisão para Rescisão | | | R\$ 476,51 |

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Substituto na Cobertura de Férias | - | R\$ 248,69 |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | - | R\$ 8,29 |
| C | Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade | - | R\$ 0,41 |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | - | R\$ 6,22 |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | - | R\$ 12,43 |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | - | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 276,05 |

| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
|--------------|------------------------------------------------------------------|-------|-----------------|
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | 0,00% | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 0,00 |

| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|-------------------|
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | - | R\$ 276,05 |
| 4.2 | Substituto Intrajornada | - | - |
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | 0,00% | R\$ 276,05 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------|--------------|
| | | | |
| 5 | Insumos Diversos | % | Valor (R\$) |
| A | Uniformes e EPI | - | R\$ 65,32 |
| B | Ferramentas/Equipamentos | - | R\$ 137,28 |
| D | Deslocamentos/Diárias | - | R\$ 82,69 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| | | | |
| Total de Insumos Diversos | | | R\$ 285,29 |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| | | | |
| 6 | Insumos Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | R\$ 383,52 |
| B | Lucro | 7,40% | R\$ 501,38 |
| C | Tributos | - | - |
| | C.1. Tributos federais | 3,65% | R\$ 309,74 |
| | C.2. Tributos Estaduais | 0,00% | R\$ 0,00 |
| | C.3. Tributos municipais | 5,00% | R\$ 424,31 |
| Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | 22,05% | R\$ 1.618,95 |
| | | | |
| QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO | | | |
| | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | Valor (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ 2.984,31 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ 2.369,78 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ 476,51 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ 276,05 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ 285,29 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | | R\$ 6.391,94 |
| F | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ 1.618,95 |
| Valor Total Mensal por Empregado | | | R\$8.010,88 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1.4 Eletricista Pleno

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------|
| ANEXO VII.4 - ELETRICISTA PLENO | | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 | |
| Licitação | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Natal - Rio Grande do Norte |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021 - SIDUSCON RN - RN000163/2021 |
| D | Tipo de serviço | | Continuado |
| E | Unidade de medida | | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | | 1 |
| G | Nº de meses de execução contratual | | 12 |
| ANEXO VII.4 - Eletricista Pleno | | | |
| Mão-de-obra | | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Quantidade |
| | ELETRICISTA PLENO | | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | | 7156-10 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | R\$ 2.140,36 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | Eletricista Pleno |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 01/05/2021 |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| | | | |
| 1 | Composição da remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | 220,00 | 2.140,36 |
| B | Adicional de periculosidade | 30% | 642,11 |
| C | Adicional de insalubridade | 0% | - |
| D | Adicional noturno | 0% | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | 0% | - |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | 0% | - |
| G | Outros | 0% | - |
| Total da Remuneração | | | 2.782,47 |
| MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | 8,33% | R\$ 231,87 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 309,16 |
| Total | | 19,44% | R\$ 541,04 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 664,70 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 83,09 |
| C | SAT | 3,00% | R\$ 99,71 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 49,85 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 33,24 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 19,94 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 6,65 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 265,88 |
| Total | | 36,80% | R\$ 1.223,05 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ 4,00 | R\$ 47,58 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 19,09 | R\$ 420,00 |
| C | Assistência Médica e Familiar | - | R\$ 14,55 |
| D | Seguro de vida | - | R\$ 4,92 |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| R\$ 0,00 | | | R\$ 487,05 |
| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| | | % | Valor (R\$) |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|--------------|-------------------------------------------------------------|--------|---------------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | 19,44% | R\$ 541,04 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | 36,80% | R\$ 1.223,05 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | - | R\$ 487,05 |
| Total | | | R\$ 2.251,13 |

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 234,77 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 18,78 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 55,65 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 97,88 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 36,02 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 3,92 |
| Total de Provisão para Rescisão | | | R\$ 447,01 |

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Substituto na Cobertura de Férias | - | R\$ 231,87 |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | - | R\$ 7,73 |
| C | Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade | - | R\$ 0,39 |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | - | R\$ 5,80 |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | - | R\$ 11,59 |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | - | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 257,38 |

| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
|--------------|------------------------------------------------------------------|-------|-----------------|
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | 0,00% | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 0,00 |

| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---|-------------------|
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | - | R\$ 257,38 |
| 4.2 | Substituto Intrajornada | - | - |
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | R\$ 257,38 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------|--------------|
| | | | |
| 5 | Insumos Diversos | % | Valor (R\$) |
| A | Uniformes e EPI | - | R\$ 65,32 |
| B | Ferramentas/Equipamentos | - | R\$ 137,28 |
| D | Deslocamentos/Diárias | - | R\$ 82,69 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| | | | |
| Total de Insumos Diversos | | | R\$ 285,29 |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| | | | |
| 6 | Insumos Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | R\$ 361,40 |
| B | Lucro | 7,40% | R\$ 472,47 |
| C | Tributos | - | - |
| | C.1. Tributos federais | 3,65% | R\$ 291,88 |
| | C.2. Tributos Estaduais | 0,00% | R\$ 0,00 |
| | C.3. Tributos municipais | 5,00% | R\$ 399,83 |
| Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | 22,05% | R\$ 1.525,58 |
| | | | |
| QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO | | | |
| | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | Valor (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ 2.782,47 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ 2.251,13 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ 447,01 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ 257,38 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ 285,29 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | | R\$ 6.023,28 |
| F | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ 1.525,58 |
| Valor Total Mensal por Empregado | | | R\$7.548,86 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1.5 Oficial de Manutenção Predial – Natal e Região Metropolitana

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------|
| ANEXO VII.5 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL - NATAL/RN | | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 | |
| Licitação | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Natal - Rio Grande do Norte |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021 - SIDUSCON RN - RN000114/2021 |
| D | Tipo de serviço | | Continuado |
| E | Unidade de medida | | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | | 2 |
| G | Nº de meses de execução contratual | | 12 |
| ANEXO VII.5 - Oficial de Manutenção Predial (Natal) | | | |
| Mão-de-obra | | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Quantidade |
| | OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (NATAL) | | 2 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | | 5143-25 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | R\$ 1.421,04 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | Oficial de Manutenção Predial |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 11/11/2020 |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| | | | |
| 1 | Composição da remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | 220,00 | 1.421,04 |
| B | Adicional de periculosidade | 30% | 426,31 |
| C | Adicional de insalubridade | 0% | - |
| D | Adicional noturno | 0% | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | 0% | - |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | 0% | - |
| G | Outros | 0% | - |
| Total da Remuneração | | | 1.847,35 |
| MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | 8,33% | R\$ 153,95 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 205,26 |
| Total | | 19,44% | R\$ 359,21 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 441,31 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 55,16 |
| C | SAT | 3,00% | R\$ 66,20 |
| D | SESC ou Sesi | 1,50% | R\$ 33,10 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 22,07 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 13,24 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 4,41 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 176,52 |
| Total | | 36,80% | R\$ 812,01 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ 4,00 | R\$ 90,74 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 19,09 | R\$ 420,00 |
| C | Assistência Médica e Familiar | - | R\$ 14,55 |
| D | Seguro de vida | - | R\$ 4,92 |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| Total de Encargos e Benefícios | | | R\$ 530,21 |
| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| | | % | Valor (R\$) |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|--------------|-------------------------------------------------------------|--------|---------------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | 19,44% | R\$ 359,21 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | 36,80% | R\$ 812,01 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | - | R\$ 530,21 |
| Total | | | R\$ 1.701,43 |

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 163,20 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 13,06 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 36,95 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 69,00 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 25,39 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 2,76 |
| Total de Provisão para Rescisão | | | R\$ 310,36 |

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Substituto na Cobertura de Férias | - | R\$ 153,95 |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | - | R\$ 5,13 |
| C | Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade | - | R\$ 0,26 |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | - | R\$ 3,85 |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | - | R\$ 7,70 |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | - | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 170,88 |

| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
|--------------|------------------------------------------------------------------|-------|--------------------|
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | 0,00% | R\$ 0,00 |
| Total | | | 0% R\$ 0,00 |

| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---|-------------------|
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | - | R\$ 170,88 |
| 4.2 | Substituto Intrajornada | - | - |
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | R\$ 170,88 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------|--------------|
| | | | |
| 5 | Insumos Diversos | % | Valor (R\$) |
| A | Uniformes e EPI | - | R\$ 65,32 |
| B | Ferramentas/Equipamentos | - | R\$ 137,28 |
| D | Deslocamentos/Diárias | - | R\$ 82,69 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| | | | |
| Total de Insumos Diversos | | | R\$ 285,29 |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| | | | |
| 6 | Insumos Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | R\$ 258,92 |
| B | Lucro | 7,40% | R\$ 338,49 |
| C | Tributos | - | - |
| | C.1. Tributos federais | 3,65% | R\$ 209,11 |
| | C.2. Tributos Estaduais | 0,00% | R\$ 0,00 |
| | C.3. Tributos municipais | 5,00% | R\$ 286,46 |
| Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | 22,05% | R\$ 1.092,98 |
| | | | |
| QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO | | | |
| | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | Valor (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ 1.847,35 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ 1.701,43 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ 310,36 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ 170,88 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ 285,29 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | | R\$ 4.315,31 |
| F | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ 1.092,98 |
| Valor Total Mensal por Empregado | | | R\$5.408,29 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1.6 Oficial de Manutenção Predial – Mossoró/RN

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------|
| ANEXO VII.6 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL - MOSSORÓ/RN | | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 | |
| Licitação | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Mossoró - Rio Grande do Norte |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021 - SIDUSCON RN - RN000114/2021 |
| D | Tipo de serviço | | Continuado |
| E | Unidade de medida | | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | | 1 |
| G | Nº de meses de execução contratual | | 12 |
| ANEXO VII.6 - Oficial de Manutenção Predial (Mossoró) | | | |
| Mão-de-obra | | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | Quantidade |
| | OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (MOSSORÓ) | | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | | 5143-25 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | R\$ 1.421,04 |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | Oficial de Manutenção Predial |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 11/11/2020 |
| MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| | | | |
| 1 | Composição da remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | 220,00 | 1.421,04 |
| B | Adicional de periculosidade | 30% | 426,31 |
| C | Adicional de insalubridade | 0% | - |
| D | Adicional noturno | 0% | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | 0% | - |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | 0% | - |
| G | Outros | 0% | - |
| Total da Remuneração | | | 1.847,35 |
| MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | 8,33% | R\$ 153,95 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 205,26 |
| Total | | 19,44% | R\$ 359,21 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 441,31 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 55,16 |
| C | SAT | 3,00% | R\$ 66,20 |
| D | SESC ou Sesi | 1,50% | R\$ 33,10 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 22,07 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 13,24 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 4,41 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 176,52 |
| Total | | 36,80% | R\$ 812,01 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ 3,30 | R\$ 59,94 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 19,09 | R\$ 420,00 |
| C | Assistência Médica e Familiar | - | R\$ 14,55 |
| D | Seguro de vida | - | R\$ 4,92 |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| Total de Encargos e Benefícios | | | R\$ 499,41 |
| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| | | % | Valor (R\$) |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|--------------|-------------------------------------------------------------|--------|---------------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | 19,44% | R\$ 359,21 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | 36,80% | R\$ 812,01 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | | R\$ 499,41 |
| Total | | | R\$ 1.670,63 |

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 162,11 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 12,97 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | - | R\$ 36,95 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 68,41 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 25,17 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | - | R\$ 2,74 |
| Total de Provisão para Rescisão | | | R\$ 308,34 |

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------------------------------|---|-------------------|
| A | Substituto na Cobertura de Férias | - | R\$ 153,95 |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | - | R\$ 5,13 |
| C | Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade | - | R\$ 0,26 |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | - | R\$ 3,85 |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | - | R\$ 7,70 |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | - | R\$ 0,00 |
| Total | | | R\$ 170,88 |

| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
|--------------|------------------------------------------------------------------|-------|--------------------|
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | 0,00% | R\$ 0,00 |
| Total | | | 0% R\$ 0,00 |

| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---|-------------------|
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | - | R\$ 170,88 |
| 4.2 | Substituto Intrajornada | - | - |
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | - | R\$ 170,88 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------|--------------|
| | | | |
| 5 | Insumos Diversos | % | Valor (R\$) |
| A | Uniformes e EPI | - | R\$ 65,32 |
| B | Ferramentas/Equipamentos | - | R\$ 137,28 |
| D | Deslocamentos/Diárias | - | R\$ 0,00 |
| F | Outros | - | R\$ 0,00 |
| | | | |
| Total de Insumos Diversos | | | R\$ 202,60 |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| | | | |
| 6 | Insumos Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 6,00% | R\$ 251,99 |
| B | Lucro | 7,40% | R\$ 329,43 |
| C | Tributos | - | - |
| | C.1. Tributos federais | 3,65% | R\$ 203,52 |
| | C.2. Tributos Estaduais | 0,00% | R\$ 0,00 |
| | C.3. Tributos municipais | 5,00% | R\$ 278,79 |
| Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | 22,05% | R\$ 1.063,72 |
| | | | |
| QUADRO-RESUMO DO CUSTO MENSAL POR EMPREGADO | | | |
| | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | Valor (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ 1.847,35 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ 1.670,63 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ 308,34 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ 170,88 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ 202,60 |
| Subtotal (A+B+C+D+E) | | | R\$ 4.199,80 |
| F | Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ 1.063,72 |
| Valor Total Mensal por Empregado | | | R\$5.263,52 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.2 PLANILHA HORAS-EXTRAS REFERENTES À EQUIPE RESIDENTE:

| PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - SR/PF/RN | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|----------------|
| ESTIMATIVA MENSAL | | | | | | | |
| 5 - Categorias Profissionais e carga horária | Unidade | Valor Unitário da Hora | Quantidade de horas estimadas | Valor Mensal Horário Normal | Valor Mensal Estimado da hora com adicional de 55% | Valor Mensal Estimado da hora com adicional de 100% | Subtotal (R\$) |
| Supervisão Técnica – Eng. Civil | Mês | R\$ 148,36 | 2,0 | R\$ 296,72 | R\$ 321,94 | R\$ 178,03 | R\$ 499,98 |
| Supervisão Técnica – Eng. Eletricista | Mês | R\$ 148,36 | 2,0 | R\$ 296,72 | R\$ 321,94 | R\$ 178,03 | R\$ 499,98 |
| Encarregado | Mês | R\$ 36,41 | 2,0 | R\$ 72,83 | R\$ 79,02 | R\$ 43,70 | R\$ 122,71 |
| Eletricista Pleno | Mês | R\$ 34,31 | 2,0 | R\$ 68,63 | R\$ 74,46 | R\$ 41,18 | R\$ 115,63 |
| Oficial de Manutenção Predial - Natal | Mês | R\$ 24,58 | 2,0 | R\$ 49,17 | R\$ 53,35 | R\$ 29,50 | R\$ 82,85 |
| Oficial de Manutenção Predial - Mossoró | Mês | R\$ 23,93 | 2,0 | R\$ 47,85 | R\$ 51,92 | R\$ 28,71 | R\$ 80,63 |
| VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS | | | | | | | R\$ 1.401,77 |
| OBS.: O Valor Unitário da Hora para o cálculo da Hora Extra é o valor final da Hora da Equipe Técnica Mínima. | | | | | | | |

OBSERVAÇÃO: Para o cálculo das horas extras com adicionais, estimou-se que 70% do total de horas extras estimadas para cada função terá o adicional de 55% e 30% do mesmo total terá o adicional de 100%.

OBSERVAÇÃO: Os valores dos percentuais das horas extras foram extraídos da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021 dos SIDUSCON/RN, registrada no MTE sob o número RN000114/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.3 RESUMO DO TOTAL REFERENTE À EQUIPE RESIDENTE (INCLUSIVE HORA-EXTRA):

| 1.1.3 - RESUMO DO TOTAL REFERENTE À EQUIPE RESIDENTE (INCLUSIVE HORA-EXTRA) | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| | Valor mensal | Valor anual |
| Custo da Mão de Obra Residente | R\$ 34.607,05 | R\$ 415.284,63 |
| Custo das horas extras da Equipe Residente | R\$ 1.401,77 | R\$ 16.821,24 |
| Custo TOTAL referente a equipe fixa (item 1 do pregão) | R\$ 36.008,82 | R\$ 432.105,87 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2. **ITEM 2 DO PREGÃO ELETRÔNICO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS – SERVIÇOS EVENTUAIS – SOB DEMANDA (ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

| LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS – SR/PF/RN | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------------|---------------------|---------------------|
| ITEM | FONTE | CÓDIGO | SERVIÇO | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO | QUANTIDADE ESTIMADA | CUSTO TOTAL |
| 1 | SINAPI 05/2021 | 96114 | FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P ESTRUTURA DE FI | M² | R\$ 57,67 | 25,00 | R\$ 1.441,75 |
| 2 | SINAPI 05/2021 | 96113 | FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P | M² | R\$ 28,12 | 20,00 | R\$ 562,40 |
| 3 | SINAPI 05/2021 | 96358 | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS AF_06/2017_P | M² | R\$ 72,57 | 25,00 | R\$ 1.814,25 |
| 4 | SINAPI 05/2021 | 88649 | RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF_06/2014 | M | R\$ 6,45 | 22,00 | R\$ 141,90 |
| 5 | SINAPI 05/2021 | 87244 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DA SACADA. AF_06/2014 | M² | R\$ 236,84 | 20,00 | R\$ 4.736,80 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|----------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------|-------|---------------------|
| 6 | SINAPI 05/2021 | 87262 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_06/2014 | M² | R\$ 120,94 | 10,00 | R\$ 1.209,40 |
| 7 | SINAPI 05/2021 | 87529 | REBOCO ARGAMASSA MASSA ÚNICA 1:2:8 ESP. 2CM | M² | R\$ 24,85 | 20,00 | R\$ 497,00 |
| 8 | SINAPI 05/2021 | 90436 | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015 | UND | R\$ 10,01 | 2,00 | R\$ 20,02 |
| 9 | SINAPI 05/2021 | 90437 | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015 | UND | R\$ 24,34 | 2,00 | R\$ 48,68 |
| 10 | SINAPI 05/2021 | 90438 | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015 | UND | R\$ 34,88 | 2,00 | R\$ 69,76 |
| 11 | SINAPI 05/2021 | 90439 | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015 | UND | R\$ 49,26 | 1,00 | R\$ 49,26 |
| 12 | SINAPI 05/2021 | 90440 | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS | UND | R\$ 78,90 | 2,00 | R\$ 157,80 |
| 13 | SINAPI 05/2021 | 90441 | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015 | UND | R\$ 100,78 | 1,00 | R\$ 100,78 |
| 14 | ORSE 04/2021 | 02481/ORSE | EXECUÇÃO DE RASGOS EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO | M | R\$ 2,03 | 30,00 | R\$ 60,90 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|----------------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------|----|-----------|--------|---------------------|
| 15 | SINAPI 05/2021 | 88316 | SERVIÇO DE SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | R\$ 15,30 | 40,00 | R\$ 612,00 |
| 16 | SINAPI 05/2021 | 88484 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | R\$ 2,13 | 60,00 | R\$ 127,80 |
| 17 | SINAPI 05/2021 | 88485 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | R\$ 1,81 | 80,00 | R\$ 144,80 |
| 18 | SINAPI 05/2021 | 88488 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M² | R\$ 12,76 | 80,00 | R\$ 1.020,80 |
| 19 | SINAPI 05/2021 | 88489 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M² | R\$ 11,31 | 180,00 | R\$ 2.035,80 |
| 20 | SINAPI 05/2021 | 88494 | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | R\$ 14,60 | 80,00 | R\$ 1.168,00 |
| 21 | SINAPI 05/2021 | 88495 | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | R\$ 7,66 | 180,00 | R\$ 1.378,80 |
| 22 | SINAPI 05/2021 | 95305 | TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_09/2016 | M² | R\$ 11,73 | 120,00 | R\$ 1.407,60 |
| 23 | SINAPI 05/2021 | 102203 | PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO | M² | R\$ 7,28 | 34,86 | R\$ 253,78 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|----------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|------------|--------|---------------------|
| 24 | SINAPI 05/2021 | 100718 | COLOCAÇÃO DE FITA PROTETORA PARA PINTURA. AF_01/2020 | M | R\$ 0,95 | 100,00 | R\$ 95,00 |
| 25 | SINAPI 05/2021 | 102494 | PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021 | M² | R\$ 35,74 | 120,00 | R\$ 4.288,80 |
| 26 | SINAPI 05/2021 | 102507 | PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021 | M | R\$ 4,15 | 300,00 | R\$ 1.245,00 |
| 27 | SINAPI 05/2021 | 98397 | PINTURA ANTICORROSIVA DE DUTO METÁLICO. AF_04/2018 | M² | R\$ 8,07 | 100,00 | R\$ 807,00 |
| 28 | SINAPI 05/2021 | 88273 | SERVIÇO DE MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | R\$ 18,42 | 40,00 | R\$ 736,80 |
| 29 | SINAPI 05/2021 | 88266 | SERVIÇO DE ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | R\$ 22,82 | 40,00 | R\$ 912,80 |
| 30 | SINAPI 05/2021 | 102167 | INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO FUMÊ E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P | M² | R\$ 381,06 | 5,80 | R\$ 2.210,15 |
| 31 | SINAPI 05/2021 | 102192 | REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021 | M² | R\$ 10,72 | 10,00 | R\$ 107,20 |
| 32 | SINAPI 05/2021 | 102191 | REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE ALUMÍNIO OU PVC. AF_01/2021 | M² | R\$ 15,02 | 5,80 | R\$ 87,12 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|----------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------|-------|---------------------|
| 33 | SINAPI 05/2021 | 86888 | VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 | UND | R\$ 430,30 | 3,00 | R\$ 1.290,90 |
| 34 | SICRO 01/2021 | 1408028 | SOLDA ELÉTRICA MANUAL DE PERFIS METÁLICOS E CHAPAS DE AÇO COM ELETRODO E70XX | KG | R\$ 148,53 | 4,00 | R\$ 594,12 |
| 35 | SICRO 01/2021 | 2408057 | SOLDA ELÉTRICA DE PERFIS METÁLICOS E CHAPAS DE AÇO COM ELETRODO E60XX | KG | R\$ 78,68 | 4,00 | R\$ 314,72 |
| 36 | SICRO 01/2021 | 2408058 | SOLDA ELÉTRICA DE PERFIS METÁLICOS E CHAPAS DE AÇO COM ELETRODO E70XX | KG | R\$ 50,06 | 4,00 | R\$ 200,24 |
| 37 | SICRO 01/2021 | 4806395 | FIXAÇÃO DE PARAFUSO EM ESTRUTURA METÁLICA | UND | R\$ 4,27 | 16,00 | R\$ 68,32 |
| 38 | ORSE 04/2021 | 03095/ORSE | EQUIPE DE CORTE E SOLDA | H | R\$ 154,22 | 8,00 | R\$ 1.233,76 |
| 39 | ORSE 04/2021 | 00006/ORSE | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR BNC DE SOLDA P/CFTV | UND | R\$ 19,17 | 20,00 | R\$ 383,40 |
| 40 | ORSE 04/2021 | 02975/ORSE | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE RELÉ FOTO-ELÉTRICO EM POSTE | UND | R\$ 58,38 | 6,00 | R\$ 350,28 |
| 41 | ORSE 04/2021 | 03027/ORSE | REMOÇÃO DE RELÉ FOTO-ELÉTRICO EM POSTE | UND | R\$ 22,26 | 6,00 | R\$ 133,56 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|----------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|------------|-------|---------------------|
| 42 | ORSE 04/2021 | 07218/ORSE | REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFALTICA | M² | R\$ 5,18 | 60,00 | R\$ 310,80 |
| 43 | SINAPI 05/2021 | 98546 | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_06/2018 | M² | R\$ 87,66 | 60,00 | R\$ 5.259,60 |
| 44 | SINAPI 05/2021 | 98553 | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE POLIURETANO, 2 DEMÃOS. AF_06/2018 | M² | R\$ 129,70 | 24,00 | R\$ 3.112,80 |
| 45 | SINAPI 05/2021 | 98563 | PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=2CM. AF_06/2018 | M² | R\$ 25,61 | 20,00 | R\$ 512,20 |
| 46 | SINAPI 05/2021 | 98565 | PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018 | M² | R\$ 36,58 | 40,00 | R\$ 1.463,20 |
| 47 | SINAPI 05/2021 | 101817 | RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS, PARA O FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020 | M² | R\$ 37,12 | 20,00 | R\$ 742,40 |
| 48 | SINAPI 05/2021 | 101818 | RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PEDRISCO E EMULSÃO ASFÁLTICA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS, PARA O FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_1 | M² | R\$ 50,87 | 12,00 | R\$ 610,44 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|-------------------|----------------|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------|--------|---------------|
| 49 | SINAPI 05/2021 | 101913 | CAIXA DE INCÊNDIO 45X75X17CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UND | R\$ 370,43 | 3,00 | R\$ 1.111,29 |
| 50 | SINAPI 05/2021 | 90838 | PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | UND | R\$ 910,82 | 1,00 | R\$ 910,82 |
| 51 | SICRO 01/2021 | 1600966 | REMOÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO | M | R\$ 0,57 | 20,00 | R\$ 11,40 |
| 52 | SICRO 01/2021 | 4915726 | RECOMPOSIÇÃO PARCIAL DE CERCA COM MOURÃO DE CONCRETO SEÇÃO QUADRADA - MOURÃO - AREIA E BRITA COMERCIAIS | M | R\$ 17,03 | 20,00 | R\$ 340,60 |
| VALOR TOTAL | | | | | | | R\$ 48.504,79 |
| DESCONTO OFERTADO | | | | | | 0,00% | R\$ 0,00 |
| SUBTOTAL | | | | | | | R\$ 48.504,79 |
| BDI UTILIZADO | | | | | | 20,99% | R\$ 10.183,11 |
| TOTAL ANUAL | | | | | | | R\$ 58.687,90 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2.1 CÁLCULO DO BDI PARA SERVIÇOS EVENTUAIS

| BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------|----------|
| | | |
| | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | TAXA (%) |
| 1 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 4,00% |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS | 1,77% |
| 3 | DESPESAS FINANCEIRAS | 0,59% |
| 4 | TRIBUTOS | 6,65% |
| 5 | LUCRO | 6,16% |
| BDI ADOTADO | | 20,99% |
| | | |
| DETALHAMENTO | | |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 2.1 | Seguros + Garantias | 0,80% |
| 2.3 | Riscos | 0,97% |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| TOTAL | | 1,77% |
|-------|-----------------------|----------|
| | | |
| 4 | TRIBUTOS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 4.1 | ISS | 3,00% |
| 4.2 | PIS | 0,65% |
| 4.3 | COFINS | 3,00% |
| TOTAL | | 6,65% |

CÁLCULO DO BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1, \text{ onde:}$$

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

OBSERVAÇÃO: Para o tributo ISS incidente no BDI do item Serviços Eventuais, considerou-se que 60% dos valores previstos são referentes a SERVIÇO e 40% referentes a MATERIAL. Tendo em vista que a alíquota do ISS em Natal/RN é de 5%, adotou-se, portanto, 3% para o ISS do referido BDI.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

3. **ITEM 3 DO PREGÃO ELETRÔNICO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS – PEÇAS E MATERIAIS – SOB DEMANDA (ANEXO V DO TERMO DE REFÊNCIA)**

| ITEM | CÓDIGO | MATERIAIS | UNIDADE | QUANT. | VALOR UNT. | VALOR TOTAL |
|------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|------------|-------------|
| 001 | 0000993 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 1,5 MM2 | M | 100,00 | R\$ 2,42 | R\$ 242,00 |
| 002 | 0001022 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | M | 100,00 | R\$ 3,36 | R\$ 336,00 |
| 003 | 0001021 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2 | M | 100,00 | R\$ 4,82 | R\$ 482,00 |
| 004 | 0000994 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2 | M | 100,00 | R\$ 6,59 | R\$ 659,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|-------|-----------|------------|
| 005 | 0001020 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2 | M | 40,00 | R\$ 10,56 | R\$ 422,40 |
| 006 | 0000995 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2 | M | 40,00 | R\$ 16,19 | R\$ 647,60 |
| 007 | 0000862 | CABO DE COBRE NU 10 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | R\$ 12,50 | R\$ 125,00 |
| 008 | 0000857 | CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | R\$ 19,90 | R\$ 199,00 |
| 009 | 0000868 | CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | R\$ 30,73 | R\$ 307,30 |
| 010 | 0000863 | CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | R\$ 42,46 | R\$ 424,60 |
| 011 | 0000867 | CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | R\$ 59,14 | R\$ 591,40 |
| 012 | 0034602 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 50,00 | R\$ 5,52 | R\$ 276,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--------|-----------|--------------|
| 013 | 0034618 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 100,00 | R\$ 7,33 | R\$ 733,00 |
| 014 | 0034624 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 50,00 | R\$ 9,36 | R\$ 468,00 |
| 015 | 0039258 | CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2 | M | 100,00 | R\$ 9,16 | R\$ 916,00 |
| 016 | 0034607 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 30,00 | R\$ 11,85 | R\$ 355,50 |
| 017 | 0034621 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 80,00 | R\$ 17,01 | R\$ 1.360,80 |
| 018 | 0034627 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 30,00 | R\$ 21,71 | R\$ 651,30 |
| 019 | 0034609 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 | R\$ 17,77 | R\$ 533,10 |
| 020 | 0034622 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 | R\$ 24,10 | R\$ 723,00 |
| 021 | 0034629 | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 | R\$ 31,79 | R\$ 953,70 |
| 022 | 0011904 | CABO TELEFONICO CCI 50, 4 PARES, USO INTERNO, SEM BLINDAGEM | M | 20,00 | R\$ 1,33 | R\$ 26,60 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|-------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|-----------|------------|
| 023 | 0034653 | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A | UND | 10,00 | R\$ 7,86 | R\$ 78,60 |
| 024 | 0034616 | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A | UND | 5,00 | R\$ 45,10 | R\$ 225,50 |
| 025 | 0034709 | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A | UND | 2,00 | R\$ 55,25 | R\$ 110,50 |
| 026 | 0002685 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 ", SEM LUVA | M | 30,00 | R\$ 5,11 | R\$ 153,30 |
| 027 | 0002680 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2 ", SEM LUVA | M | 20,00 | R\$ 7,49 | R\$ 149,80 |
| 028 | 0002684 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4 ", SEM LUVA | M | 20,00 | R\$ 6,81 | R\$ 136,20 |
| 029 | 0002681 | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2 ", SEM LUVA | M | 20,00 | R\$ 12,24 | R\$ 244,80 |
| 030 | 0000412 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE *230* X *7,6* MM | UND | 200,00 | R\$ 0,82 | R\$ 164,00 |
| 031 | 0000414 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM | UND | 800,00 | R\$ 0,05 | R\$ 40,00 |
| 032 | 0000411 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | UND | 400,00 | R\$ 0,16 | R\$ 64,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|--------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|----------|------------|
| 033 | 0000408 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | UND | 200,00 | R\$ 0,79 | R\$ 158,00 |
| 034 | 0001892 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO | UND | 35,00 | R\$ 1,05 | R\$ 36,75 |
| 035 | 0001893 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 2,24 | R\$ 44,80 |
| 036 | 0001902 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 1,63 | R\$ 32,60 |
| 037 | 0001894 | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 3,24 | R\$ 64,80 |
| 038 | 0039273 | CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 2,24 | R\$ 44,80 |
| 039 | 0001875 | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 3,58 | R\$ 71,60 |
| 040 | 0001874 | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 2,96 | R\$ 59,20 |
| 041 | 0001876 | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | R\$ 5,82 | R\$ 116,40 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 042 | 0038101 | TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 15,00 | R\$ 8,13 | R\$ 121,95 |
| 043 | 0038102 | TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 15,00 | R\$ 10,40 | R\$ 156,00 |
| 044 | 0007528 | TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 15,00 | R\$ 9,55 | R\$ 143,25 |
| 045 | 0038075 | TOMADA 2P+T 20A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 15,00 | R\$ 16,54 | R\$ 248,10 |
| 046 | 0038076 | TOMADAS (2 MODULOS) 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS) | UND | 15,00 | R\$ 18,54 | R\$ 278,10 |
| 047 | 0039396 | SENSOR DE PRESENÇA BIVOLT COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA, POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO EXTERNO | UND | 5,00 | R\$ 37,59 | R\$ 187,95 |
| 048 | 0038064 | INTERRUPTOR BIPOLAR 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 5,00 | R\$ 20,69 | R\$ 103,45 |
| 049 | 0038114 | INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES 10 A, 250 V (APENAS MODULO) | UND | 5,00 | R\$ 18,50 | R\$ 92,50 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 050 | 0038115 | INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10 A, 250 V (APENAS MODULO) | UND | 10,00 | R\$ 19,76 | R\$ 197,60 |
| 051 | 0038112 | INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 10,00 | R\$ 7,14 | R\$ 71,40 |
| 052 | 0038113 | INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 10,00 | R\$ 9,30 | R\$ 93,00 |
| 053 | 0038065 | INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 10,00 | R\$ 29,35 | R\$ 293,50 |
| 054 | 0038062 | INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 10,00 | R\$ 7,33 | R\$ 73,30 |
| 055 | 0038774 | LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS | UND | 5,00 | R\$ 22,68 | R\$ 113,40 |
| 056 | 04887/ ORSE | PLUGUE PARA TOMADA TIPO MACHO, 2P + T, 10A | UND | 20,00 | R\$ 2,60 | R\$ 52,00 |
| 057 | 0038194 | LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27) | UND | 10,00 | R\$ 9,03 | R\$ 90,30 |
| 058 | 0038193 | LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27) | UND | 10,00 | R\$ 7,85 | R\$ 78,50 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|--------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 059 | 0039387 | LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13 | UND | 30,00 | R\$ 17,31 | R\$ 519,30 |
| 060 | 0039390 | LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W | UND | 1,00 | R\$ 47,19 | R\$ 47,19 |
| 061 | 0039391 | LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W | UND | 1,00 | R\$ 52,98 | R\$ 52,98 |
| 062 | 0007543 | TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2" | UND | 10,00 | R\$ 3,37 | R\$ 33,70 |
| 063 | 0014052 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 9,96 | R\$ 99,60 |
| 064 | 0014054 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 12,95 | R\$ 129,50 |
| 065 | 0014053 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 10,11 | R\$ 101,10 |
| 066 | 0002558 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 7,61 | R\$ 76,10 |
| 067 | 0002560 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 13,40 | R\$ 134,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 068 | 0002559 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 10,72 | R\$ 107,20 |
| 069 | 0002591 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 8,67 | R\$ 86,70 |
| 070 | 0002590 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 14,58 | R\$ 145,80 |
| 071 | 0002565 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 8,68 | R\$ 86,80 |
| 072 | 0002569 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 8,41 | R\$ 84,10 |
| 073 | 0002570 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 14,10 | R\$ 141,00 |
| 074 | 0002593 | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | R\$ 8,97 | R\$ 89,70 |
| 075 | 0011821 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2 | UND | 10,00 | R\$ 7,32 | R\$ 73,20 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|-----------|------------|
| 076 | 0001562 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2 | UND | 10,00 | R\$ 12,00 | R\$ 120,00 |
| 077 | 0001563 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 70 MM2 | UND | 10,00 | R\$ 16,10 | R\$ 161,00 |
| 078 | 0001570 | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2,1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5 | UND | 100,00 | R\$ 0,73 | R\$ 73,00 |
| 079 | 0001571 | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2,1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5 | UND | 100,00 | R\$ 0,95 | R\$ 95,00 |
| 080 | 0003378 | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 3/4", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO | UND | 1,00 | R\$ 70,64 | R\$ 70,64 |
| 081 | 0003380 | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO | UND | 1,00 | R\$ 49,45 | R\$ 49,45 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|------------|
| 082 | 0039756 | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 | R\$ 363,69 | R\$ 363,69 |
| 083 | 0012038 | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 | R\$ 454,44 | R\$ 454,44 |
| 084 | 0039757 | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 | R\$ 420,22 | R\$ 420,22 |
| 085 | 0002510 | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UND | 3,00 | R\$ 19,19 | R\$ 57,57 |
| 086 | 0012329 | COBRE ELETROLITICO EM BARRA OU CHAPA | KG | 1,00 | R\$ 182,52 | R\$ 182,52 |
| 087 | 0011821 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2 | UND | 10,00 | R\$ 7,32 | R\$ 73,20 |
| 088 | 0001562 | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2 | UND | 10,00 | R\$ 12,00 | R\$ 120,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| 089 | 0039131 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1.1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | R\$ 2,38 | R\$ 95,20 |
| 090 | 0039130 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1.1/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | R\$ 2,17 | R\$ 86,80 |
| 091 | 0039127 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | R\$ 1,14 | R\$ 45,60 |
| 092 | 0039129 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | R\$ 1,34 | R\$ 53,60 |
| 093 | 0039132 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 30,00 | R\$ 2,50 | R\$ 75,00 |
| 094 | 0039133 | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 2.1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 20,00 | R\$ 3,12 | R\$ 62,40 |
| 095 | 0000142 | SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO PARA JUNTAS DIVERSAS | 310ML | 20,00 | R\$ 34,19 | R\$ 683,80 |
| 096 | 0038124 | ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML | UND | 10,00 | R\$ 25,81 | R\$ 258,10 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|------------|--------------|
| 097 | 0011849 | COLA BRANCA BASE PVA | LITRO | 5,00 | R\$ 11,39 | R\$ 56,95 |
| 098 | 0039515 | PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NÃO INCLUI PERFIS) | UND | 24,00 | R\$ 72,45 | R\$ 1.738,80 |
| 099 | 0038181 | PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA | M² | 6,00 | R\$ 192,32 | R\$ 1.153,92 |
| 100 | 0038195 | PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2 | M² | 10,00 | R\$ 80,22 | R\$ 802,20 |
| 101 | 0036881 | PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES FRIAS *5 X 5* CM | M² | 5,00 | R\$ 166,01 | R\$ 830,05 |
| 102 | 0001379 | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 | KG | 500,00 | R\$ 0,54 | R\$ 270,00 |
| 103 | 0000124 | ADITIVO ACELERADOR DE PEGA E ENDURECIMENTO PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS | UND | 5,00 | R\$ 17,43 | R\$ 87,15 |
| 104 | 0034353 | ARGAMASSA COLANTE AC-II | KG | 25,00 | R\$ 0,98 | R\$ 24,50 |
| 105 | 0037595 | ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII | KG | 25,00 | R\$ 1,63 | R\$ 40,75 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------|------------|------------|
| 106 | 0007334 | ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS | UND | 5,00 | R\$ 10,98 | R\$ 54,90 |
| 107 | 0000127 | ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS | L | 10,00 | R\$ 17,02 | R\$ 170,20 |
| 108 | 0000366 | AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M ³ | 1,00 | R\$ 86,50 | R\$ 86,50 |
| 109 | 0000367 | AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M ³ | 1,00 | R\$ 80,00 | R\$ 80,00 |
| 110 | 0000370 | AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M ³ | 1,00 | R\$ 82,50 | R\$ 82,50 |
| 111 | 0004720 | PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | R\$ 103,36 | R\$ 51,68 |
| 112 | 0004721 | PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 1,00 | R\$ 89,53 | R\$ 89,53 |
| 113 | 0004718 | PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 1,00 | R\$ 90,00 | R\$ 90,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------------------|-----------------------------------------------------------------------|----------------|--------|------------|------------|
| 114 | 0004722 | PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | R\$ 84,57 | R\$ 42,29 |
| 115 | 0004723 | PEDRA BRITADA N. 4 (50 A 76 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | R\$ 83,83 | R\$ 41,92 |
| 116 | 0004727 | PEDRA BRITADA N. 5 (76 A 100 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | R\$ 76,74 | R\$ 38,37 |
| 117 | 0004708 | PEDRA PORTUGUESA OU PETIT PAVE, BRANCA OU PRETA | M ² | 5,00 | R\$ 104,10 | R\$ 520,50 |
| 118 | 0007271 | BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM | UND | 400,00 | R\$ 0,60 | R\$ 240,00 |
| 119 | 0003315 | GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS | KG | 40,00 | R\$ 0,40 | R\$ 16,00 |
| 120 | 25966/SINAPI (ORSE) | REDUTOR TIPO THINNER PARA ACABAMENTO | LITRO | 10,00 | R\$ 20,14 | R\$ 201,40 |
| 121 | 0005318 | SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS | LITRO | 15,00 | R\$ 13,92 | R\$ 208,80 |
| 122 | 03092/ORSE | ALCOOL ISOPROPÍLICO | LITRO | 4,00 | R\$ 28,98 | R\$ 115,92 |
| 123 | 0007307 | FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO) | LITRO | 36,00 | R\$ 24,00 | R\$ 864,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|-------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| 124 | 0007348 | TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO | LITRO | 48,00 | R\$ 13,16 | R\$ 631,68 |
| 125 | 0007356 | TINTA ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO | LITRO | 10,00 | R\$ 19,73 | R\$ 197,30 |
| 126 | 0007304 | TINTA EPOXI PREMIUM, BRANCA | LITRO | 10,00 | R\$ 45,90 | R\$ 459,00 |
| 127 | 0007293 | TINTA ESMALTE SINTETICO GRAFITE COM PROTECAO PARA METAIS FERROSOS | LITRO | 18,00 | R\$ 24,61 | R\$ 442,98 |
| 128 | 0007311 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO | LITRO | 18,00 | R\$ 22,98 | R\$ 413,64 |
| 129 | 0007292 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE | LITRO | 36,00 | R\$ 22,25 | R\$ 801,00 |
| 130 | 0007288 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO | LITRO | 36,00 | R\$ 22,55 | R\$ 811,80 |
| 131 | 0007344 | TINTA LATEX PVA PREMIUM, COR BRANCA | GALÃO | 15,00 | R\$ 61,39 | R\$ 920,85 |
| 132 | 04291/ORSE | TINTA A BASE DE RESINA EPOXI REVRAN FBR 720 - RENNER OU SIMILAR | LITRO | 8,00 | R\$ 30,90 | R\$ 247,20 |
| 133 | 0006085 | SELADOR ACRÍLICO PARA PAREDES INTERNAS/EXTERNAS | LITRO | 90,00 | R\$ 5,15 | R\$ 463,50 |
| 134 | 0004791 | ADESIVO ACRILICO/COLA CONTATO | KG | 14,00 | R\$ 16,58 | R\$ 232,12 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|-----------|------------|
| 135 | 0034357 | REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR | KG | 20,00 | R\$ 3,11 | R\$ 62,20 |
| 136 | 01327/ ORSE | LONA PLASTICA PRETA E=0,15 A 0,3MM | M² | 100,00 | R\$ 1,53 | R\$ 153,00 |
| 137 | 0004056 | MASSA ACRILICA PARA PAREDES INTERIOR/EXTERIOR | GALÃO | 3,00 | R\$ 20,03 | R\$ 60,09 |
| 138 | 0004047 | MASSA CORRIDA PVA PARA PAREDES INTERNAS | GALÃO | 3,00 | R\$ 10,00 | R\$ 30,00 |
| 139 | 0000134 | GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL | KG | 50,00 | R\$ 1,68 | R\$ 84,00 |
| 140 | 0000156 | ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO | KG | 10,00 | R\$ 52,84 | R\$ 528,40 |
| 141 | 0000131 | ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, PASTOSO (TIXOTROPICO) | KG | 5,00 | R\$ 45,19 | R\$ 225,95 |
| 142 | 0004014 | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 3 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 10,00 | R\$ 50,39 | R\$ 503,90 |
| 143 | 0004015 | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 4 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 10,00 | R\$ 61,87 | R\$ 618,70 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|------------|------------|
| 144 | 0004017 | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 5 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 8,00 | R\$ 90,03 | R\$ 720,24 |
| 145 | 0007313 | TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DILUIDA EM SOLVENTE, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS, METAL E MADEIRA | LITRO | 10,00 | R\$ 15,09 | R\$ 150,90 |
| 146 | 0007319 | TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DISPERSA EM AGUA, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS | LITRO | 10,00 | R\$ 8,63 | R\$ 86,30 |
| 147 | 0010478 | VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO | LITRO | 5,00 | R\$ 27,41 | R\$ 137,05 |
| 148 | 0040514 | VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, SEM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO | LITRO | 5,00 | R\$ 24,28 | R\$ 121,40 |
| 149 | 0010481 | VERNIZ SINTETICO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO (BASE SOLVENTE) | LITRO | 5,00 | R\$ 26,30 | R\$ 131,50 |
| 150 | 0010491 | VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO | M² | 2,00 | R\$ 215,59 | R\$ 431,18 |
| 151 | 0034385 | VIDRO LISO INCOLOR 8 MM - SEM COLOCACAO | M² | 2,00 | R\$ 314,51 | R\$ 629,02 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|------------|
| 152 | 0011731 | GRELHA PVC BRANCA QUADRADA, 150 X 150 MM | UND | 5,00 | R\$ 5,60 | R\$ 28,00 |
| 153 | 0011732 | GRELHA PVC CROMADA REDONDA, 150 MM | UND | 5,00 | R\$ 28,44 | R\$ 142,20 |
| 154 | 07267/ ORSE | GRELHA PARA RALO EM INOX, QUADRADA, 10X10CM, TIPO ABRE E FECHA MEBER OU SIMILAR | UND | 5,00 | R\$ 16,83 | R\$ 84,15 |
| 155 | 0006148 | SIFAO PLASTICO FLEXIVEL SAIDA VERTICAL PARA COLUNA LAVATORIO, 1 X 1.1/2 " | UND | 10,00 | R\$ 7,50 | R\$ 75,00 |
| 156 | 0003148 | FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C) | UND | 10,00 | R\$ 11,54 | R\$ 115,40 |
| 157 | 0021112 | VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO | UND | 4,00 | R\$ 176,38 | R\$ 705,52 |
| 158 | 0038643 | VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATORIO, 1 " SEM LADRAO | UND | 5,00 | R\$ 41,00 | R\$ 205,00 |
| 159 | 0006157 | VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 " | UND | 2,00 | R\$ 56,01 | R\$ 112,02 |
| 160 | 0011762 | TORNEIRA CROMADA COM BICO PARA JARDIM/TANQUE 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153) | UND | 4,00 | R\$ 55,07 | R\$ 220,28 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 161 | 0011773 | TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA COZINHA BICA MOVEL COM AREJADOR 1/2 " OU 3/4 " (REF 1168) | UND | 2,00 | R\$ 89,22 | R\$ 178,44 |
| 162 | 0011763 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1.1/2", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | R\$ 51,75 | R\$ 103,50 |
| 163 | 0011764 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1.1/4", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | R\$ 55,28 | R\$ 110,56 |
| 164 | 0011826 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1/2", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | R\$ 22,04 | R\$ 44,08 |
| 165 | 0011825 | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | R\$ 22,71 | R\$ 45,42 |
| 166 | 03353/ ORSE | RALO HEMISFÉRICO EM F°F°, TIPO ABACAXI Ø 100MM DE DIÂMETRO | UND | 5,00 | R\$ 19,18 | R\$ 95,90 |
| 167 | 0009867 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 30,00 | R\$ 2,86 | R\$ 85,80 |
| 168 | 0009868 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 30,00 | R\$ 3,67 | R\$ 110,10 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 169 | 0009869 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 15,00 | R\$ 8,24 | R\$ 123,60 |
| 170 | 0009874 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | R\$ 12,00 | R\$ 36,00 |
| 171 | 0009875 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | R\$ 13,74 | R\$ 41,22 |
| 172 | 0009873 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | R\$ 23,18 | R\$ 69,54 |
| 173 | 0009871 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | R\$ 38,84 | R\$ 116,52 |
| 174 | 0009872 | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | R\$ 48,53 | R\$ 145,59 |
| 175 | 0003542 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | R\$ 0,52 | R\$ 5,20 |
| 176 | 0003529 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | R\$ 0,72 | R\$ 7,20 |
| 177 | 0003536 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | R\$ 2,16 | R\$ 21,60 |
| 178 | 0003535 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | R\$ 5,12 | R\$ 51,20 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|----------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|------------|
| 179 | 0003540 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | R\$ 5,54 | R\$ 55,40 |
| 180 | 0003539 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 60 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | R\$ 24,07 | R\$ 240,70 |
| 181 | 0003513 | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 85 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 5,00 | R\$ 106,97 | R\$ 534,85 |
| 182 | 0007138 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | R\$ 0,93 | R\$ 9,30 |
| 183 | 0007139 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | R\$ 1,23 | R\$ 12,30 |
| 184 | 0007140 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | R\$ 4,08 | R\$ 40,80 |
| 185 | 0007141 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | R\$ 8,93 | R\$ 89,30 |
| 186 | 0007143 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 60 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 | R\$ 29,76 | R\$ 148,80 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|-----------|------------|
| 187 | 0007144 | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 75 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 | R\$ 59,53 | R\$ 297,65 |
| 188 | 0007145 | TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 | R\$ 97,62 | R\$ 488,10 |
| 189 | 0009836 | TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL | M | 30,00 | R\$ 13,33 | R\$ 399,90 |
| 190 | 0020065 | TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL | M | 15,00 | R\$ 34,10 | R\$ 511,50 |
| 191 | 0011672 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | R\$ 28,54 | R\$ 57,08 |
| 192 | 0011669 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/4", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | R\$ 27,18 | R\$ 54,36 |
| 193 | 0011670 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1/2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | R\$ 10,41 | R\$ 20,82 |
| 194 | 0020055 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | R\$ 20,35 | R\$ 40,70 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------|-----|------|-----------|------------|
| 195 | 0011671 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | R\$ 43,68 | R\$ 87,36 |
| 196 | 0006032 | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 3/4", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | R\$ 12,47 | R\$ 24,94 |
| 197 | 0006038 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 1/2" | UND | 2,00 | R\$ 3,22 | R\$ 6,44 |
| 198 | 0011718 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 3/4" | UND | 2,00 | R\$ 9,19 | R\$ 18,38 |
| 199 | 0006037 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 20 MM | UND | 2,00 | R\$ 6,70 | R\$ 13,40 |
| 200 | 0011719 | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 25 MM | UND | 2,00 | R\$ 7,45 | R\$ 14,90 |
| 201 | 0006019 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509) | UND | 2,00 | R\$ 33,64 | R\$ 67,28 |
| 202 | 0006010 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1.1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | R\$ 57,89 | R\$ 115,78 |
| 203 | 0006017 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1.1/4 " (REF 1509) | UND | 2,00 | R\$ 45,85 | R\$ 91,70 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|------------|------------|
| 204 | 0006020 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | R\$ 20,20 | R\$ 40,40 |
| 205 | 0006028 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | R\$ 80,63 | R\$ 161,26 |
| 206 | 0006011 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2.1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | R\$ 167,22 | R\$ 334,44 |
| 207 | 0006012 | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3 " (REF 1509) | UND | 1,00 | R\$ 202,45 | R\$ 202,45 |
| 208 | cotação | BACIA SANITARIA TURCA DE LOUÇA BRANCA | UND | 1,00 | R\$ 473,70 | R\$ 473,70 |
| 209 | 0036520 | BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA, SEM ASSENTO | UND | 1,00 | R\$ 682,05 | R\$ 682,05 |
| 210 | 0010422 | BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA | UND | 1,00 | R\$ 365,02 | R\$ 365,02 |
| 211 | 0004375 | BUCHA DE NYLON SEM ABA S6 | UND | 200,00 | R\$ 0,15 | R\$ 30,00 |
| 212 | 0004376 | BUCHA DE NYLON SEM ABA S8 | UND | 200,00 | R\$ 0,29 | R\$ 58,00 |
| 213 | 0004374 | BUCHA DE NYLON SEM ABA S10 | UND | 100,00 | R\$ 0,55 | R\$ 55,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|------------|------------|
| 214 | 0004377 | PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO 32 MM | UND | 200,00 | R\$ 0,15 | R\$ 30,00 |
| 215 | 0004356 | PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM | UND | 200,00 | R\$ 0,21 | R\$ 42,00 |
| 216 | 0004358 | PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 65 MM | UND | 200,00 | R\$ 1,64 | R\$ 328,00 |
| 217 | 0004227 | OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC) | LITRO | 40,00 | R\$ 24,00 | R\$ 960,00 |
| 218 | cotação | SODA CAUSTICA EM ESCAMAS | KG | 30,00 | R\$ 11,38 | R\$ 341,40 |
| 219 | 0000003 | ACIDO MURIÁTICO, DILUIÇÃO DE 10 A 12% PARA USO EM LIMPEZA | L | 35,00 | R\$ 5,60 | R\$ 196,00 |
| 220 | 0010555 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 80 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA | UND | 2,00 | R\$ 176,53 | R\$ 353,06 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|------------|
| 221 | 0004987 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 90 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ | UND | 2,00 | R\$ 242,43 | R\$ 484,86 |
| 222 | 0011561 | MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 1.100 MM E PESO DE ATE 85 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA | UND | 2,00 | R\$ 185,27 | R\$ 370,54 |
| 223 | 0011560 | MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA | UND | 6,00 | R\$ 143,00 | R\$ 858,00 |
| 224 | 0011499 | MOLA HIDRAULICA DE PISO P/ VIDRO TEMPERADO 1100MM E PESO DE ATÉ 120 KG, COM CORPO EM AÇO INOX | UND | 1,00 | R\$ 609,75 | R\$ 609,75 |
| 225 | 0021044 | SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 1/2" - 15 MM | UND | 2,00 | R\$ 20,62 | R\$ 41,24 |
| 226 | 0021045 | SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 3/4" - 20 MM | UND | 2,00 | R\$ 28,24 | R\$ 56,48 |
| 227 | 0012815 | FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M | UND | 30,00 | R\$ 6,71 | R\$ 201,30 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|------------|------------|
| 228 | 0043603 | CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 50 MM E ALTURA DE APROX 40 MM, HASTE CEMENTADA EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 8,0 MM INCLUINDO 2 CHAVES | UND | 2,00 | R\$ 34,03 | R\$ 68,06 |
| 229 | 0005090 | CADEADO SIMPLES/COMUM, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES | UND | 2,00 | R\$ 16,00 | R\$ 32,00 |
| 230 | 0005085 | CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES | UND | 2,00 | R\$ 23,82 | R\$ 47,64 |
| 231 | 0042015 | FITA PLASTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE AREAS, LARGURA = 7 CM, SEM ADESIVO (COLETADO CAIXA) | M | 100,00 | R\$ 1,10 | R\$ 110,00 |
| 232 | 0011519 | MACANETA ALAVANCA, RETA OU CURVA, MACICA, CROMADA, COMPRIMENTO DE 10 A 16 CM, ACABAMENTO PADRAO MEDIO - SOMENTE MACANETAS | UND | 5,00 | R\$ 36,74 | R\$ 183,70 |
| 233 | Cotação | MAÇANETA ALAVANCA, COM ROSETA REDONDA, ACABAMENTO EM INOX ESCOVADO, COM FECHADURA DO TIPO EXTERNA (LA FONTE 892 OU SIMILAR) | UND | 2,00 | R\$ 250,32 | R\$ 500,64 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|------------|
| 234 | 0020111 | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UND | 30,00 | R\$ 6,88 | R\$ 206,40 |
| 235 | 0000404 | FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO) | M | 60,00 | R\$ 0,93 | R\$ 55,80 |
| 236 | 0012732 | SOLDA ESTANHO/COBRE PARA CONEXOES DE COBRE, FIO 2,5 MM, CARRETEL 500 GR (SEM CHUMBO) | UND | 1,00 | R\$ 282,41 | R\$ 282,41 |
| 237 | 0041954 | CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 9,53 MM (3/8"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F | KG | 10,00 | R\$ 63,27 | R\$ 632,70 |
| 238 | 0020080 | ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR | UND | 10,00 | R\$ 17,17 | R\$ 171,70 |
| 239 | 0000013 | ESTOPA | KG | 4,00 | R\$ 11,54 | R\$ 46,16 |
| 240 | 11442/ ORSE | PINCEL DE 1" | UND | 14,00 | R\$ 3,18 | R\$ 44,52 |
| 241 | 11443/ ORSE | PINCEL DE 1/2" | UND | 14,00 | R\$ 2,08 | R\$ 29,12 |
| 242 | 0038386 | PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM) | UND | 14,00 | R\$ 3,85 | R\$ 53,90 |
| 243 | 0038393 | ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO) | UND | 6,00 | R\$ 11,90 | R\$ 71,40 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|------------|------------|
| 244 | 0038390 | ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO) | UND | 6,00 | R\$ 26,39 | R\$ 158,34 |
| 245 | 0038392 | PROLONGADOR/EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3 M | UND | 3,00 | R\$ 42,48 | R\$ 127,44 |
| 246 | Cotação | FITA DEMARCAÇÃO PARA PISO - ROLO 50MM X 30M | UND | 6,00 | R\$ 21,65 | R\$ 129,90 |
| 247 | Cotação | TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO DE BANHEIRO (MARCA DE REFERÊNCIA: DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 4,00 | R\$ 156,57 | R\$ 626,28 |
| 248 | 03124/ORSE | ÁGUA DESTILADA - 1 LITROS | UND | 25,00 | R\$ 5,00 | R\$ 125,00 |
| 249 | 0043649 | TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM ACETINADO | LITRO | 10,00 | R\$ 23,74 | R\$ 237,40 |
| 250 | Cotação | CONJUNTO DE FIXAÇÃO AP80 / AP 50 - GE (MARCA REFERÊNCIA: LINHA DECA - VOGUE OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 10,00 | R\$ 28,27 | R\$ 282,70 |
| 251 | Cotação | CONJUNTO DE FIXAÇÃO DE CAIXA ACOPLADA (MARCA DE REFERÊNCIA: ASTRA OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 10,00 | R\$ 14,69 | R\$ 146,90 |
| 252 | 12616/ORSE | CABO COAXIAL RG-6 | M | 100,00 | R\$ 1,60 | R\$ 160,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| 253 | Cotação | CONECTOR ADAPTADOR P4 MACHO DC COM BORNE | UND | 10,00 | R\$ 2,28 | R\$ 22,80 |
| 254 | 10097/ORSE | CONECTOR BNC DE SOLDA P/ CFTV | UND | 30,00 | R\$ 2,30 | R\$ 69,00 |
| 255 | 04885/ORSE | RÉGUA (FILTRO DE LINHA) COM 4 TOMADAS | UND | 10,00 | R\$ 23,70 | R\$ 237,00 |
| 256 | Cotação | RALO INOX QUADRADO - 15X15 | UND | 4,00 | R\$ 18,43 | R\$ 73,72 |
| 257 | Cotação | MASSA DE CALAFETAR 350G | UND | 4,00 | R\$ 10,17 | R\$ 40,68 |
| 258 | Cotação | LUBRIFICANTE HIDROFÓBICO EM SPRAY (MARCA DE REFERÊNCIA: WD 40 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 300ML | 5,00 | R\$ 33,90 | R\$ 169,50 |
| 259 | Cotação | LIMPA CONTATOS ORBI OU EQUIVALENTE TÉCNICO | 300ML | 10,00 | R\$ 11,59 | R\$ 115,90 |
| 260 | Cotação | DESENGRIPANTE EM SPRAY (MARCA DE REFERÊNCIA: WHITELUB OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 300ML | 5,00 | R\$ 11,67 | R\$ 58,35 |
| 261 | Cotação | VASELINA SÓLIDA DE 450g | UND | 2,00 | R\$ 16,87 | R\$ 33,74 |
| 262 | 03109/ORSE | VASELINA LÍQUIDA 1000ML | L | 3,00 | R\$ 21,00 | R\$ 63,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|-------------|--------------------------------------------------------------------|-----|--------|-----------|------------|
| 263 | Cotação | COLA INSTANTÂNEA 20G | UND | 5,00 | R\$ 12,90 | R\$ 64,50 |
| 264 | Cotação | ADESIVO ARLDITE OU EQUIVALENTE TÉCNICO 23G | UND | 5,00 | R\$ 27,57 | R\$ 137,85 |
| 265 | Cotação | ROLO DE 9MM X 20M DE FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE | UND | 3,00 | R\$ 21,46 | R\$ 64,38 |
| 266 | 0038383 | LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100 | UND | 100,00 | R\$ 1,64 | R\$ 164,00 |
| 267 | 0039961 | SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G | UND | 10,00 | R\$ 22,59 | R\$ 225,90 |
| 268 | 0003768 | LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150 | UND | 50,00 | R\$ 1,83 | R\$ 91,50 |
| 269 | Cotação | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NÚMERO 80 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 | R\$ 0,91 | R\$ 45,50 |
| 270 | Cotação | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NÚMERO 100 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 | R\$ 0,85 | R\$ 42,50 |
| 271 | 0003767 | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 | R\$ 0,43 | R\$ 21,50 |
| 272 | 01335/ ORSE | LIXA DE DISCO FERRO 80 | UND | 30,00 | R\$ 2,96 | R\$ 88,80 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|------------|
| 273 | Cotação | PALHA DE AÇO (ATLAS OU EQUIVALENTE) | UND | 15,00 | R\$ 1,19 | R\$ 17,85 |
| 274 | Cotação | ESPONJA MULTIUSO (VONDER OU EQUIVALENTE) | UND | 15,00 | R\$ 3,07 | R\$ 46,05 |
| 275 | Cotação | PANO DE CHÃO (3 UNIDADES) | UND | 10,00 | R\$ 9,99 | R\$ 99,90 |
| 276 | 0038400 | VASSOURA 40CM COM CABO | UND | 3,00 | R\$ 12,09 | R\$ 36,27 |
| 277 | Cotação | PLUGUE TOMADA FÊMEA, 2P + T, 10A | UND | 20,00 | R\$ 4,14 | R\$ 82,80 |
| 278 | Cotação | PLUGUE TOMADA FÊMEA, 2P + T, 20A | UND | 20,00 | R\$ 10,44 | R\$ 208,80 |
| 279 | Cotação | FECHO ELÉTRICO PARA PORTA | UND | 4,00 | R\$ 71,20 | R\$ 284,80 |
| 280 | 12620/ORSE | ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO, LINHA VOGUE PLUS AP50, DA DECA (OU SIMILAR) | UND | 2,00 | R\$ 179,75 | R\$ 359,50 |
| 281 | Cotação | KIT PRESSMATIC DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UND | 4,00 | R\$ 91,01 | R\$ 364,04 |
| 282 | Cotação | ARMATEC ZN 900ML OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UND | 6,00 | R\$ 117,71 | R\$ 706,26 |
| 283 | Cotação | FILTRO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL – FCD-2045B | UND | 2,00 | R\$ 20,57 | R\$ 41,14 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|------------|------------|
| 284 | Cotação | FILTRO DE ÓLEO – PSL 300 | UND | 1,00 | R\$ 84,85 | R\$ 84,85 |
| 285 | Cotação | TINTA ACRILICA PIGMENTADA (FACHADAS) - (MARCA DE REFERÊNCIA SW 7074 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | GALÃO | 6,00 | R\$ 108,23 | R\$ 649,38 |
| 286 | Cotação | TINTA ACRILICA PIGMENTADA (FACHADAS) - (MARCA DE REFERÊNCIA SW 7017 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | GALÃO | 5,00 | R\$ 108,23 | R\$ 541,15 |
| 287 | Cotação | FILTRO DE ÁGUA – PSA 299 | UND | 1,00 | R\$ 54,88 | R\$ 54,88 |
| 288 | Cotação | CORREIA 8PK1550 | UND | 1,00 | R\$ 103,01 | R\$ 103,01 |
| 289 | 11067 | TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM) | UND | 2,00 | R\$ 388,81 | R\$ 777,62 |
| 290 | 09106/ORSE | TOMADA DUPLA DE EMBUTIR USO GERAL 2P+T, ABNT, 10A | UND | 20,00 | R\$ 7,80 | R\$ 156,00 |
| 291 | Cotação | CONTROLE REMOTO 433 - (MARCA DE REFERÊNCIA INTELBRAS OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 2,00 | R\$ 19,34 | R\$ 38,68 |
| 292 | Cotação | MASSA PLASTICA, LATA COM 500G + CATALIZADOR | UND | 2,00 | R\$ 19,12 | R\$ 38,24 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|-----------|-----------|
| 293 | Cotação | TORNEIRA COM PORTA CADEADO | UND | 2,00 | R\$ 17,92 | R\$ 35,84 |
| 294 | 10449/ORSE | CALÇO PLÁSTICO PARA TELHA MODULADA, INCLUSIVE PARAFUSO DE FIXAÇÃO | UND | 28,00 | R\$ 2,90 | R\$ 81,20 |
| 295 | Cotação | CONVERTEDOR DE OXIDAÇÃO - LIMPEZA E RETIRADA DE OXIDAÇÃO, COM 500ML - (MARCA DE REFERÊNCIA TF7 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 4,00 | R\$ 15,45 | R\$ 61,80 |
| 296 | Cotação | CABO DE ALTA TENSÃO PARA CERCA ELÉTRICA (ROLO COM 10M) | M | 2,00 | R\$ 22,82 | R\$ 45,64 |
| 297 | Cotação | ROLO DE FIO INOX PARA CERCA ELÉTRICA - ROLO COM 800G | UND | 1,00 | R\$ 32,93 | R\$ 32,93 |
| 298 | Cotação | TARUGO CINZA DE 8MM | M | 100,00 | R\$ 0,29 | R\$ 29,00 |
| 299 | Cotação | BOTOEIRA COMUTADORA DE 3 POSIÇÕES | UND | 1,00 | R\$ 21,36 | R\$ 21,36 |
| 300 | Cotação | TRILHO PARA DISJ/CONTTS 35MMC | M | 2,00 | R\$ 21,65 | R\$ 43,30 |
| 301 | Cotação | GRELHA PARA MOTOR DE PORTÃO | M | 5,00 | R\$ 16,47 | R\$ 82,35 |
| 302 | Cotação | IMÃ PARA MOTOR DE PORTÃO | PAR | 2,00 | R\$ 27,91 | R\$ 55,82 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|------------|------------|
| 303 | 07863/ORSE | HASTE DE ATERRAMENTO GALVANIZADA A FOGO 3/8" X 3,45M (RE-BAR) TEL-760 | M | 4,00 | R\$ 33,35 | R\$ 133,40 |
| 304 | Cotação | BARRA DE TERRA/ATERRAMENTO - PARA TRILHO DIN | UND | 2,00 | R\$ 22,25 | R\$ 44,50 |
| 305 | Cotação | TELA DE PVC, NA COR PRETO, COM ALTURA DE 1,50M | M | 60,00 | R\$ 5,18 | R\$ 310,80 |
| 306 | Cotação | TOALHA DE MICROFIBRA 40X40 | UND | 6,00 | R\$ 11,67 | R\$ 70,02 |
| 307 | Cotação | POLIDOR DE METAIS - (MARCA DE REFERÊNCIA BRASSO OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 200ML | 2,00 | R\$ 20,85 | R\$ 41,70 |
| 308 | Cotação | ASSENTO SANITÁRIO PARA PNE (VOGUE DECA OU SIMILAR) | UND | 1,00 | R\$ 429,80 | R\$ 429,80 |
| 309 | 0007271 | BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C) | UND | 500,00 | R\$ 0,60 | R\$ 300,00 |
| 310 | 0000344 | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 2,00 | R\$ 26,29 | R\$ 52,58 |
| 311 | 00004812 | PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO) | M² | 30,00 | R\$ 9,29 | R\$ 278,70 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|------------|---------------|
| 312 | Cotação | LAMPADA LED 5U DE 40W, BRANCO | UND | 10,00 | R\$ 49,85 | R\$ 498,50 |
| 313 | Cotação | CAIXA DE DESCARGA, MODELO DECA VOGUE PLUS (BRANCA) OU SIMILAR | UND | 1,00 | R\$ 628,47 | R\$ 628,47 |
| 314 | Cotação | LUMINÁRIA DE POSTE, EM LED, COM SUPORTE DE 65MM DE DIÂMETRO, E 60W DE POTÊNCIA, COR BRANCA, COM TEMPERATURA MINIMA DE COR 5000K. | UND | 4,00 | R\$ 213,59 | R\$ 854,36 |
| VALOR TOTAL ESTIMATIVO ANUAL PARA PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO/INSUMOS (R\$) | | | | | | R\$ 68.705,42 |
| DESCONTO OFERTADO | | | | | | R\$ 0,00 |
| SUBTOTAL | | | | | | R\$ 68.705,42 |
| BDI DIFERENCIADO UTILIZADO | | | | | | 13,51% |
| VALOR TOTAL ANUAL C/BDI DIFERENCIADO | | | | | | R\$ 77.989,10 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

3.1 MODELO DE CÁLCULO DO BDI PARA MATERIAIS

| BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------|----------|
| | | |
| | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | TAXA (%) |
| 1 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 3,45% |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS | 0,48% |
| 3 | DESPESAS FINANCEIRAS | 0,85% |
| 4 | TRIBUTOS | 3,65% |
| 5 | LUCRO | 3,50% |
| BDI ADOTADO | | 13,51% |
| | | |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 2.1 | Seguros + Garantias | 0,48% |
| 2.3 | Riscos | 0,85% |
| TOTAL | | 1,33% |
| | | |
| 4 | TRIBUTOS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 4.1 | ISS | 0,00% |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | |
|-------|--------|-------|
| 4.2 | PIS | 0,65% |
| 4.3 | COFINS | 3,00% |
| TOTAL | | 3,65% |

CÁLCULO DO BDI

BDI = $\frac{(1+(AC+R+S+G))(1+DF)(1+L)}{(1-T)}$ - 1, onde:

(1-T)

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

4. **QUADRO RESUMO (ITENS 1, 2 e 3) – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS:**

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | VALOR MÁXIMO MENSAL (TOTAL) | VALOR MÁXIMO ANUAL (TOTAL) |
|---------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| 1 | Equipe Residente (serviços contínuos, incluindo horas extras) | R\$ 36.008,82 | R\$ 432.105,87 |
| 2 | Serviços Eventuais (Mão de obra eventual) | R\$ 4.890,66 | R\$ 58.687,90 |
| 3 | Materiais e Peças | R\$ 6.499,09 | R\$ 77.989,10 |
| Valor Global | | R\$ 47.398,57 | R\$ 568.782,88 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREENCHIMENTO PELA LICITANTE)

OBSERVAÇÕES:

- Deverão ser apresentadas as planilhas de custos e formação de preços para cada ocupação/função.
- A empresa licitante deverá observar o correto enquadramento sindical, conforme sua atividade preponderante, de acordo com o Decreto-lei nº 5.452/43 (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), informando o Instrumento Coletivo de Trabalho que utilizou como base para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços e a data-base da categoria por ele estabelecida.
- Os salários dos profissionais da Equipe Residente, utilizados pela Administração na estimativa e composição de custos e formação de preços (**ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**), são os constantes nas Convenções Coletivas do SINDUSCON RN Números de registros no MTE: RN000163/2021, para o Eletricista Pleno, e RN000114/2021, para o Encarregado de Manutenção Predial (utilizado o valor para Mestre de Obras) e para os Oficiais de Manutenção (utilizado o valor para Profissionais), devendo as licitantes utilizarem/indicarem, na formulação de suas propostas, Convenção Coletiva de Trabalho que, além de abarcar a categoria profissional apropriada, bem como seus respectivos pisos salariais, resguarde adequada equivalência com relação aos salários constantes no **ANEXO VII - PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** supracitado QUE INTEGRA O EDITAL.
- Em relação ao salário profissional do(s) engenheiro(s), as licitantes deverão atender à legislação pertinente, fiscalizada pelo sistema CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia/CREA.
- Os valores dos BDIs e descontos globais (em relação aos valores estimados pela Administração, antes da incidência dos BDIs correspondentes) ofertados pela licitante, para os itens Serviços Eventuais e Materiais/Peças, ambos com 02 (duas) casas decimais (BDIs e descontos), deverão estar registrados e demonstrados na proposta da licitação e no contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1. **ITEM 1 DO PREGÃO ELETRÔNICO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MÃO DE OBRA – EQUIPE RESIDENTE:**

1.1 **VALORES PARA OS POSTOS DE TRABALHO CONFORME EQUIPE PREVISTA NO ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

| RESUMO CUSTO DA MÃO DE OBRA FIXA SEM HORA EXTRA | | | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|--------|--------------------|-------------------|
| POSTO DE TRABALHO | CARGA HORÁRIA (Horas/mês) | Quant. | VALOR MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| Supervisão Técnica - Eng. Civil | 10,00 | 1 | | |
| Supervisão Técnica - Eng. Eletricista | 10,00 | 1 | | |
| Encarregado | 220,00 | 1 | | |
| Eletricista Pleno | 220,00 | 1 | | |
| Oficial de Manutenção Predial - Natal | 220,00 | 2 | | |
| Oficial de Manutenção Predial - Mossoró | 220,00 | 1 | | |
| | | | TOTAL MENSAL (R\$) | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.1 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE EQUIPE RESIDENTE

1.1.1.1 Supervisão Técnica – Engenheiro Civil

| ANEXO VII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------|
| [POSTO DE TRABALHO – NATAL/RN] | | |
| Nº Processo | | 08420.005709/2021-03 |
| Licitação | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | |
| B | Município/UF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | |
| D | Tipo de serviço | Continuado |
| E | Unidade de medida | HOMEM-MÊS |
| F | Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida) | |
| G | Nº de meses de execução contratual | 12 |
| ANEXO VII.X- [Profissional/Posto de Trabalho] | | |
| Mão-de-obra | | |
| Módulo de Mão-de-obra vinculada à execução contratual Unidade de medida - tipos e quantidades | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | Quantidade |
| | | |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | |
| 3 | Salário Normativo da Categoria Profissional | |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | |
| | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | |
| | | |
| 1 | Composição da remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário Base (Quantidade horas mensais) | |
| B | Adicional de periculosidade | 30% |
| C | Adicional de insalubridade | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| D | Adicional noturno | | |
| E | Adicional Hora Noturna Reduzida | | |
| F | Adicional de hora Extra no Feriado Trabalhado | | |
| G | Outros | | |
| Total da Remuneração | | | |
| MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | | |
| B | Férias e Adicional de Férias | | |
| Total | | | |
| | | | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | | |
| B | Salário Educação | | |
| C | SAT | | |
| D | SESC ou SESI | | |
| E | SENAI - SENAC | | |
| F | SEBRAE | | |
| G | INCRA | | |
| H | FGTS | | |
| Total | | | |
| | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor unitário | Valor (R\$) |
| A | Transporte | | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | | |
| C | Assistência Médica e Familiar | | |
| D | Seguro de vida | | |
| E | Exame Médico Admissional e Demissional | | |
| F | Outros | | |
| Total de Encargos e Benefícios | | | |
| | | | |
| Quadro-Resumo - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | % | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|----------|--------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | | |
| Total | | | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | | |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | | |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | | |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | | |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | |
| Total de Provisão para Rescisão | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Substituto na Cobertura de Férias | | |
| B | Substituto na Cobertura de Ausências Legais | | |
| C | Substituto na Cobertura de Licença Paternidade | | |
| D | Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho | | |
| E | Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade | | |
| F | Substituto na Cobertura de Outras Ausências (especificar) | | |
| Total | | | |
| 4.2 | Intrajornada | % | Valor (R\$) |
| A | Substituto da cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo - Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | % | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto Ausências Legais | | |
| 4.2 | Substituto Intrajornada | | |
| Total de Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.2 PLANILHA HORAS-EXTRAS REFERENTES À EQUIPE FIXA:

| ANEXO III - HORAS EXTRAS | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|----------------|
| PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - SR/PF/RN | | | | | | | |
| ESTIMATIVA MENSAL | | | | | | | |
| 5 - Categorias Profissionais e carga horária | Unidade | Valor Unitário da Hora | Quantidade de horas estimadas | Valor Mensal Horário Normal | Valor Mensal Estimado da hora com adicional de 55% | Valor Mensal Estimado da hora com adicional de 100% | Subtotal (R\$) |
| Supervisão Técnica - Eng. Civil | Mês | | 2,0 | | | | |
| Supervisão Técnica - Eng. Eletricista | Mês | | 2,0 | | | | |
| Encarregado de Manutenção Predial | Mês | | 2,0 | | | | |
| Eletricista Pleno | Mês | | 2,0 | | | | |
| Oficial de Manutenção Predial - Natal | Mês | | 2,0 | | | | |
| Oficial de Manutenção Predial - Mossoró | Mês | | 2,0 | | | | |
| VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS | | | | | | | |
| OBS.: O Valor Unitário da Hora para o cálculo da Hora Extra é o valor final da Hora da Equipe Residente. | | | | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

1.1.3 RESUMO DO TOTAL REFERENTE À EQUIPE RESIDENTE – ANEXO III DO TERMO DE REFÊNCIA (INCLUSIVE HORA-EXTRA):

| 1.1.3- RESUMO DO TOTAL REFERENTE À EQUIPE RESIDENTE (INCLUSIVE HORA-EXTRA) | | |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|
| | Valor mensal | Valor anual |
| Custo da Mão de Obra Residente | | |
| Custo das horas extras da Equipe Residente | | |
| Custo TOTAL referente à Equipe Residente (item 1 do pregão) | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2. **ITEM 2 DO PREGÃO ELETRÔNICO – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS– SERVIÇOS EVENTUAIS – SOB DEMANDA (ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

| LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS – SR/PF/RN | | | | | | | |
|-------------------------------------|-------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------------|---------------------|-------------|
| ITEM | FONTE | CÓDIGO | SERVIÇO | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO | QUANTIDADE ESTIMADA | CUSTO TOTAL |
| 1 | | | FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P ESTRUTURA DE FI | M² | | 25,00 | |
| 2 | | | FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P | M² | | 20,00 | |
| 3 | | | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS AF_06/2017_P | M² | | 25,00 | |
| 4 | | | RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF_06/2014 | M | | 22,00 | |
| 5 | | | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DA SACADA. AF_06/2014 | M² | | 20,00 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--|-------|--|
| 6 | | | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M². AF_06/2014 | M² | | 10,00 | |
| 7 | | | REBOCO ARGAMASSA MASSA ÚNICA 1:2:8 ESP. 2CM | M² | | 20,00 | |
| 8 | | | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015 | UND | | 2,00 | |
| 9 | | | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015 | UND | | 2,00 | |
| 10 | | | FURO EM ALVENARIA PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015 | UND | | 2,00 | |
| 11 | | | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015 | UND | | 1,00 | |
| 12 | | | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS | UND | | 2,00 | |
| 13 | | | FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015 | UND | | 1,00 | |
| 14 | | | EXECUÇÃO DE RASGOS EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DE TUBULAÇÃO | M | | 30,00 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------|----|--|--------|--|
| 15 | | | SERVIÇO DE SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | | 40,00 | |
| 16 | | | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | | 60,00 | |
| 17 | | | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | | 80,00 | |
| 18 | | | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M² | | 80,00 | |
| 19 | | | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M² | | 180,00 | |
| 20 | | | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | | 80,00 | |
| 21 | | | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M² | | 180,00 | |
| 22 | | | TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_09/2016 | M² | | 120,00 | |
| 23 | | | PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO | M² | | 34,86 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL
 SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|--|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|--|--------|--|
| 24 | | | COLOCAÇÃO DE FITA PROTETORA PARA PINTURA. AF_01/2020 | M | | 100,00 | |
| 25 | | | PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021 | M² | | 120,00 | |
| 26 | | | PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021 | M | | 300,00 | |
| 27 | | | PINTURA ANTICORROSIVA DE DUTO METÁLICO. AF_04/2018 | M² | | 100,00 | |
| 28 | | | SERVIÇO DE MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | | 40,00 | |
| 29 | | | SERVIÇO DE ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | | 40,00 | |
| 30 | | | INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO FUMÊ E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_P | M² | | 5,80 | |
| 31 | | | REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021 | M² | | 10,00 | |
| 32 | | | REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE ALUMÍNIO OU PVC. AF_01/2021 | M² | | 5,80 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|----|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--|-------|--|
| 33 | | | VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 | UND | | 3,00 | |
| 34 | | | SOLDA ELÉTRICA MANUAL DE PERFIS METÁLICOS E CHAPAS DE AÇO COM ELETRODO E70XX | KG | | 4,00 | |
| 35 | | | SOLDA ELÉTRICA DE PERFIS METÁLICOS E CHAPAS DE AÇO COM ELETRODO E60XX | KG | | 4,00 | |
| 36 | | | SOLDA ELÉTRICA DE PERFIS METÁLICOS E CHAPAS DE AÇO COM ELETRODO E70XX | KG | | 4,00 | |
| 37 | | | FIXAÇÃO DE PARAFUSO EM ESTRUTURA METÁLICA | UND | | 16,00 | |
| 38 | | | EQUIPE DE CORTE E SOLDA | H | | 8,00 | |
| 39 | | | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR BNC DE SOLDA P/CFTV | UND | | 20,00 | |
| 40 | | | FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE RELÉ FOTO-ELÉTRICO EM POSTE | UND | | 6,00 | |
| 41 | | | REMOÇÃO DE RELÉ FOTO-ELÉTRICO EM POSTE | UND | | 6,00 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | | |
|-------------------|--|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--|-------|--|
| 49 | | | CAIXA DE INCÊNDIO 45X75X17CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UND | | 3,00 | |
| 50 | | | PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | UND | | 1,00 | |
| 51 | | | REMOÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO | M | | 20,00 | |
| 52 | | | RECOMPOSIÇÃO PARCIAL DE CERCA COM MOURÃO DE CONCRETO SEÇÃO QUADRADA - MOURÃO - AREIA E BRITA COMERCIAIS | M | | 20,00 | |
| VALOR TOTAL | | | | | | | |
| DESCONTO OFERTADO | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | |
| BDI UTILIZADO | | | | | | | |
| TOTAL ANUAL | | | | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

2.1 MODELO DE CÁLCULO DO BDI PARA SERVIÇOS EVENTUAIS

| BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------|----------|
| | | |
| | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | TAXA (%) |
| 1 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS | |
| 3 | DESPESAS FINANCEIRAS | |
| 4 | TRIBUTOS | |
| 5 | LUCRO | |
| BDI ADOTADO | | |
| | | |
| DETALHAMENTO | | |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 2.1 | Seguros + Garantias | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | |
|-------|-----------------------|----------|
| 2.3 | Riscos | |
| TOTAL | | |
| | | |
| 4 | TRIBUTOS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 4.1 | ISS | |
| 4.2 | PIS | |
| 4.3 | COFINS | |
| TOTAL | | |

CÁLCULO DO BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1, \text{ onde:}$$

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--------|--|--|
| 004 | | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2 | M | 100,00 | | |
| 005 | | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2 | M | 40,00 | | |
| 006 | | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2 | M | 40,00 | | |
| 007 | | CABO DE COBRE NU 10 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | | |
| 008 | | CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | | |
| 009 | | CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | | |
| 010 | | CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--------|--|--|
| 011 | | CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO | M | 10,00 | | |
| 012 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 50,00 | | |
| 013 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 100,00 | | |
| 014 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2 | M | 50,00 | | |
| 015 | | CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2 | M | 100,00 | | |
| 016 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 30,00 | | |
| 017 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 80,00 | | |
| 018 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 4,0 MM2 | M | 30,00 | | |
| 019 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 | | |
| 020 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--|--|
| 021 | | CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 6,0 MM2 | M | 30,00 | | |
| 022 | | CABO TELEFONICO CCI 50, 4 PARES, USO INTERNO, SEM BLINDAGEM | M | 20,00 | | |
| 023 | | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A | M | 10,00 | | |
| 024 | | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A | M | 5,00 | | |
| 025 | | DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A | M | 2,00 | | |
| 026 | | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 ", SEM LUVA | M | 30,00 | | |
| 027 | | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2 ", SEM LUVA | M | 20,00 | | |
| 028 | | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4 ", SEM LUVA | M | 20,00 | | |
| 029 | | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2 ", SEM LUVA | M | 20,00 | | |
| 030 | | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE *230* X *7,6* MM | UND | 200,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 040 | | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | | |
| 041 | | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO | UND | 20,00 | | |
| 042 | | TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 15,00 | | |
| 043 | | TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 15,00 | | |
| 044 | | TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 15,00 | | |
| 045 | | TOMADA 2P+T 20A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 15,00 | | |
| 046 | | TOMADAS (2 MODULOS) 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS) | UND | 15,00 | | |
| 047 | | SENSOR DE PRESENÇA BIVOLT COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA, POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO EXTERNO | UND | 5,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL
 SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 048 | | INTERRUPTOR BIPOLAR 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 5,00 | | |
| 049 | | INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES 10 A, 250 V (APENAS MODULO) | UND | 5,00 | | |
| 050 | | INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10 A, 250 V (APENAS MODULO) | UND | 10,00 | | |
| 051 | | INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 10,00 | | |
| 052 | | INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V (APENAS MODULO) | UND | 10,00 | | |
| 053 | | INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 10,00 | | |
| 054 | | INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO) | UND | 10,00 | | |
| 055 | | LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS | UND | 5,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|--------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 056 | | PLUGUE PARA TOMADA TIPO MACHO, 2P + T, 10A | UND | 20,00 | | |
| 057 | | LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27) | UND | 10,00 | | |
| 058 | | LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27) | UND | 10,00 | | |
| 059 | | LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13 | UND | 30,00 | | |
| 060 | | LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W | UND | 1,00 | | |
| 061 | | LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W | UND | 1,00 | | |
| 062 | | TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2" | UND | 10,00 | | |
| 063 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 064 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 065 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|---------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 066 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 067 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 068 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 069 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 070 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 071 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 072 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 073 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |
| 074 | | CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA | UND | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--|--|
| 075 | | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2 | UND | 10,00 | | |
| 076 | | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2 | UND | 10,00 | | |
| 077 | | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 70 MM2 | UND | 10,00 | | |
| 078 | | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2,1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5 | UND | 100,00 | | |
| 079 | | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2,1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5 | UND | 100,00 | | |
| 080 | | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 3/4", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO | UND | 1,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL
 SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 081 | | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO | UND | 1,00 | | |
| 082 | | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 | | |
| 083 | | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 | | |
| 084 | | QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A | UND | 1,00 | | |
| 085 | | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UND | 3,00 | | |
| 086 | | COBRE ELETROLITICO EM BARRA OU CHAPA | KG | 1,00 | | |
| 087 | | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2 | UND | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 088 | | CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2 | UND | 10,00 | | |
| 089 | | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1.1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | | |
| 090 | | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1.1/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | | |
| 091 | | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | | |
| 092 | | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 40,00 | | |
| 093 | | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 30,00 | | |
| 094 | | ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 2.1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO | UND | 20,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL
 SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|--|--|
| 095 | | SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO PARA JUNTAS DIVERSAS | 310ML | 20,00 | | |
| 096 | | ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML | UND | 10,00 | | |
| 097 | | COLA BRANCA BASE PVA | LITRO | 5,00 | | |
| 098 | | PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NÃO INCLUI PERFIS) | UND | 24,00 | | |
| 099 | | PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA | M² | 6,00 | | |
| 100 | | PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2 | M² | 10,00 | | |
| 101 | | PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES FRIAS *5 X 5* CM | M² | 5,00 | | |
| 102 | | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 | KG | 500,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL
 SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
 GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 103 | | ADITIVO ACELERADOR DE PEGA E ENDURECIMENTO PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS | UND | 5,00 | | |
| 104 | | ARGAMASSA COLANTE AC-II | KG | 25,00 | | |
| 105 | | ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII | KG | 25,00 | | |
| 106 | | ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS | UND | 5,00 | | |
| 107 | | ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS | L | 10,00 | | |
| 108 | | AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M³ | 1,00 | | |
| 109 | | AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M³ | 1,00 | | |
| 110 | | AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M³ | 1,00 | | |
| 111 | | PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M³ | 0,50 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------|----------------|--------|--|--|
| 112 | | PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 1,00 | | |
| 113 | | PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 1,00 | | |
| 114 | | PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | | |
| 115 | | PEDRA BRITADA N. 4 (50 A 76 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | | |
| 116 | | PEDRA BRITADA N. 5 (76 A 100 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE | M ³ | 0,50 | | |
| 117 | | PEDRA PORTUGUESA OU PETIT PAVE, BRANCA OU PRETA | M ² | 5,00 | | |
| 118 | | BLOCO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUROS, DE 9 X 19 X 19 CM | UND | 400,00 | | |
| 119 | | GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS | KG | 40,00 | | |
| 120 | | REDUTOR TIPO THINNER PARA ACABAMENTO | LITRO | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-------------------------------------------------------------------|-------|-------|--|--|
| 121 | | SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS | LITRO | 15,00 | | |
| 122 | | ALCOOL ISOPROPÍLICO | LITRO | 4,00 | | |
| 123 | | FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO) | LITRO | 36,00 | | |
| 124 | | TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO | LITRO | 48,00 | | |
| 125 | | TINTA ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO | LITRO | 10,00 | | |
| 126 | | TINTA EPOXI PREMIUM, BRANCA | LITRO | 10,00 | | |
| 127 | | TINTA ESMALTE SINTETICO GRAFITE COM PROTECAO PARA METAIS FERROSOS | LITRO | 18,00 | | |
| 128 | | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO | LITRO | 18,00 | | |
| 129 | | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE | LITRO | 36,00 | | |
| 130 | | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO | LITRO | 36,00 | | |
| 131 | | TINTA LATEX PVA PREMIUM, COR BRANCA | GALÃO | 15,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|--|--|
| 132 | | TINTA A BASE DE RESINA EPOXI REVRAN FBR 720 - RENNER OU SIMILAR | LITRO | 8,00 | | |
| 133 | | SELADOR ACRÍLICO PARA PAREDES INTERNAS/EXTERNAS | LITRO | 90,00 | | |
| 134 | | ADESIVO ACRILICO/COLA CONTATO | KG | 14,00 | | |
| 135 | | REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR | KG | 20,00 | | |
| 136 | | LONA PLASTICA PRETA E=0,15 A 0,3MM | M² | 100,00 | | |
| 137 | | MASSA ACRILICA PARA PAREDES INTERIOR/EXTERIOR | GALÃO | 3,00 | | |
| 138 | | MASSA CORRIDA PVA PARA PAREDES INTERNAS | GALÃO | 3,00 | | |
| 139 | | GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL | KG | 50,00 | | |
| 140 | | ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO | KG | 10,00 | | |
| 141 | | ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, PASTOSO (TIXOTROPICO) | KG | 5,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--|--|
| 142 | | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 3 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 10,00 | | |
| 143 | | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 4 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 10,00 | | |
| 144 | | MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 5 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952) | M² | 8,00 | | |
| 145 | | TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DILUIDA EM SOLVENTE, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS, METAL E MADEIRA | LITRO | 10,00 | | |
| 146 | | TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DISPERSA EM AGUA, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS | LITRO | 10,00 | | |
| 147 | | VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO | LITRO | 5,00 | | |
| 148 | | VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, SEM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO | LITRO | 5,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------|--|--|
| 158 | | VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATORIO, 1 " SEM LADRAO | UND | 5,00 | | |
| 159 | | VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 " | UND | 2,00 | | |
| 160 | | TORNEIRA CROMADA COM BICO PARA JARDIM/TANQUE 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153) | UND | 4,00 | | |
| 161 | | TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA COZINHA BICA MOVEL COM AREJADOR 1/2 " OU 3/4 " (REF 1168) | UND | 2,00 | | |
| 162 | | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1.1/2", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | | |
| 163 | | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1.1/4", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | | |
| 164 | | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1/2", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | | |
| 165 | | TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO | UND | 2,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 166 | | RALO HEMISFÉRICO EM F°F°, TIPO ABACAXI Ø 100MM DE DIÂMETRO | UND | 5,00 | | |
| 167 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 30,00 | | |
| 168 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 30,00 | | |
| 169 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 15,00 | | |
| 170 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | | |
| 171 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | | |
| 172 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | | |
| 173 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | | |
| 174 | | TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) | M | 3,00 | | |
| 175 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 176 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | | |
| 177 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | | |
| 178 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | | |
| 179 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | | |
| 180 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 60 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 10,00 | | |
| 181 | | JOELHO SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 85 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL | UND | 5,00 | | |
| 182 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | | |
| 183 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 184 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | | |
| 185 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 10,00 | | |
| 186 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 60 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 | | |
| 187 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 75 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 | | |
| 188 | | TE SOLDÁVEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UND | 5,00 | | |
| 189 | | TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL | M | 30,00 | | |
| 190 | | TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL | M | 15,00 | | |
| 191 | | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|------|--|--|
| 192 | | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/4", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | | |
| 193 | | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1/2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | | |
| 194 | | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | | |
| 195 | | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | | |
| 196 | | REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 3/4", COM CORPO DIVIDIDO | UND | 2,00 | | |
| 197 | | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 1/2" | UND | 2,00 | | |
| 198 | | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 3/4" | UND | 2,00 | | |
| 199 | | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 20 MM | UND | 2,00 | | |
| 200 | | REGISTRO DE PRESSAO PVC, ROSCAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 25 MM | UND | 2,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------|--|--|
| 201 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509) | UND | 2,00 | | |
| 202 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1.1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | | |
| 203 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1.1/4 " (REF 1509) | UND | 2,00 | | |
| 204 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | | |
| 205 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | | |
| 206 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2.1/2 " (REF 1509) | UND | 2,00 | | |
| 207 | | REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3 " (REF 1509) | UND | 1,00 | | |
| 208 | | BACIA SANITARIA TURCA DE LOUÇA BRANCA | UND | 1,00 | | |
| 209 | | BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA, SEM ASSENTO | UND | 1,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 218 | | SODA CAUSTICA EM ESCAMAS | KG | 30,00 | | |
| 219 | | ACIDO MURIÁTICO, DILUIÇÃO DE 10 A 12% PARA USO EM LIMPEZA | L | 35,00 | | |
| 220 | | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 80 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA | UND | 2,00 | | |
| 221 | | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 90 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ | UND | 2,00 | | |
| 222 | | MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 1.100 MM E PESO DE ATE 85 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA | UND | 2,00 | | |
| 223 | | MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA | UND | 6,00 | | |
| 224 | | MOLA HIDRAULICA DE PISO P/ VIDRO TEMPERADO 1100MM E PESO DE ATÉ 120 KG, COM CORPO EM AÇO INOX | UND | 1,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--|--|
| 225 | | SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 1/2" - 15 MM | UND | 2,00 | | |
| 226 | | SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 3/4" - 20 MM | UND | 2,00 | | |
| 227 | | FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M | UND | 30,00 | | |
| 228 | | CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 50 MM E ALTURA DE APROX 40 MM, HASTE CEMENTADA EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 8,0 MM INCLUINDO 2 CHAVES | UND | 2,00 | | |
| 229 | | CADEADO SIMPLES/COMUM, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES | UND | 2,00 | | |
| 230 | | CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES | UND | 2,00 | | |
| 231 | | FITA PLASTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO DE ÁREAS, LARGURA = 7 CM, SEM ADESIVO (COLETADO CAIXA) | M | 100,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 232 | | MACANETA ALAVANCA, RETA OU CURVA, MACICA, CROMADA, COMPRIMENTO DE 10 A 16 CM, ACABAMENTO PADRAO MEDIO - SOMENTE MACANETAS | UND | 5,00 | | |
| 233 | | MAÇANETA ALAVANCA, COM ROSETA REDONDA, ACABAMENTO EM INOX ESCOVADO, COM FECHADURA DO TIPO EXTERNA (LA FONTE 892 OU SIMILAR) | UND | 2,00 | | |
| 234 | | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UND | 30,00 | | |
| 235 | | FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO) | M | 60,00 | | |
| 236 | | SOLDA ESTANHO/COBRE PARA CONEXOES DE COBRE, FIO 2,5 MM, CARRETEL 500 GR (SEM CHUMBO) | UND | 1,00 | | |
| 237 | | CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 9,53 MM (3/8"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F | KG | 10,00 | | |
| 238 | | ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR | UND | 10,00 | | |
| 239 | | ESTOPA | KG | 4,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--|--|
| 240 | | PINCEL DE 1" | UND | 14,00 | | |
| 241 | | PINCEL DE 1/2" | UND | 14,00 | | |
| 242 | | PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM) | UND | 14,00 | | |
| 243 | | ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO) | UND | 6,00 | | |
| 244 | | ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO) | UND | 6,00 | | |
| 245 | | PROLONGADOR/EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3 M | UND | 3,00 | | |
| 246 | | FITA DEMARCAÇÃO PARA PISO - ROLO 50MM X 30M | UND | 6,00 | | |
| 247 | | TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO DE BANHEIRO (MARCA DE REFERÊNCIA: DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 4,00 | | |
| 248 | | ÁGUA DESTILADA - 1 LITROS | UND | 25,00 | | |
| 249 | | TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM ACETINADO | LITRO | 10,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|--|--|
| 250 | | CONJUNTO DE FIXAÇÃO AP80 / AP 50 - GE (MARCA REFERÊNCIA: LINHA DECA - VOGUE OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 10,00 | | |
| 251 | | CONJUNTO DE FIXAÇÃO DE CAIXA ACOPLADA (MARCA DE REFERÊNCIA: ASTRA OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 10,00 | | |
| 252 | | CABO COAXIAL RG-6 | M | 100,00 | | |
| 253 | | CONECTOR ADAPTADOR P4 MACHO DC COM BORNE | UND | 10,00 | | |
| 254 | | CONECTOR BNC DE SOLDA P/ CFTV | UND | 30,00 | | |
| 255 | | RÉGUA (FILTRO DE LINHA) COM 4 TOMADAS | UND | 10,00 | | |
| 256 | | RALO INOX QUADRADO - 15X15 | UND | 4,00 | | |
| 257 | | MASSA DE CALAFETAR 350G | UND | 4,00 | | |
| 258 | | LUBRIFICANTE HIDROFÓBICO EM SPRAY (MARCA DE REFERÊNCIA: WD 40 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 300ML | 5,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|--|--|
| 259 | | LIMPA CONTATOS ORBI OU EQUIVALENTE TÉCNICO | 300ML | 10,00 | | |
| 260 | | DESENGRIPANTE EM SPRAY (MARCA DE REFERÊNCIA: WHITELUB OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | 300ML | 5,00 | | |
| 261 | | VASELINA SÓLIDA DE 450g | UND | 2,00 | | |
| 262 | | VASELINA LÍQUIDA 1000ML | L | 3,00 | | |
| 263 | | COLA INSTANTÂNEA 20G | UND | 5,00 | | |
| 264 | | ADESIVO ARLDITE OU EQUIVALENTE TÉCNICO 23G | UND | 5,00 | | |
| 265 | | ROLO DE 9MM X 20M DE FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE | UND | 3,00 | | |
| 266 | | LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100 | UND | 100,00 | | |
| 267 | | SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G | UND | 10,00 | | |
| 268 | | LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150 | UND | 50,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|--------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 269 | | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NÚMERO 80 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 | | |
| 270 | | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NÚMERO 100 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 | | |
| 271 | | LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERMELHA) | UND | 50,00 | | |
| 272 | | LIXA DE DISCO FERRO 80 | UND | 30,00 | | |
| 273 | | PALHA DE AÇO (ATLAS OU EQUIVALENTE) | UND | 15,00 | | |
| 274 | | ESPONJA MULTIUSO (VONDER OU EQUIVALENTE) | UND | 15,00 | | |
| 275 | | PANO DE CHÃO (3 UNIDADES) | UND | 10,00 | | |
| 276 | | VASSOURA 40CM COM CABO | UND | 3,00 | | |
| 277 | | PLUGUE TOMADA FÊMEA, 2P + T, 10A | UND | 20,00 | | |
| 278 | | PLUGUE TOMADA FÊMEA, 2P + T, 20A | UND | 20,00 | | |
| 279 | | FECHO ELÉTRICO PARA PORTA | UND | 4,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|--|--|
| 280 | | ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO, LINHA VOGUE PLUS AP50, DA DECA (OU SIMILAR) | UND | 2,00 | | |
| 281 | | KIT PRESSMATIC DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UND | 4,00 | | |
| 282 | | ARMATEC ZN 900ML OU EQUIVALENTE TÉCNICO | UND | 6,00 | | |
| 283 | | FILTRO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL – FCD-2045B | UND | 2,00 | | |
| 284 | | FILTRO DE ÓLEO – PSL 300 | UND | 1,00 | | |
| 285 | | TINTA ACRILICA PIGMENTADA (FACHADAS) - (MARCA DE REFERÊNCIA SW 7074 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | GALÃO | 6,00 | | |
| 286 | | TINTA ACRILICA PIGMENTADA (FACHADAS) - (MARCA DE REFERÊNCIA SW 7017 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | GALÃO | 5,00 | | |
| 287 | | FILTRO DE ÁGUA – PSA 299 | UND | 1,00 | | |
| 288 | | CORREIA 8PK1550 | UND | 1,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--|--|
| 289 | | TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM) | UND | 2,00 | | |
| 290 | | TOMADA DUPLA DE EMBUTIR USO GERAL 2P+T, ABNT, 10A | UND | 20,00 | | |
| 291 | | CONTROLE REMOTO 433 - (MARCA DE REFERÊNCIA INTELBRAS OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 2,00 | | |
| 292 | | MASSA PLASTICA, LATA COM 500G + CATALIZADOR | UND | 2,00 | | |
| 293 | | TORNEIRA COM PORTA CADEADO | UND | 2,00 | | |
| 294 | | CALÇO PLÁSTICO PARA TELHA MODULADA, INCLUSIVE PARAFUSO DE FIXAÇÃO | UND | 28,00 | | |
| 295 | | CONVERTEDOR DE OXIDAÇÃO - LIMPEZA E RETIRADA DE OXIDAÇÃO, COM 500ML - (MARCA DE REFERÊNCIA TF7 OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 4,00 | | |
| 296 | | CABO DE ALTA TENSÃO PARA CERCA ELÉTRICA (ROLO COM 10M) | M | 2,00 | | |
| 297 | | ROLO DE FIO INOX PARA CERCA ELÉTRICA - ROLO COM 800G | UND | 1,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|-----|--|----------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--|--|
| 298 | | TARUGO CINZA DE 8MM | M | 100,00 | | |
| 299 | | BOTOEIRA COMUTADORA DE 3 POSIÇÕES | UND | 1,00 | | |
| 300 | | TRILHO PARA DISJ/CONTTS 35MMC | M | 2,00 | | |
| 301 | | GRELHA PARA MOTOR DE PORTÃO | M | 5,00 | | |
| 302 | | IMÃ PARA MOTOR DE PORTÃO | PAR | 2,00 | | |
| 303 | | HASTE DE ATERRAMENTO GALVANIZADA A FOGO 3/8" X 3,45M (RE-BAR) TEL-760 | M | 4,00 | | |
| 304 | | BARRA DE TERRA/ATERRAMENTO - PARA TRILHO DIN | UND | 2,00 | | |
| 305 | | TELA DE PVC, NA COR PRETO, COM ALTURA DE 1,50M | M | 60,00 | | |
| 306 | | TOALHA DE MICROFIBRA 40X40 | UND | 6,00 | | |
| 307 | | POLIDOR DE METAIS - (MARCA DE REFERÊNCIA BRASSO OU EQUIVALENTE TÉCNICO) | UND | 2,00 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--|--|
| 308 | | ASSENTO SANITÁRIO PARA PNE (VOGUE DECA OU SIMILAR) | UND | 1,00 | | |
| 309 | | BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUIROS, DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C) | UND | 500,00 | | |
| 310 | | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 2,00 | | |
| 311 | | PLACA DE GESSO PARA FORRO, *60 X 60* CM, ESPESSURA DE 12 MM (SEM COLOCACAO) | M² | 30,00 | | |
| 312 | | LAMPADA LED 5U DE 40W, BRANCO | UND | 10,00 | | |
| 313 | | CAIXA DE DESCARGA, MODELO DECA VOGUE PLUS (BRANCA) OU SIMILAR | UND | 1,00 | | |
| 314 | | LUMINÁRIA DE POSTE, EM LED, COM SUPORTE DE 65MM DE DIÂMETRO, E 60W DE POTÊNCIA, COR BRANCA, COM TEMPERATURA MINIMA DE COR 5000K. | UND | 4,00 | | |
| VALOR TOTAL ESTIMATIVO ANUAL PARA PEÇAS/MATERIAIS DE REPOSIÇÃO/INSUMOS (R\$) | | | | | | |
| DESCONTO OFERTADO | | | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | |
|---------------------------------------------|--|
| SUBTOTAL | |
| BDI DIFERENCIADO UTILIZADO | |
| VALOR TOTAL ANUAL C/BDI DIFERENCIADO | |

3.1 MODELO DE CÁLCULO DO BDI PARA MATERIAIS

| BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------|----------|
| | | |
| | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | TAXA (%) |
| 1 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS | |
| 3 | DESPESAS FINANCEIRAS | |
| 4 | TRIBUTOS | |
| 5 | LUCRO | |
| BDI ADOTADO | | |
| | | |
| | | |
| 2 | SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS | TAXA (%) |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

| | | |
|-------|-----------------------|----------|
| 2.1 | Seguros + Garantias | |
| 2.3 | Riscos | |
| TOTAL | | |
| | | |
| 4 | TRIBUTOS CONSIDERADOS | TAXA (%) |
| 4.1 | ISS | |
| 4.2 | PIS | |
| 4.3 | COFINS | |
| TOTAL | | |

CÁLCULO DO BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1, \text{ onde:}$$

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração
T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

Página 2 de 2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/RN
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

POLÍCIA FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021
Nome da empresa:

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do Pregão Eletrônico nº/2021, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em manutenção predial para prestação de serviços contínuos e sob demanda nos sistemas, equipamentos e instalações prediais das Unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande de Norte – SR/PF/RN, objeto do Pregão Eletrônico em epígrafe, sediada na cidade de Natal/RN, com o fornecimento de toda a mão-de-obra, serviços eventuais, sob demanda, equipamentos, instrumentos, materiais e peças necessários à perfeita execução dos serviços.

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

Declaramos, ainda, ter vistoriado, por meio do Representante Credenciado da empresa, abaixo identificado, todos os locais de realização dos serviços e estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido.

Empresa

CNPJ

Endereço

Telefone

E-mail

Responsável Técnico
(Nome e registro no Conselho
Profissional)

Representante Credenciado da Empresa

POLÍCIA FEDERAL

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.

Página 1 de 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RN

ANEXO XI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08420.005711/2021-74

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico objetiva apontar a solução que melhor atende aos interesses da Administração em face da demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, formalizada através do Documento de Oficialização de Demanda SEI (19348280)

1.2. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela Instrução Normativa nº 5/2017-MPDG em seu Art. 24, § 1º.

1.3. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, são de natureza continuada e enquadram-se na classificação de serviços comuns, conforme definido no art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, visto que se trata de atividade ou conjunto de atividades cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, e deverão ser licitados através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, por grupo único.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa da contratação está dividida em 03 (três) aspectos: **Funcional, Técnico e Normativo**.

2.2. Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento das instalações prediais e sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus fins:

2.2.1. Conforme o art. 144, §1º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, a Polícia Federal destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, o que implica no aumento de responsabilidades e de atribuições do órgão no exercício de suas funções.

2.2.2. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

2.2.3. Ainda nesse sentido a não execução da correta manutenção das instalações e sistemas supracitados, objeto da presente licitação, traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que eventuais interrupções no funcionamento normal do órgão indubitavelmente causariam a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços, como, por exemplo, a expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; dentre outros.

2.3. Aspecto Técnico – As Unidades da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte – SR/PF/RN – possuem instalações prediais e sistemas que apresentam elevada complexidade, requerendo, para a adequada realização do serviço de manutenção predial, o emprego de conhecimentos técnicos especializados em manutenção predial.

2.3.1. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

2.3.2. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais instalações e sistemas necessitam, com frequência, de manutenção corretiva para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

2.3.3. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, bem como o fato de que atualmente a SR/PF/RN está sem contrato de manutenção predial vigente, verifica-se, portanto, a necessidade de contratação da prestação dos serviços em apreço visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva, de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, sob demanda, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e a Instrução Normativa nº 5/2017-MPDG.

2.4. Aspecto Normativo – Necessidade da contratação para atender às normas técnicas brasileiras, normas de segurança do trabalho e demais leis e decretos técnicos e administrativos pertinentes.

2.5. Dentro das atribuições inerentes aos serviços de manutenção predial, o contrato de manutenção pretendido visa proporcionar, também, apoio técnico à Administração na busca pela eficiência energética no uso das instalações prediais, sistemas e equipamentos das Unidades.

3. DA REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

3.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

3.1.1. Pessoal motivado;

3.1.2. Apoio logístico efetivo;

3.1.3. Credibilidade mantida.

3.2. Dentre os objetivos institucionais supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário/cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente.

3.3. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

3.3.1. Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

3.3.2. Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

3.4. Dentro do objetivo Institucional ainda temos:

3.4.1. Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

3.5. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

4. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, para fornecer materiais e executar serviços;

4.1.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

4.1.3. Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

4.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com disponibilização de mão de obra exclusiva, é o seguinte:

4.2.1. Engenheiro Civil - CBO 2142-05;

4.2.2. Engenheiro Eletricista - CBO 2143-05;

4.2.3. Encarregado de Manutenção Predial - CBO 3121-05;

4.2.4. Eletricista - CBO 7156-10;

4.2.5. Oficial de Manutenção Predial - CBO 5143-25;

4.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

4.4. A empresa deverá atender aos critérios de qualificação econômica, às exigências jurídicas e de regularidade fiscal e trabalhista, conforme disciplinado no edital.

4.5. A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica e especialização por meio da apresentação dos comprovantes e documentos descritos em item específico do Termo de Referência.

4.6. A quantidade estimada de deslocamentos da Equipe Residente do Prédio-Sede até a Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, considerando a ida de 02 (dois) funcionários, é de 06 (seis) deslocamentos ao ano, frequência bimestral, com ida em um dia e retorno no dia seguinte. Há a necessidade, portanto, da previsão de custos com hospedagem, alimentação, utilização/locação de veículo e combustível para os deslocamentos, cujos valores estimados pela Administração (diárias, combustível e locação de veículo) constam nas Planilhas de Custos e na memória de cálculo do presente processo. Em caso de emergência a ser atendido por integrantes da Equipe Residente, poderá haver antecipação de visita bimestral.

4.7. Dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor total da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.

4.8. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

4.9. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estarão previstas no Termo de Referência.

5. **DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

5.1. Para estimar a quantidade de postos de trabalho, materiais/peças e serviços eventuais, sob demanda, à perfeita execução dos serviços de manutenção predial, utilizou-se como base o histórico das contratações dos respectivos serviços, não apenas da própria Unidade, mas também em Unidades de outros Estados que detêm sistemas semelhantes.

5.2. Também se utilizou da pesquisa acerca de outros órgãos públicos e contratos estabelecidos na Administração Pública. Nesse sentido, verificou-se que o padrão estabelecido é a de utilização de um posto de supervisão técnica, desempenhada por um ou mais engenheiros legalmente responsáveis pelo serviço de manutenção predial, e de um corpo técnico, adequado para a capacidade e quantidade de equipamentos instalados, além do número e tamanho das edificações do órgão.

5.3. Desse modo, decidiu-se pela seguinte configuração para a Equipe Residente:

| Local | Cargo (Tipo de Serviço) | Jornada Mensal | Nº Estimado de Postos | Nº de Profissionais por Posto |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------------------|-------------------------------|
| Geral | Supervisão Técnica | 10 h | 2 | 1 |
| SR/PF/RN - Sede e Região Metropolitana de Natal/RN | Encarregado de Manutenção Predial | 220 h | 1 | 1 |
| | Eletricista Pleno | 220 h | 1 | 1 |
| | Oficial de Manutenção Predial | 220 h | 2 | 1 |
| DPF/Mossoró/RN | Oficial de Manutenção Predial | 220 h | 1 | 1 |

5.4. A supervisão técnica será conduzida por 02 (dois) engenheiros (civil e eletricista), responsáveis pela elaboração de relatórios, gestão da equipe, obtenção de orçamentos, laudos, planejamento dos serviços, cronogramas e supervisão da execução dos serviços em que se fizer necessária a presença destes profissionais, inclusive, eventualmente, em finais de semana e feriados. Jornada de trabalho: 10 horas mensais para cada engenheiro.

5.5. Os demais profissionais dos postos acima, à exceção do Oficial de Manutenção Predial referente à Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN, atenderão o prédio da Superintendência Regional, bem como as Unidades Descentralizadas na Região Metropolitana de Natal/RN, sendo,

tais postos, de dedicação exclusiva de mão-de-obra (220 h/mês). O Posto de Mossoró/RN será também de dedicação exclusiva de mão de obra (220 h/mês). Após análise do histórico da própria SR/PF/RN e de outros contratos, tanto no âmbito da Polícia Federal, como na Administração Pública Federal, estimou-se que 04 (quatro) funcionários trabalhando em regime contínuo na Sede da Superintendência atenderão às rotinas previstas em contrato de modo pleno e suficiente, e para a DPF/Mossoró 01 (um) funcionário em regime de 220h mensais.

5.6. Visando dar suporte a serviços sob demanda que extrapolem as rotinas e competências da Equipe Residente, requeiram especialização que vá além da qualificação exigida dos profissionais da referida Equipe Residente, ou para a execução de serviços em situações específicas, devidamente justificadas, na execução dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, a contratação deverá contar com Serviços Eventuais, sob demanda (para atender a todas as Unidades), a serem pagos somente se efetivamente utilizados/acionados. Exemplos de Serviços Eventuais, sob demanda, são serviços que envolvam atividades de: serralheira, marcenaria, vidraçaria, impermeabilização, gesso, dentre outros.

5.7. Para a estimativa do quantitativo de materiais/peças, foram utilizados levantamentos de aquisições/emprego de materiais em anos anteriores na SR/PF/RN e suas Unidades Descentralizadas. Além disso, considerando que: (a) o Prédio-Sede da SR/PF/RN foi inaugurado no ano de 2006, sendo natural, portanto, o desgaste e fadiga de diversos materiais/sistemas prediais; (b) foram instalados novos sistemas e equipamentos no Prédio-Sede; e, ainda, (c) o fato de que no último ano de contrato o montante de gastos com materiais/peças foi utilizado quase que em sua totalidade, foi previsto para a próxima contratação um acréscimo para o montante de consumo de tais itens em relação ao contrato de manutenção predial anterior.

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Considerando a necessidade da Administração, analisou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SR/PF/RN. Dentro do possível elas foram incorporadas à contratação em análise.

6.2. É preciso registrar, inicialmente, que não há servidores no quadro funcional da SR/PF/RN e suas Unidades para a execução direta dos serviços demandados, impedindo, portanto, o aproveitamento de recursos humanos próprios para a sua execução, não restando, portanto, alternativa à Administração a não ser a terceirização de tais serviços.

6.3. Convém mencionar, ainda, que existe expressa disposição legal determinando que os serviços pretendidos sejam preferencialmente objeto de execução indireta, nos termos do inciso XV do art. 1º da Portaria MP nº 443, de 2018, em consonância com o disposto no art. 2º do Decreto Federal nº 9.507, de 2018, e no art. 7º da IN Seges/MP nº 5, de 2017.

6.4. O contrato objeto do presente estudo foi dimensionado para ser executado nas 03 (três) frentes abaixo destacadas. Essa linha de atuação baseou-se principalmente nos Editais e Contratos praticados atualmente na Administração Pública.

Contrato de Manutenção

| | | |
|------------------|--------------------|-------------------|
| Equipe Residente | Serviços Eventuais | Materiais e Peças |
|------------------|--------------------|-------------------|

6.5. Definida a linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço. Em observância à Instrução Normativa nº 73/2020 – SLTI/MOPG, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

6.5.1. Os salários dos profissionais da Equipe Residente, utilizados pela Administração na estimativa e composição de custos e formação de preços, são os constantes nas Convenções Coletivas do SINDUSCON/RN (Números de registros no MTE: RN000163/2021, para o Eletricista Pleno, e RN000114/2021, para o Encarregado de Manutenção Predial (utilizado o valor para Mestre de Obras) e para os Oficiais de Manutenção (utilizado o valor para Profissionais)), devendo as licitantes utilizarem/indicarem, na formulação de suas propostas, Convenção Coletiva de Trabalho que resguarde adequada equivalência com relação aos salários constantes na Planilha da Administração.

6.5.2. Em relação ao salário profissional do(s) engenheiro(s), as licitantes deverão atender à legislação pertinente, fiscalizada pelo sistema CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia/CREA.

6.5.3. Para os Serviços Eventuais: Tabela pública SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Ref. Maio/2021; e de forma residual as Tabelas públicas do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO e do Sistema ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe.

6.5.4. Para os Materiais, Peças de reposição e Insumos: Tabela pública SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Ref. Maio/2021; Tabela pública do Sistema ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe; e Média da Pesquisa de Mercado.

6.5.5. O detalhamento dos valores orçados constará no processo e a compilação dos mesmos constará na Planilha de Custos e Formação de Preços.

7. DA ESTIMATIVAS DE PREÇOS

7.1. Com base nos instrumentos de pesquisa descritos no item anterior, o valor global da contratação será de até **R\$ 569.881,28** (quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

7.2. Os valores estimados por item são os seguintes:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | VALOR MÁXIMO MENSAL C/BDI | VALOR MÁXIMO ANUAL C/BDI |
|---------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1 | Equipe Residente | R\$ 36.100,36 | R\$ 433.204,28 |
| 2 | Serviços Eventuais | R\$ 4.890,66 | R\$ 58.687,90 |
| 3 | Materiais e Peças | R\$ 6.499,09 | R\$ 77.989,10 |
| Valor Global | | R\$ 47.490,11 | R\$ 569.881,28 |

7.3. Cabe aqui ressaltar que os valores dos itens "Serviços Eventuais" e "Materiais e Peças" utilizados ao longo do contrato **serão variáveis, sob demanda**, ou seja, à medida da necessidade de sua utilização.

7.4. Os valores acima, referentes à Equipe Residente, conforme deverá constar em detalhamento do Termo de Referência, incluem horas-extras, cujos valores somente serão pagos se houver demanda devidamente justificada e autorizada pela Contratante.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação dos serviços de manutenção predial a serem prestados na Sede da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, bem como em suas Unidades descentralizadas, localizadas na região metropolitana de Natal e na Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN.

8.2. Para estimar a quantidade de postos de trabalho, materiais/peças, insumos e serviços eventuais necessários à perfeita execução dos serviços de manutenção predial utilizou-se como base o histórico das contratações dos respectivos serviços da própria SR/PF/RN, bem como o de outras Unidades de outros estados, que detêm prédios e sistemas semelhantes.

8.3. Também foi utilizada pesquisa junto a outros órgãos e contratos adotados na Administração Pública. Nesse sentido, verificou-se que o padrão estabelecido é a de utilização de um corpo técnico adequado à capacidade e quantidade de sistemas e equipamentos instalados nas Unidades, considerando, ainda, o número e tamanho das edificações de cada órgão.

8.4. Desse modo, decidiu-se pela contratação dividida em 03 (três) frentes de serviços, conforme a configuração representada abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CATEGORIA PROFISSIONAL |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos previstos neste Termo de Referência, para a Sede e Unidades Descentralizadas da SR/PF/RN. | • Supervisão Técnica- Eng. Eletricista (10h) - (CBO 2143-05) |
| | | • Supervisão Técnica - Eng. Civil (10h) - (CBO 2142-05) |
| | | • Encarregado de Manutenção Predial (220h) - (CBO 3121-05) |
| | | • Eletricista Pleno (220h) - (CBO 7156-10) |
| | | • Oficiais de Manutenção Predial - Natal/RN e Região Metropolitana (02 profissionais 220h, cada) - (CBO 5143-25) |
| | | • Oficial de Manutenção Predial - Mossoró/RN (220h) - (CBO 5143-25) |
| 2 | Serviços Eventuais de manutenção predial, sob demanda, nos termos previstos neste Termo de Referência, para a Sede e Unidades Descentralizadas da SR/PF/RN. | • Horas - Extras |
| | | • Serviços diversos referentes à manutenção predial, sob demanda (pormenorizados no ANEXO - SERVIÇOS EVENTUAIS do Termo de Referência) |
| 3 | Materiais, Peças de reposição e Insumos, sob demanda, a serem adquiridos pela CONTRATADA e empregados na manutenção predial da Sede e Unidades Descentralizadas da SR/PF/RN. | • Lista de Materiais |
| | | • Lista de Peças |
| | | • Lista de Insumos |

8.5. O objetivo da contratação é:

8.5.1. Obter a realização de serviços de manutenção (preventiva, preditiva, corretiva e emergencial) de qualidade, segundo as normas vigentes e boas práticas do mercado, para as instalações prediais das Unidades da SR/PF/RN, buscando garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas da Unidade de forma contínua, eficiente, flexível, segura e confiável.

8.5.2. Apoio técnico da mantenedora à Administração do contrato, dentro das atribuições inerentes à manutenção predial, na busca pela eficiência energética das instalações da SR/PF/RN no decorrer da execução de atividades integradas às rotinas de manutenção, através de medidas técnicas e administrativas específicas voltadas à redução do consumo energético (água e energia) dos sistemas e instalações, integrados com a manutenção preventiva/corretiva/preditiva, cuja implementação visa à redução do consumo de água e eletricidade, com base no Decreto 9.178/17, que regulamentou o artigo 3, "caput", da Lei 8.666/93 e estabelece critérios e práticas sustentáveis.

8.5.3. Disponibilização de forma histórica, evolução mês a mês e anual, dos dados de manutenção, eficiência energética e indicadores-chaves de desempenho dos sistemas e da edificação como um todo, através dos relatórios mensais de manutenção, relatórios técnicos complementares de atividades, laudos técnicos e quaisquer outros documentos que se fizerem necessários ao cumprimento do objeto.

9. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

9.2. No caso em tela, o parcelamento dos 03 (três) itens se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia dos serviços de manutenção, ou conforme aludido por *FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, 2010*: "Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade

de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a perfeita execução da manutenção predial das Unidades da SR/PF/RN, o que inclui a otimização de todos os recursos empregados à obtenção de serviços de qualidade, céleres e com a maior redução de gastos possível, fica impraticável o parcelamento da contratação ora pretendida.

9.3. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem à ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, será prevista no Termo de Referência a possibilidade de subcontratação parcial do objeto, conforme Art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material), que será detalhada no citado Termo de Referência.

9.4. Considerando as dificuldades enfrentadas pela Unidade para prever e adquirir todos os materiais e peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção, torna-se indispensável contemplar na contratação o fornecimento de materiais e peças pela Contratada, sempre que necessário e solicitado pela Contratante. Ademais, existem materiais que só serão utilizados eventualmente, sem condições de se prever seu uso ou aplicação, e, dessa forma, a aquisição prévia desse material poderá resultar em prejuízos para a Administração, visto que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com o armazenamento e conservação, podem nunca vir a ser utilizados, dada a descontinuidade de equipamentos/instalações antigos e ineficientes, por exemplo. Dessa forma, o fornecimento desses materiais pela Contratada apenas no momento da utilização terá um custo benefício justo e compatível com os interesses da Polícia Federal.

9.5. Com relação aos serviços eventuais justifica-se a contratação por meio de demanda, uma vez que são serviços de natureza eventual, em situações específicas e justificadas, não havendo, com isso, necessidade de manter equipe residente maior do que a proposta neste documento para a execução dos citados serviços, o que resulta em economia para a Administração.

10. **DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. Como já foi explicitado neste estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir através dos serviços de manutenção preventiva, preditiva, corretiva e emergencial no Edifício-Sede da Superintendência Regional SR/PF/RN e, no que se aplicar, nas demais Unidades descentralizadas da Polícia Federal no Rio Grande de Norte, sua segurança, promover o seu adequado e ininterrupto funcionamento e propiciar a tempestiva detecção de desgastes ou defeitos para sua imediata correção, viabilizando, assim, o consequente aumento da vida útil das edificações em apreço.

10.2. Além dos aspectos patrimoniais, a presente contratação busca garantir, ainda, a integridade da saúde e segurança de servidores, prestadores de serviços e do público em geral, que utilizam as instalações prediais da Polícia Federal neste Estado.

10.3. Desta feita, diante da exposição acima, entendemos restar devidamente esclarecido que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.

11. **DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

11.1. O órgão já possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

12. **DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

12.1. Os serviços que se visa contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

13. **DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Por todo o exposto, declaramos que a solução que melhor atende ao interesse público no caso concreto é a contratação dos serviços acima especificados, e consideramos que a contratação é plenamente viável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA
FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE E A EMPRESA**
.....

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na rua dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0036-66, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional, Delegado de Polícia Federal (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 08420.005709/2021-03 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 002/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção predial, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

*Conforme Projeto Contratação Eficiente
Acordo de Cooperação n.º 15/2012*

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra
Atualização: Julho/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| ITEM (SERVIÇO) | LOCAL DE EXECUÇÃO | QUANTIDADE/ POSTOS | HORÁRIO/ PERÍODO | CARGA HORÁRIA | VALORES |
|----------------|-------------------|--------------------|------------------|---------------|---------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

*Conforme Projeto Contratação Eficiente
Acordo de Cooperação n.º 15/2012*

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra
Atualização: Julho/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

*Conforme Projeto Contratação Eficiente
Acordo de Cooperação n.º 15/2012*

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra
Atualização: Julho/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

*Conforme Projeto Contratação Eficiente
Acordo de Cooperação n.º 15/2012*

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra
Atualização: Julho/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Natal/RN, de de 2021.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (identificação do licitante), _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **(indicar o nome da empresa)** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Natal/RN, de de 2021.

(assinatura do representante legal do licitante)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

ANEXO III

Termo de Conciliação entre a União e o Ministério Público do Trabalho

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”;

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: “8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudo cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.

RESOLVEM

Celebrar **CONCILIAÇÃO** nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais. **Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ
GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União—1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

ANEXO IV

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins do estabelecido na alínea “d” do item 1.2. do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o item 1.2., “d-B, da IN 05/2017;

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o item 1.2., letra “a” do Anexo VII-B, da IN 05/2017 MPOG;

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme o item 3.1., letra “j”, do Anexo VII-F da IN 05/2017-MPOG.

Natal/RN, XX de XXXX de 2021.

(assinatura do representante da licitante)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

| Nome do Órgão/Empresa | Vigência do Contrato | Valor total do contrato |
|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ |

Valor total dos Contratos R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59064-165, Fone: (84)3204-5500

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA E COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO NA LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Declaro, para os devidos fins e em cumprimento às disposições do Edital do Pregão Eletrônico n.º 002/2021-SR/PF/RN e do disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP n.º 05/2017 que a (Razão social da licitante), CNPJ (preencher com o CNPJ/MF), possui, na presente data:

() escritório na cidade de Natal/RN ou dentro do raio limite de 40Km da mesma, na condição de:

() matriz

() filial

localizada no seguinte endereço: (preencher com o logradouro, número, complemento, bairro e CEP do escritório).

Declaro ainda manter a referida unidade em atividade durante toda a vigência do contrato, em caso de adjudicação de nossa proposta.

(Local e data da declaração).

(Assinatura, nome legível e CPF do representante legal da empresa)